



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

LEONARDO DANTAS D'ICARAHY

O Sonho da Terra: Trabalhadores Rurais e o Surgimento do MST na Bahia (1975-1989)

Salvador
2018

LEONARDO DANTAS D'ICARAHY

O Sonho da Terra: Trabalhadores Rurais e o Surgimento do MST na Bahia (1975-1989)

Versão Original

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal da Bahia para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Linha de Pesquisa: Cultura e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa

Salvador

2018

D'icarahy, Leonardo Dantas

O Sonho da Terra: Trabalhadores Rurais e o Surgimento do MST na Bahia (1975-1989)./ Leonardo Dantas D'icarahy. – 2018.
154 f. :il.

Orientador: Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.

1. MST. 2. trabalhadores rurais. 3. luta pela terra. 4. extremo sul (BA) I. Costa, Iraneidson Santos. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA ALUNA	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Leonardo Dantas D'Icarahy	215117212	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
O Sonho da Terra: trabalhadores rurais e o surgimento do MST na Bahia (1975-1989)		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Iraneidson Santos Costa (Orientador- UFBA)		40877505553
Joaci de souza Cunha (UCSAL)		287918015-05
Antônio Luigi Negro (UFBA)		94115320710

ATA

Aos trinta e um dias mês de março do ano de 2018, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Leonardo Dantas D'Icarahy**, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Iraneidson Santos Costa, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A DISSERTAÇÃO ATENDE SATISFATORIAMENTE ÀS EXPECTATIVAS DE ADEQUAÇÃO, SEJA DO PONTO DE VISTA DO USO DAS FONTES, SEJA DO DOMÍNIO DA BIBLIOGRAFIA, CONSTITUINDO-SE EM RELEVANTE CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA SOCIAL BRASILEIRA, ESPECIALMENTE NOS CAMPOS DE SUAS ORGANIZAÇÕES E VIVAS.

SSA, 31/03/2018: Assinatura do aluno:

SSA, 31/03/2018: Assinatura do orientador:

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à classe trabalhadora brasileira que com seu sangue, suor e luta, sustenta a Universidade Pública, na qual eu tive a oportunidade de fazer minha graduação e cursar o mestrado em História Social.

Aos meus pais por garantirem todas as condições materiais para que eu pudesse acessar a educação formal de qualidade. Desde cedo, eles estimularam e privilegiaram os estudos na minha formação e de meu irmão. As horas e paciência investidas na correção de atividades, nos estudos de semana de prova, etc, ainda nos primeiros anos da vida escolar, foram essenciais para o pesquisador que sou. Ademais, continuam sendo entusiastas da minha caminhada acadêmica.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Bahia, especialmente nas figuras de Evanildo Costa e Elizabeth Rocha, por permitir a realização de trabalho de campo em suas comunidades.

Sou extremamente grato à D. Neuza do Assentamento 1º de abril e D. Maria do Riacho das Ostras por nos hospedarem em suas casas da forma mais cuidadosa e carinhosa possível.

À Tonhão por ter largado o serviço na roça para nos acompanhar, por dias, pelo labirinto das estradas de terra do extremo sul. Com sua ajuda conseguimos chegar em todas as comunidades do MST que se formaram no período pesquisado e que ainda existem como tais. Sem ele, este trabalho teria outra qualidade.

À todas e todos que disponibilizaram um momento de suas vidas para a realização de entrevistas que foram essenciais a este trabalho. Nesse sentido, cabe um agradecimento especial ao Frei Chico Scarpellino pela entrevista, disponibilização do acesso em seu arquivo pessoal e deliciosa macarronada servida em sua casa.

Agradeço ainda aos responsáveis pelos arquivos da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas e SEDOC da CPT NE III pelo acesso aos arquivos. Também sou grato ao CEAS e toda ajuda proporcionada por sua equipe, especialmente Nélia Santos.

Agradeço de coração às trabalhadoras e trabalhadores sem terra que tive contato no período de militância no NEPPA. Com eles aprendi a superar os limites da resistência física participando de suas longas marchas, pude sentir o que era a mística e, sobretudo, percebi que precisamos construir cotidianamente as relações da futura sociedade sem classes. Além do mais, com Seu Furinga, D. Glorinha, D. Alzira, Seu Zé,

Seu Capixaba, D. Alvaci, Seu Dezinho e várias outros, percebi que o povo tem os seus próprios doutores e doutoras formados na escola da vida.

Às companheiras e companheiros do NEPPA: Amandinha, Obede, Camila, Carlinha, Anaíra, Lú, Rafa, Formiga, Tássio, Nico, John, Gabi, Davi, Estrela, Bia, Grasi, Cogu, Lene, Diegão, Felipe, Tista, Lua Dutra, Lua Morena etc. Nesta organização, conheci o movimento social do campo e a educação popular como método que nos permitiu aprender com as trabalhadoras e trabalhadores rurais. As discussões, formulações e experiências desta militância foram determinantes para o meu olhar enquanto historiador.

À professora Nair Casagrande por ter nos introduzido na pesquisa no período em que realizamos atividades de extensão com a temática da educação popular em assentamentos rurais. Com ela entendemos a importância da sistematização e produção do conhecimento, e que a pesquisa não é destituída de interesses e projetos políticos.

Ao professor Zaca por nos fazer refletir sobre a importância do marxismo na construção do conhecimento histórico. À professora Fátima Pires pela orientação na minha experiência de tirocínio, suas aulas cobriram uma importante lacuna na minha formação em relação aos clássicos da formação do Brasil. Ao professor Gino, pelas orientações à pesquisa, seja em sala ou enviando contribuições por correio eletrônico ao longo do curso da disciplina de metodologia da pesquisa.

Ao meu orientador, Iran, pelo convite à pesquisa de iniciação científica na nossa área, nos tempos da graduação. Por ter aberto novamente uma porta para meu retorno à Universidade, desta vez na pós-graduação. Pelos ensinamentos no decorrer da pesquisa e pela forma equilibrada como lidou com a cobrança e liberdade.

À Vivi, companheira de todas horas, pelo estímulo inicial para esta empreitada, pelos milhares de quilômetros percorridos em estradas de asfalto e terra em duas viagens ao extremo sul baiano, pela assistência no registro de documento, etc. Não bastasse isso, ainda cuidou da nossa pequena em diversos momentos em que praticamente precisei me dedicar integralmente à pesquisa. Sem ela, este trabalho não seria possível.

À minha Maria por ter me proporcionado a maior alegria da vida nesse período. A paternidade ampliou os sentidos e sensações da palavra amor e me fez amadurecer dez anos em um. Em momento difíceis, ela me fez descobrir “aquela velha mania de ter fé na vida”.

“Quando eu morrer que me enterrem na beira do chapadão, contente com minha terra, cansado de tanta guerra, crescido de coração”. (Guimarães Rosa, 1967).

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar os processos de luta pela terra dos trabalhadores rurais do extremo sul baiano e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia a partir desta região entre os anos de 1975 e 1989. Nesse sentido, buscamos realizar um trabalho de História Social, cuja abordagem pretende tratar da história dos trabalhadores, bem como da formação de uma de suas organizações, o MST. Recuamos o nosso olhar para antes dos fatos que precipitaram o surgimento deste movimento social no estado baiano e nos deparamos com uma série de fenômenos ligados ao mundo rural da região, a exemplo da grilagem de terras, que foi gerador de diversos conflitos envolvendo posseiros, alguns dos quais analisamos. Relacionamos tais fenômenos ao processo de aprofundamento das relações capitalistas no universo agrário do extremo sul da Bahia. Observamos igualmente a relevância da Igreja Católica Diocesana de Caravelas e do sindicalismo rural enquanto mediadores das lutas dos trabalhadores rurais da região. Em relação ao MST, buscamos entender seu surgimento a partir da confluência de diversos fatores, desde a decisão de se tornar um movimento nacional ao contexto que seus militantes encontraram na Bahia. Percebemos que o seu estabelecimento se deu sob a influência de suas repostas aos desafios políticos colocados pela conjuntura. As famílias sem terra, por sua vez, agiram informadas por seus próprios desejos e expectativas, baseados em suas experiências, cálculos de realidade e por noções do que consideravam justo.

Palavras-chaves: MST; trabalhadores rurais; luta pela terra; extremo sul (BA).

ABSTRACT

This study aims to analyse the processes of struggle for the land of rural workers in the extreme south of Bahia and the emergence of the Landless Rural Workers' Movement (MST) in Bahia from this region between 1975 and 1989. Therefore, we carry out a Social History work, whose approach intends to deal with the history of workers, as well as the formation of one of their organizations, the MST. We turn our gaze to the facts that precipitated the emergence of this social movement at Bahia state, and we were confronted with a series of phenomena related to the rural world of the region, such as land grabbing, which generated many conflicts involving squatters, some of which we analyzed. We related these phenomena to the process of deepening capitalist relations in the agrarian universe of the extreme south of Bahia. We also note the relevance of Diocesan Catholic Church of Caravelas and rural syndicalism as mediators of the struggles of rural workers in the region. In relation to the MST, we sought to understand its emergence as the confluence of several factors, from the decision to become a national movement to the context that its militants found in Bahia. We realized that its establishment was under the influence of its answers to the political challenges posed by the conjuncture. The Landless families, in turn, acted informed by their own desires and expectations, based on their experiences, calculations of reality and notions of what they considered to be just.

Key-words: MST; rural workers; struggle for land; south end (BA).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CIDA - Conferência Interamericana de Desenvolvimento Agrícola

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CSN - Conselho de Segurança Nacional

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DEPIN – Departamento de Polícia do Interior

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FISET - Fundo de Investimentos Setoriais

GEBAM - Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia/ Tocantins

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERBA – Instituto de Terras da Bahia

JAC – Juventude Agrária Católica

MIRAD - Ministério Especial da Reforma Agrária

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MSC – Missionários do Sagrado Coração

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SSP – Secretaria de Segurança Pública

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TJ – Tribunal de Justiça

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	18
POSSEIROS E GRILEIROS.....	18
1.1 A floresta cai, fica o deserto, nasce a violência	18
1.2 O que é de Deus e o que é de Satanás.....	28
1.3 Grilagem no Vale Verde	41
1.4 Campanha pela Reforma Agrária.....	50
CAPÍTULO 2	57
ENCRUZILHADAS DA HISTÓRIA	57
2.1 Semeando em terreno fértil.....	58
2.2 Restituindo a terra a seus verdadeiros donos	68
2.3 Abre-se uma brecha: o Plano Nacional de Reforma Agrária.....	76
2.4 Mulheres sem terra e as primeiras ocupações do MST.....	80
CAPÍTULO 3	91
O RISCO QUE CORRE O PAU CORRE O MACHADO	91
3.1 A fazenda Bela Vista	93
3.2 O campo é a minha vida.....	103
3.3 Pegar de volta o que a gente tinha perdido no passado.....	117
3.4 O Firmamento	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
FONTES	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem duas finalidades que se complementam, analisar os processos de luta pela terra dos trabalhadores rurais do extremo sul baiano e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Bahia a partir desta região entre os anos de 1975 e 1989.

Ainda quando era apenas um projeto, essa pesquisa tinha o intuito de analisar somente o surgimento do MST na Bahia. No entanto, à medida em que o trabalho foi se desenvolvendo sob influência das disciplinas cursadas, das leituras¹ e análises das fontes, resolvemos ampliar o seu objeto. Foi ficando clara a ideia de que além de contar a história deste movimento social, gostaríamos de trazer à tona as experiências de vida dos trabalhadores rurais na luta pela terra. O que buscamos fazer então foi uma História Social dos trabalhadores rurais do extremo sul da Bahia conectada à formação de uma de suas organizações, o MST.

Ao recuar nosso olhar para antes dos fatos que precipitaram o surgimento do Movimento² no estado baiano, encontramos, nas fontes, informações de conflitos agrários que remetiam ao ano de 1975, sendo esse o nosso marco temporal inicial. Pudemos observar que o universo rural da região extremo sul passou por consideráveis transformações relacionadas ao aprofundamento das relações capitalistas, especialmente, nas décadas de 1970 e 1980. Constatamos igualmente a presença do fenômeno da grilagem de terras na região.

Ainda no período da Ditadura Militar, algumas das primeiras lutas envolvendo trabalhadores rurais do extremo sul contaram com o apoio da Igreja Católica de Caravelas, seja na figura do Bispo, Dom Filipe Broers, ou de agentes pastorais. Até a passagem das décadas de 1970 e 1980, o sindicalismo rural da região não tinha tanta capilaridade e força para assumir a mediação política dos conflitos dos posseiros. Já a Igreja contava com uma equipe de agentes dedicados à Pastoral da Terra e um bom número de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) no meio rural. Posteriormente, a

¹ HAUPT, George. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**, São Paulo - ANPUH, v. 5, nº. 10, p. 208-231, mar-ago. 1985; HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre História Operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2005; THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

² Utilizaremos a denominação “Movimento” para nos referirmos ao MST, assim como seus integrantes o fazem.

partir da contribuição da própria Igreja³, houve a formação de alguns sindicatos de trabalhadores rurais que assumiram esse papel de representação de classe. Eles vieram a ser essenciais para o surgimento e estabelecimento do MST, entre os anos de 1986 e 1989, o nosso marco temporal final.

Utilizamos, de modo geral, a denominação de trabalhadores rurais para abarcar a diversidade de sujeitos retratados pela pesquisa. Trata-se, na verdade, das classes trabalhadoras do campo, que vai da mais variada gama de empregados rurais residentes no campo, passando por boias-frias à pequenos produtores possuidores da terra. É interessante acrescentar que alguns trabalhadores que aparecem nessa história vivenciaram diferentes tipos de relações de trabalho em sua trajetória, o que nos leva à precaução de não operar com categorias esvaziadas de conteúdo histórico.

Recorremos a Leonilde Sérvalo de Medeiros na caracterização destes trabalhadores rurais em seus processos de luta. Para a autora, surgiram, entre as décadas de 1970 e 1980, lutas ligadas à sujeitos específicos que demandavam determinadas políticas de Estado. Estas reivindicações vinculadas às situações sociais específicas, conformaram certas identidades políticas, como a de posseiros, seringueiros, atingidos por barragem, sem-terra (MEDEIROS, 2010). Nesse sentido, utilizamos, especialmente, as identidades políticas de posseiros e sem terra, como forma de caracterizar as suas lutas. Observaremos, ao longo dos capítulos, como posseiros e sem terra, em momentos diferentes, se viram diante do mesmo adversário, particularmente as grandes empresas do *agrobusiness*. Por outro lado, perceberemos semelhanças em suas motivações para estarem na luta pela terra.

Em boa medida, o fio condutor narrativo do texto são os casos de conflito agrário. Neste aspecto, cabe colocar a definição de Bernardo Mançano Fernandes sobre luta pela terra, que ocorre em dois sentidos. O primeiro se refere às ações de resistência na terra, em geral, protagonizadas pelos posseiros. O segundo se dá nas ações de ocupações de terra com o intuito de lhe garantir a função social a partir da demanda das famílias sem terra (FERNANDES, 2001).

Do ponto de vista político, a bandeira que conseguiu congrega essas lutas foi a reforma agrária (MEDEIROS, 1989). Esta consiste na transformação da estrutura fundiária concentradora a partir de uma política de distribuição de terras aliada à

³ Os personagens e organizações que tinham caráter religioso, neste trabalho, via de regra, eram da Igreja Católica. Por isso, ao tratar da palavra “Igreja” estamos nos referindo à Igreja Católica.

garantia de condições de produção e comercialização (SILVA, 1987). Neste sentido, pôr em prática uma política de criação de assentamentos rurais não significa estar realizando reforma agrária. Esta temática aparecerá nos três capítulos da dissertação, onde analisamos o Estatuto da Terra, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e as disputas no ambiente da Constituinte de 1987-88.

Uma das expoentes da análise dos conflitos agrários a partir de uma abordagem da História Social de viés thompsoniano, Márcia Motta, nos dá pistas para a compreensão das lutas dos posseiros. Em sua análise dos movimentos rurais do século XIX, defende a autora, que haveria, na dinâmica de luta pela terra do Brasil, uma tradição cultural marcada por um caráter de classe que sobreviveu por séculos e explica o modo pelo qual os sujeitos legitimam a sua posse da terra. Os posseiros, em geral, seriam informados por noções de direito e justiça que consideravam legítimo o princípio da primeira ocupação. Isto é, aquela família que tinha passado pela experiência de trabalho duro e estafante de derrubada das matas, cuidados e plantio, se sentia moralmente possuidora daquela terra (MOTTA, 2011). Nos casos analisados nesta pesquisa, preferimos pensar que se tratam de noções presentes de forma mais difusa em suas sociabilidades. Porém, este princípio da legitimidade da primeira ocupação, poderia ter balizado suas ações e nos ajuda a entender a persistência dos posseiros nos casos de disputas pela terra contra os grileiros.

Já a antropóloga, Lygia Sigaud, em seu estudo sobre o surgimento do MST na zona da Mata pernambucana, discute a existência de uma **crença**, entre as famílias que optavam em entrar no MST, de que um futuro melhor passava pela “lona preta”⁴. Aponta que seria impossível detectar em que momento teria surgido essa crença. Sendo mais correto pensar na construção dela como um processo, que ganhou força e solidez a partir do momento em que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a desapropriar as terras ocupadas (SIGAUD, 2005). Ou seja, tal crença tinha duas faces: a do futuro melhor enquanto possuidor de sua própria terra e a confiança na possibilidade de conquistá-la.

Em relação aos grandes proprietários, aponta ainda Márcia Motta (2011) que historicamente ser senhor de terras implicava em poder expandi-las sem se submeter a nenhuma determinação. Esta reflexão dialoga com a caracterização do patronato rural

⁴ “Lona Preta” virou um termo, em Pernambuco, para designar a entrada no MST. Cf. SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidades das ocupações de terra. **Tempo Social**, São Paulo: USP, vol. 17, nº 1, p. 255-80, jun. de 2005.

feita pela cientista social, Regina Bruno, que analisou o comportamento desta classe no período inicial da Nova República. Segundo ela, a propriedade para os grandes fazendeiros era um direito natural, absoluto e ilimitado. Qualquer medida de democratização do acesso à terra, que houvesse justificativa social para tanto, era vista por eles como injusta. À sua noção de propriedade está ligada a ideia de legitimidade da utilização da violência, tendo sido essa prática uma marca desta classe (BRUNO, 2002).

Os episódios de luta pela terra que analisamos aqui, travados por posseiros e sem terra, não se deram somente na área geográfica do conflito. Eles ocuparam outras arenas, como a imprensa, os poderes do Estado e a opinião pública. Esta, porém, não é uma novidade do período que tratamos. Maria do Socorro Rangel em seu estudo sobre as Ligas Camponesas, no pré-1964, já notara que para Francisco Julião, sua principal liderança, as Ligas deveriam estar “nos engenhos, nas usinas, nos jornais, nas Assembleias Legislativas, no Congresso Nacional e também nos tribunais; e, de preferência, sua presença em cada um desses lugares deveria repercutir em vários outros.” (RANGEL, 2012, p. 471).

No plano mais geral da historiografia, este trabalho procura dialogar com o historiador inglês E. P. Thompson. Concordamos quando este afirma que o conceito de classe, enquanto categoria histórica, pertence ao preciso e dominante uso da tradição marxista (THOMPSON, 2012). Nesse sentido, destacamos o modo como Marx concebe classe em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, atribuindo-lhe aspectos políticos e culturais, além dos econômicos (MARX, 1987-8). Já E. P. Thompson frisa que a classe é um acontecimento histórico e está vinculada à noção de luta de classes (THOMPSON, 2002, 2012). Os episódios de luta pela terra que apresentaremos são uma manifestação de luta de classes, cuja a base não é a exploração da força de trabalho, mas as relações de propriedade.

De Thompson também tomamos a percepção de que a classe se autoforma e, ao mesmo tempo, é formada (THOMPSON, 2002). Isto implica em perceber os trabalhadores atuando enquanto *sujeitos* mesmo em condições determinadas. Também consideramos, nesta pesquisa, sua noção de *experiência*, enquanto mediadora do ser social e da consciência social (THOMPSON, 1981, 2004).

Em relação ao aspecto teórico da construção do conhecimento, nos referenciamos novamente neste historiador inglês. Propõe E. P. Thompson que se estabeleçam conexões entre os fenômenos, situando-os no processo histórico, a partir da

apropriação de conceitos e categorias, levando-se em consideração as determinações materiais e a agência humana. Neste sentido, para o historiador, somente o materialismo histórico poderia abarcar uma visão coerente de todas as relações (poder, consciência, sociais, culturais, etc) em conexão com a totalidade da formação social capitalista ou de outra (THOMPSON, 1981).

Nesta pesquisa, utilizamos fontes orais e escritas. Em relação à estas, destacamos o acesso aos arquivos vinculados de alguma maneira à Igreja Católica. Em Salvador, tivemos oportunidade de coletar documentos nos arquivos: Casa da Memória Popular (CAMPO-CEAS) e Serviço de Documentação (SEDOC) da CPT Regional Nordeste III. Na viagem de campo que realizei para o extremo sul da Bahia, em junho de 2015, acessei o Arquivo da Diocese Teixeira de Freitas/ Caravelas – Ba, cujas fontes ajudaram na construção do capítulo *Posseiros e Grileiros*. O arquivo virtual, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT Nacional, é uma grandiosa iniciativa da entidade no sentido de disponibilizar documentos sobre os conflitos de terra em todo país. Ele nos ajudou com material para os três capítulos desta dissertação. Em outra esfera, o Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP, abriga o arquivo nacional do MST, onde encontramos o periódico, *Jornal Sem Terra*, utilizado principalmente nos capítulos 2 e 3.

No que diz respeito às fontes orais, conseguimos realizar 24 entrevistas, quatro delas com agentes envolvidos nas atividades pastorais da Igreja diocesana, duas com representantes do movimento sindical da época, uma com um membro da direção política do MST e 19 com trabalhadores rurais⁵ residentes em sete comunidades do MST. Grande parte dos depoimentos foram gravados em duas viagens à campo que fizemos ao extremo sul, em junho de 2015 e janeiro de 2016.

Por conta da utilização dessas fontes, cabe uma reflexão sobre História Oral, entendida, aqui, como uma metodologia da nossa disciplina (FERREIRA & AMADO, 2006). Sendo ela a própria história de vida das pessoas (POLLACK, 1992), consideramos a História Oral como um método privilegiado para acessar as experiências de vida dos trabalhadores rurais. A ação de coletar depoimentos desses sujeitos, por outro lado, dialoga com a importância da oralidade nas sociedades agrárias, dada a sua relevância enquanto veículo de transmissão de seus conhecimentos (LOZANO, 2006).

⁵ Não utilizamos, no trabalho, seis dessas entrevistas.

O objeto de estudo da História Oral, por sua vez, é a memória do informante (BECKER, 2006). Michael Pollack, uma das referências na reflexão sobre o tema, destaca a contribuição de Maurice Halbwachs de que a memória deve ser entendida como fenômeno coletivo e social, submetida a flutuações e mudanças constantes. Pollack ainda procura sistematizar os elementos que constituem a memória, que seriam três. O primeiro são os acontecimentos que podem ser aqueles vividos pela pessoa ou os “vividos por tabela”, onde o indivíduo que relata não participou, mas a coletividade na qual está inserido sim. Ao se sentir parte do grupo, a pessoa fica à vontade de narrá-los (POLLACK, 1992). Veremos em alguns depoimentos que os sujeitos, por vezes, se referem a fatos em que não estavam presentes.

O segundo elemento das memórias são as pessoas e personagens, que do mesmo modo que os acontecimentos, podem se tratar de indivíduos que tiveram contato direto com o narrador ou não, ou mesmo de personagens que não pertenceram ao mesmo espaço-tempo do entrevistado. O terceiro componente da memória são os lugares, ou seja, o espaço onde ocorrem os fatos narrados com a presença dos personagens. Por último, frisa o autor que a memória é organizada em função das preocupações do momento, sendo assim, “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.” (POLLACK, 1992, p. 204).

Voltando à questão dos depoimentos enquanto fontes históricas, Jean-Jacques Becker faz duas importantes problematizações. A primeira diz respeito a representatividade do *corpus* documental que o historiador possui. A dificuldade na realização das entrevistas, por exemplo, pode ocasionar que o material que o pesquisador tenha em mãos seja limitado no que diz respeito à representatividade dos sujeitos que analisa. O outro aspecto é a dificuldade em se verificar as transformações de sentimentos e atitudes das pessoas entre o período em que aconteceram os fatos narrados e o da realização dos depoimentos. Sugere, sem desmerecer a contribuição da história oral, a utilização de outros tipos de documentos, pois o exercício de não confiar em apenas uma fonte, faz parte do ofício do historiador (BECKER, 2006).

A dissertação se estrutura em três capítulos: *Posseiros e Grileiros, Encruzilhadas da História* e *O Risco que corre o Pau corre o Machado*. No primeiro, como sugere o título, tratamos de conflitos de terra envolvendo posseiros e grileiros no extremo sul baiano, entre os anos de 1975 e 1983. Analisamos igualmente as

transformações econômicas e sociais pelas quais passou a região. Migrações, expansão do trabalho assalariado, alteração da proporção de habitantes do campo e cidade, concentração da estrutura fundiária, desmatamento, todos esses são fenômenos que percebemos nesta região e que, de algum modo, se conectam com tendências da história brasileira da segunda metade do século XX. Estivemos atentos, igualmente, ao papel dos mediadores políticos das lutas desses posseiros, especialmente da Igreja Católica.

Em *Encruzilhadas da História*, procuramos situar o surgimento do MST na Bahia a partir da confluência de uma série de eventos e histórias. Nele tratamos do início do MST no centro-sul do Brasil e de sua decisão em se tornar um movimento nacional. Da chegada dos militantes do MST de outros estados à Bahia, de seus contatos e estabelecimento de relações com agentes pastorais e sindicalistas, essenciais para o desenvolvimento das futuras ações. Analisamos, novamente, casos de luta pela terra, entre 1983 e 1987, onde percebemos uma inflexão no padrão de conflitos em relação aos narrados no primeiro capítulo. Discutimos igualmente as disputas em torno do PNRA e suas consequências para os litígios no extremo sul. Por último, relatamos as duas primeiras ocupações do MST na Bahia em 1987, a partir das histórias de mulheres sem terra.

No terceiro capítulo, *O Risco que corre o Pau corre o Machado*, analisamos as ocupações de terra feitas pelo Movimento na região, nos anos de 1988 e 1989, à luz de seus desafios políticos no plano local e nacional. Nesta conjuntura, o Movimento precisou enfrentar a União Democrática Ruralista (UDR), criada inicialmente para barrar o PNRA e que, em seguida, assumiu a função de se contrapor aos movimentos de ocupações de terra no país. Por outro lado, por influência das entidades patronais, o MST viu os espaços institucionais para a realização da reforma agrária se fechando, seja no executivo, com as medidas impostas pelo presidente José Sarney, ou no legislativo diante das opções tomadas pela maioria dos constituintes. Procuramos intercalar a narrativa dos conflitos de terra à história de vida de seus participantes. Nesse aspecto, buscamos trazer suas experiências e perceber seus anseios que de algum modo informam sobre sua decisão de ocupar uma terra e permanecer nela, apesar das dificuldades.

Assim, a dissertação se estruturou de modo que o primeiro capítulo analisa o período anterior ao surgimento do MST. O segundo trata de elementos que explicam o seu surgimento no território baiano. E o terceiro foca em seu estabelecimento. Os

marcos temporais do objeto são os anos de 1975 e 1989. A delimitação espacial é a região extremo sul da Bahia⁶.

⁶ Não fizemos o levantamento dos municípios que existiam, de fato, no período. De todo modo, temos por base para definir a região o que hoje se considera o território de identidade Extremo Sul. Cf. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Estatística dos municípios baianos**. Salvador: SEI, v. 11, 2010.

CAPÍTULO 1

POSSEIROS E GRILEIROS

“No lugar que havia mata, hoje há perseguição
Grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão [...] Afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé de Nana tá de prova, naquele lugar tem cova
Gente enterrada no chão”⁷.

Como sugere o título, este capítulo busca analisar os conflitos fundiários entre posseiros e grileiros no extremo sul da Bahia. O texto foi dividido em 4 seções. Nas três primeiras, procura-se fazer uma análise qualitativa articulada a dados quantitativos de cinco casos onde se faz presente o fenômeno da grilagem na região a partir de 1975. Nesse sentido, observamos alguns fenômenos que ocorreram no mundo rural do extremo sul entre as décadas de 1970 e 1980, como a migração campo/cidade, a alteração das relações de trabalho, o aumento da concentração fundiária e o crescimento de determinadas atividades econômicas.

Em suas lutas, por vezes, os posseiros contaram com o apoio do movimento sindical e da Igreja Católica da Diocese de Caravelas, que chegaram a assumir o papel de mediadores políticos. Por isso, este capítulo também trata da história da relação da Igreja e a luta dos trabalhadores rurais na região. Na última seção, analisa-se a Campanha da Reforma Agrária, iniciada em 1983. A delimitação temporal para o capítulo são os anos de 1975 e 1983.

1.1 A floresta cai, fica o deserto, nasce a violência⁸

“Posseiros sofrem ameaças na Bahia”, este é o título de uma matéria publicada no jornal *Estado de São Paulo* em março de 1975. A reportagem narra a ida de Virgílio de Sá, advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia (FETAG-BA), à região extremo sul do estado para investigar casos de grilagem de terra. No relatório feito por ele ao presidente da Federação e acessado pelo jornal, descreve-se o

⁷ Vital Farias. **Saga da Amazônia**. Disco: Sagas Brasileiras, Polygram, 1982.

⁸ Extraído da matéria: *Jornal O Estado de São Paulo*. A posse ilegal de terras provoca morte, São Paulo, 15/05/1977.

conflito de dois proprietários, Césare Mangiapelo e José Barrancas, com famílias posseiras⁹.

Mangiapelo era italiano radicado em São Paulo e com propriedades no setor industrial. O mesmo chegou à região três anos antes, por volta de 1972, e teria adquirido terras dos Beneditinos da Igreja Católica. Segundo o Cartório de Registro de Imóveis da região, a área comprada era de cerca de 10 mil hectares. Outros proprietários vizinhos falavam em 30 mil e os moradores e posseiros dessas terras diziam que o italiano queria se apropriar de 80 mil hectares. Nesta área pretendida, viviam 600 famílias segundo a reportagem, ou seja, cerca de 3 mil pessoas ameaçadas de despejo. Já José Barrancas, proprietário rural na região, proclamou-se dono de 12 mil hectares de terras, onde viviam cerca de 2 mil famílias de posseiros há dezenas de anos¹⁰.

O conflito entre os posseiros e Mangiapelo teve maior visibilidade e voltou aos jornais em fevereiro do ano seguinte. Provavelmente, publicizavam o conteúdo de uma carta enviada por posseiros, por meio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia ao presidente da República, Ministros do Interior e Justiça, presidente do INCRA e governador da Bahia, chamando a atenção para sua situação. Denunciavam os posseiros que Mangiapelo montou uma serraria à beira da BR-101 e ordenou que ninguém deveria retirar madeira na área que ele dizia ser proprietário¹¹.

Esta rodovia, a BR-101, é considerada um marco da História regional do extremo sul, pois através dela houve a integração da região a outros mercados, especialmente os do sudeste. A rodovia induziu um crescimento acelerado dos centros urbanos que a margeavam, especialmente os povoados de Teixeira de Freitas, Itamaraju, Eunápolis e Itabela, posteriormente emancipados, redefinindo a hierarquia da rede de cidades do litoral para o interior. Por outro lado, foi responsável pelo aumento do preço das terras na região (PEDREIRA, 2004, 2008).

Para Anete Ivo, a BR-101 contribuiu para a expansão da fronteira agrícola do estado, na direção extremo sul, entre as décadas de 1970 e 1980 (IVO, 1987). Em sua inauguração, em 23 de abril de 1973, um dia após a data oficial da chegada dos

⁹ *Jornal O Estado de São Paulo*. Posseiros sofrem ameaças na Bahia, São Paulo, 20/03/1975.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ *Jornal da Bahia*. Grilagem ameaça oito mil no extremo-sul, Salvador, 12/02/1976; *Jornal O Estado de São Paulo*. Oito mil pessoas temem perder terras na Bahia, São Paulo, 13/02/1976; *Jornal Folha de São Paulo*. 8 mil pessoas podem ficar sem terras, São Paulo, 15/02/1976.

portugueses à América, o governador Antônio Carlos Magalhães dizia que o extremo sul estava sendo redescoberto e um novo tempo ia chegar, o esquecimento da região seria substituído pelo progresso e desenvolvimento (KOOPMANS, 1999). O tempo diria que tipo de progresso e desenvolvimento chegaria e a quem beneficiaria.

De volta ao conflito, pouco antes das reportagens de fevereiro de 1976, os posseiros tinham entrando com ação judicial e obtiveram ganho de causa, pois observou o juiz que haviam 370 famílias morando nas terras há anos e algumas delas com áreas legalizadas pelo INCRA. Diante desta derrota, o industrial italiano ficou furioso, chegando a ameaçar os posseiros com intervenção do exército e polícia federal. Porém, não foi isso o que se deu. Mangiapelo passou um tempo fora da região e, ao retornar, anunciou que tinha vendido suas terras à Flonibra (Florestas Nipo Brasileira), empresa subsidiária da Vale do Rio Doce¹². O inimigo dos posseiros passava a ser mais forte.

Segundo matéria do *Jornal da Bahia*, a empresa, além de adquirir as terras de Mangiapelo, comprou terras de alguns posseiros e já dizia ser dona de uma área de 150 mil hectares. Nela, iriam ser plantados eucaliptos que forneceriam celulose para uma fábrica de papel do norte do Espírito Santo¹³. A Flonibra era uma *joint venture*, ou seja, uma associação entre empresas, a então estatal Vale do Rio Doce e a privada transnacional japonesa *Japan Brasil Pulo Resources Development Co.* (PEDREIRA, 2008).

A implantação de um complexo agroindustrial deste porte no extremo sul estava dentro das estratégias econômicas dos governos federal e estadual. A legislação que regulamentava o reflorestamento havia sido estruturada entre 1965 e 1967¹⁴. Já em meados da década de 1970, o governo federal criou o Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset, tendo entre os objetivos reatualizar a legislação de concessão de incentivos fiscais para a expansão do setor. Para o governo do estado, este tipo de projeto se conectava à sua lógica de modernização do campo, interiorização do desenvolvimento, integração ao mercado nacional e ocupação de novos espaços. Um fator que contribuiu para a vinda de projetos agroflorestais para o Nordeste foi o esgotamento de terras aptas para o empreendimento nas regiões sul e sudeste, tradicionais no setor madeireiro e

¹² *Jornal da Bahia*. Grilagem ameaça oito mil no extremo-sul, Salvador, 12/02/1976; *Jornal O Estado de São Paulo*. Oito mil pessoas temem perder terras na Bahia, São Paulo, 13/02/1976.

¹³ *Jornal da Bahia*. Grilagem ameaça oito mil no extremo-sul, Salvador, 12/02/1976.

¹⁴ Com a instituição do Código Florestal, deu-se a regulamentação de incentivos fiscais para a atividade e a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Cf. PEDREIRA, Márcia da Silva. **O Complexo Florestal e o Extremo Sul da Bahia**: Inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008.

florestal. Na verdade, o setor exigia um enorme estoque de terras para o desenvolvimento da atividade. Para os técnicos do governo e das empresas, o extremo sul oferecia isso (OLIVEIRA, 2008; PEDREIRA, 2008).

O juiz de Porto Seguro, atendendo à solicitação da Flonibra, garantiu que a empresa pudesse fazer a medição dos 150 mil hectares e ordenou a presença de dois policiais no local¹⁵. A carta dos posseiros às autoridades parece ser uma tentativa de resolver o problema em seu favor em uma instância maior, porém esbarrariam nos objetivos do poder executivo federal e estadual.

Em maio de 1977, o *Jornal da Bahia* e *O Estado de São Paulo* publicaram extensas matérias tratando dos conflitos de terra e da questão ecológica na região por consequência do desmatamento da Mata Atlântica¹⁶. Em uma das matérias, aparece um depoimento de um prefeito da região, que ao ser questionado sobre os efeitos nocivos das empresas reflorestadoras fala: ““agora o assunto é de interesse nacional. O que pode fazer um simples Prefeito? É preciso trazer dólares para cobrir o déficit, atualizar a balança de pagamentos””¹⁷.

Embora, provavelmente, estivesse se esquivando de críticas, o prefeito tinha razão. Segundo Maria Yedda em Linhares¹⁸ e Francisco Carlos Teixeira da Silva, em *Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil*, a política agrária da Ditadura Militar foi no sentido da preservação da grande propriedade rural, o latifúndio, com capitalização das atividades como forma de superar a baixa produtividade no campo. Para tanto, o governo concedeu incentivos fiscais e crédito para grandes empreendimentos. Tal política atraiu os setores industriais e financeiros, o que levou à paulatina integração desses capitais com o agrário. A produção voltada para o mercado externo permitiu a entrada de dólares que contribuiu favoravelmente para balança comercial (LINHARES; SILVA, 1999).

A compra de terras por parte de um industrial italiano radicado em São Paulo é um exemplo da integração de capitais de que falam os autores. Em relação à capitalização, a matéria de *O Estado de São Paulo* aponta que seriam investidos na Flonibra, nos polos de São Mateus/ES, Teixeira de Freitas e Posto Seguro, cerca de 800

¹⁵ *Jornal da Bahia*. Grilagem ameaça oito mil no extremo-sul, Salvador, 12/02/1976.

¹⁶ *Jornal da Bahia*. Desastre Ecológico no Extremo Sul da Bahia, Salvador, 06/05/1977; *Jornal O Estado de São Paulo*. A posse ilegal de terras provoca morte, São Paulo, 15/05/1977.

¹⁷ *Jornal da Bahia*. Desastre Ecológico no Extremo Sul da Bahia, Salvador, 06/05/1977.

¹⁸ Maria Yedda Linhares é uma das expoentes da História Agrária no Brasil. A mesma esteve à frente da constituição dos programas de pós-graduação em história da agricultura na UFF e UFRJ. Este é um livro síntese sobre a Questão Agrária brasileira em diversos períodos.

milhões de dólares. A empresa do mesmo setor, Aracruz Celulose¹⁹, instalada próxima, no norte do Espírito Santo, teria faturamento anual de 15 milhões de dólares e já tinha a sua produção vendida para os dez anos seguintes²⁰.

Antes da chegada do reflorestamento na região, estavam se desenvolvendo outras atividades econômicas ligadas à grande propriedade rural, como a extração madeireira e a pecuária extensiva. Estas vinham sendo as principais responsáveis pela devastação da Mata Atlântica da região. Segundo a imprensa, em cerca de dez anos, entre o meado da década de 1960 e 1970, a área de floresta nativa do extremo sul teria sido reduzida de 75% para 15%²¹. Talvez tenha havido certo exagero nos números, pois os Censos Agropecuários do IBGE apontam para uma área de Matas naturais de 23% em 1975 e 21% em 1980 (PEDREIRA, 2004). Porém, a tendência de desmatamento entre a década de 1960 e 1970 é real.

Os números são fundamentais para nos ajudar a dimensionar os fenômenos, mas são, de alguma maneira, frios e não conseguem trazer o lado subjetivo do que se passou. Por isso, recorreremos a um relato jornalístico que trata da derrubada de uma árvore, a paraju. É impressionante como a constituição biológica dela faz com que a sua derrubada seja descrita como uma prosopopeia, onde é possível atribuir características humanas a ela:

“O madeireiro não mente quando diz que a paraju chora antes de tombar. A motosserra a gasolina fere inapelavelmente a base da árvore e vai comendo, vai entrando na carne. Da primeira camada, jorra água abundante, farta, que inunda as mãos, a máquina. O miolo vermelho da paraju solta novo líquido, como se fosse sangue. A árvore desequilibra-se, ameaça cair, a serra entrando, até que se ouve um estalo e os 30 metros da paraju tombam, parecem querer agarrar-se nos galhos vizinhos, mas tombam. Espetacularmente.”²².

A atividade madeira na região foi exercida principalmente por capixabas que, após desmatarem as florestas do norte de seu estado, avançaram para o extremo sul baiano (KOOPAMNS, 1999; PEDREIRA, 2008). Corria nas duas regiões o dito popular: “capixaba é igual a cupim, destrói toda a árvore que pode.”²³. O governo do estado da Bahia incentivou esta atividade com a criação de um polo madeireiro no povoado de Itabela, por volta de 1973, onde proliferaram serrarias, como havia ocorrido

¹⁹ A Aracruz Celulose também se estabeleceu no extremo sul baiano, como veremos adiante.

²⁰ *Jornal O Estado de São Paulo*. A posse ilegal de terras provoca morte, São Paulo, 15/05/1977.

²¹ *Jornal da Bahia*. Desastre Ecológico no Extremo Sul da Bahia, Salvador, 06/05/1977; *Jornal O Estado de São Paulo*. A posse ilegal de terras provoca morte, São Paulo, 15/05/1977.

²² *Jornal O Estado de São Paulo*. A posse ilegal de terras provoca morte, São Paulo, 15/05/1977.

²³ *Ibidem*.

em Eunápolis, que era polo anteriormente²⁴. Havia uma complementariedade entre a extração da madeira e as outras atividades agropecuárias. Pois depois da derrubada das árvores, podia-se plantar os eucaliptos, o café, criar o gado, etc.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o extremo sul passou a ser uma região importante da pecuária no estado, abastecendo de carne bovina mercados do sudeste, como Rio de Janeiro, Campos, Vitória e Belo Horizonte. Os fazendeiros eram oriundos, principalmente, do planalto de Conquista e do nordeste de Minas Gerais, logo, sua ocupação territorial se deu no sentido interior-litoral (KOOPAMNS, 1999; PEDREIRA, 2008). Diferente do eucalipto que, por sua lógica, expulsava todas as famílias da terra, a pecuária extensiva conviveu com uma pequena agricultura de subsistência em que se plantava milho, feijão, banana, mandioca e até mesmo café. Os trabalhadores responsáveis por essa função quase sempre eram meeiros, que, recebendo sementes e ferramentas do dono da fazenda, eram obrigados a lhe entregar metade da produção. Apesar da exploração, esta relação possibilitou a esses trabalhadores continuar morando no campo (KOOPMANS, 1999).

A hortifruticultura também se desenvolveu no extremo sul entre os anos 1970 e 1980. Este setor incorporava o uso de determinadas tecnologias em sua produção, como o uso de fertilizantes para correção do solo e irrigação, que obviamente tinham impactos na natureza. Eram principalmente japoneses que possuíam relação com uma grande cooperativa paulista, a Cotia. O mamão era o carro-chefe da sua produção. Preponderava o assalariamento nessas relações de trabalho, seja do trabalhador fixo ou diarista (KOOPAMNS, 1999; OLIVEIRA, 2008; PEDREIRA, 2008).

A produção do cacau também se desenvolveu na região como extensão dos cultivos do sul da Bahia. A relação de trabalho que predominava era a da empreitada, onde se estabelecia acordo entre as partes para a execução de determinada tarefa como o plantio, poda ou colheita. Outra possibilidade era um acordo entre o trabalhador e o dono da terra, onde aquele plantaria e cuidaria dos pés de cacau e teria direito a ficar nas terras durante alguns anos. Já o plantio de mandioca para o fabrico da farinha estava disseminado nas fazendas e propriedades camponesas (KOOPAMNS, 1999; PEDREIRA, 2008).

Logicamente, não se pretende estabelecer uma relação de determinação entre a atividade agropecuária e o tipo de relação de trabalho. Tal escolha devia variar de

²⁴ *Ibidem.*

acordo com diversos fatores, como as tarefas que cada atividade exigia, o nível de capitalização do proprietário, as relações paternalistas entre o mesmo e os trabalhadores, entre outros. Existia, no entanto, um elemento de união entre elas, a condição precária à qual os trabalhadores estavam submetidos.

De outro lado, a bibliografia sobre o extremo sul nos indica que, até o início da década de 1970, predominavam as relações de pequenos proprietários rurais ou posseiros não submetidos a uma coerção de trabalho direta, pois na região havia um estoque de terras não ocupadas por grandes proprietários (PEDREIRA, 2008). Essas famílias camponesas eram parte significativa desta sociedade e estavam ligadas a um pequeno mercado de troca e venda de seus produtos nas pequenas feiras dos povoados e cidades da região (KOOPMANS, 1999). Este depoimento de um antigo morador exemplifica a lógica econômica desses sujeitos:

“Tinha muitas fazendinhas aí [...] todo mundo tinha sua roça. Era tudo para manutenção da casa, da família. Todo mundo tinha sua criação [...] Quando um matava o porco, outro vizinho não tinha, tinha que dar um quarto a ele [...] Não vendia não, não vendia nada! Era tudo repartido com os vizinhos.
PESQUISADORA: - Mas, e quando precisava comprar uma roupa?
- Aí era outra coisa, aí plantava o café, pilava o café”²⁵.

O povoado era o local onde muitas famílias camponesas moravam. Também se estabeleciam ali trabalhadores de empreitada ou diaristas. Geralmente, se formavam em área agrícola. Especialmente para os homens, imagino, o boteco era um dos grandes espaços de sociabilidade, onde se encontravam os trabalhadores após a cansativa labuta diária. Era frequente que se tivesse nos povoados tocadores de instrumento, como violão, pandeiro ou acordeão, por vezes, havendo baile num dos botecos aos sábados. As casas em sua maioria eram simples, de taipa e chão batido, possuindo três cômodos: sala, cozinha e um quarto. As paredes tinham as marcas da religiosidade popular católica, sendo enfeitadas com pelo menos um quadro de santo, em destaque se via muito o Sagrado Coração de Jesus e a Última Ceia (KOOPMANS, 1999).

O desenvolvimento e o progresso aludidos pelo governador, em 1973, certamente não eram direcionados à qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Ao contrário, estes sentiram na pele uma série de transformações pelas quais passou a região. Uma delas foi no mundo do trabalho. Dados do Censo Agropecuário do IBGE mostram que as relações de trabalho classificadas como “Responsável e membro não

²⁵ Moema M. Marques de. **O Extremo Sul da Bahia e a Avassaladora Chegada da Modernidade**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1992 *apud* PEDREIRA, Márcia da Silva. **O Complexo Florestal e o Extremo Sul da Bahia**: Inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

remunerado da Família”, ou seja de base familiar, representavam 82,15% do contingente total da força de trabalho em 1970. No ano de 1985, as relações de base familiar entram em equilíbrio absoluto com os empregados permanentes e temporários, sendo responsáveis por 48,24% e 47,39%, respectivamente (PEDREIRA, 2004).

Essas transformações se relacionam com fenômenos que foram tendência na segunda metade do século XX no Brasil, como a generalização do assalariamento, a alteração da proporção das populações do campo e cidade, as migrações e o aumento da concentração fundiária. Estes estão conectados ao processo de aprofundamento das relações capitalistas no universo rural brasileiro que, nas décadas de 1970 e 1980, se intensificaram no extremo sul baiano.

Entre as décadas de 1950 e 1980, ocorreu a difusão das relações de trabalho assalariado no país. Na agricultura, o assalariamento teve intenso crescimento na década de 1970. Em 1976, haviam 4,9 milhões de trabalhadores sob essas condições, sendo 3,3 milhões de boias-frias e 1,9 milhão de trabalhadores permanentes. Por outro lado, em três décadas, de 1950 a 1980, a proporção da população do campo em relação à cidade, no país, passou de 64% para 32% (LINHARES & SILVA, 1999). Há estimativas apontando que, na década de 1970, cerca de 16 milhões de pessoas migraram do campo para a cidade e outras 11,3 milhões na década seguinte²⁶. É interessante observar, como sugeriram Garcia Jr. e Palmeira que a população migrante brasileira percorreu diversos itinerários, tendo ido para as grandes cidades do sudeste, para os projetos de colonização do norte e centro-oeste, para as capitais dos respectivos estados, para as cidades do interior viver como boias-frias, entre outros (GARCIA JR; PALMEIRA, 2001).

No extremo sul, de 1970 a 1991, a proporção da população rural em relação à total diminuiu absurdamente, caindo de 82,4% para 33,1% (PEDREIRA, 2004). Por outro lado, a concentração fundiária da região aumentou nesse período, passando de forte a muito forte, segundo a avaliação qualitativa do índice Gini²⁷ (PEDREIRA,

²⁶ MARTINE, George. Modernização agrícola e emprego rural no pós-guerra. **Anais do XXVII Congresso de Economia e Sociologia Rural**, pp. 100-112, 1989 *Apud* LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

²⁷ Segundo o índice Gini, que mede a concentração das coisas em uma escala de 0 a 1, a concentração fundiária passou de 0,575, na década de 1970, para 0,717. Cf. PEDREIRA, Márcia da Silva. Complexo Florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da Região do Extremo Sul baiano. **Bahia Análise e Dados**, Salvador: SEI, v. 13, n. 4, p. 1005-1018, mar. 2004.

2004). Ou seja, parte desses novos habitantes citadinos tinham sido expulsos de suas terras.

Por outro lado, a expansão urbana no país aumentou a demanda de alimentos para a população, mas a política agrária do regime não foi capaz de respondê-la, ocasionando o aumento da fome entre as populações de menor renda (LINHARES & SILVA, 1999). A situação vulnerável dos boias-frias, por exemplo, que eram trabalhadores contratados em curtos períodos para a realização de tarefas específicas, sem vínculos trabalhistas, influiu diretamente na forma precária como se alimentavam²⁸ (D'INCAO, 1981). No extremo sul, esses sujeitos viviam, geralmente, nas favelas dos povoados ao longo da BR-101, como Itamaraju, Eunápolis e Teixeira de Freitas²⁹.

Retornando ao problema agrário, é possível dizer que este não era exclusividade do extremo sul do Estado. Em julho de 1976, a Comissão Pastoral da Terra NE III³⁰ esteve reunida e constatou a existência de situação de violência generalizada em torno do problema da posse da terra na Bahia e Sergipe. Desse encontro surgiu um artigo republicado nos Cadernos CEAS, “Terra na Bahia e Sergipe”, o mesmo faz uma descrição de conflitos de terra por todo o estado, afirmando que a grilagem havia se tornado rotina (CPT NE III, 1977).

Em março e julho de 1976, a CPT NE III realizou encontros em que as discussões perpassam centralmente pelo levantamento e estudo dos conflitos agrários na Bahia e Sergipe³¹. Já em outubro, em atividade que reunira clérigos, agentes pastorais, representantes do movimento sindical e que contara com a presença de representantes da Diocese de Caravelas, pareceu haver uma preocupação em construir uma reflexão propriamente política. No encontro, discutiu-se, por exemplo, o sindicato como instrumento de organização dos trabalhadores. Para a CPT NE III, esta era uma ferramenta inserida no sistema, porém importante, podendo assumir os interesses da

²⁸ Veremos alguns relatos nesse sentido em seguida.

²⁹ Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

³⁰ Esta surgiu em janeiro de 1976, em uma Assembleia da CNBB NE III, tendo por objetivo articular, assessorar e dinamizar os trabalhos de pastorais e movimentos. A CPT Nacional surgiu no ano anterior, como um organismo da CNBB, a partir da experiência do trabalho de agentes pastorais com posseiros acossados pela grave situação agrária do Centro Oeste e Amazônia. Como seguia a organicidade da CNBB, as Comissões Pastorais da Terra foram se regionalizando a partir da estruturação daquela. O Centro de Estudos e Ação Social teve um importante papel de articulação para a formação da CPT nacional, talvez isso explique a rápida constituição da CPT NE III Cf. POLETO, Ivo; CANUTO, Antônio. **Nas Pegadas do Povo da Terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra**. São Paulo: Loyola, 2002.

³¹ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim nº 7: Mês da Bíblia*, set 1976; CPT NE III, 1977. A referência completas se encontram na seção de fontes.

classe desde que os trabalhadores tomassem a iniciativa³². A Pastoral também reconheceu os limites da Igreja e apontou qual deveria ser a relação com os sindicatos: “A Igreja não tem condições, não compete a ela ser uma organização de classe. Tem, porém, possibilidade de realizar um trabalho de motivação do povo”³³.

O artigo “Terra na Bahia e Sergipe” serviu de base para o depoimento de Dom Jairo Matos da Silva, bispo de Senhor do Bonfim, que representou a CPT NE III na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem da Bahia, em setembro de 1977. A existência da CPI mostra que os conflitos agrários estavam espalhados em outras regiões do estado. Sua fala, assim como o artigo, tem um tom de denúncia. Na parte que trata do extremo sul, o bispo se pronunciou sobre a destruição do equilíbrio ecológico da região e a situação de risco dos pequenos proprietários rurais diante do avanço do setor madeireiro, da pecuária e dos cafezais. Já os camponeses, “sem terra, sem rumo”³⁴, teriam passado a viver nas zonas urbanas da região, muitos sem emprego ou trabalhando como assalariados nas fazendas, às vezes até para quem lhe tomou as terras. Segundo o depoimento, alguns trabalhadores eram incentivados a ir tentar a vida no Pará³⁵.

Relatou ainda Dom Jairo a existência de falsificação de documentos de imóveis rurais, característico da grilagem³⁶, com a conivência do próprio INCRA, que deveria zelar pelos que não tem terra. Expõe que a Flonibra, por exemplo, teve autorização federal para adquirir cerca de 150 mil hectares de terra e transformou-os em 600 mil, independentemente das famílias que moravam nessas terras. A facilidade que as grandes empresas tinham para se apropriar de terras também foi lembrada com o caso da Aracruz Celulose, que era de propriedade, na época, de noruegueses, grupos nacionais (Souza Cruz e Moreira Salles) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A mesma chegou à região através da Indústria Cabrália S.A. e adquiriu 120 mil hectares de terra para plantio de eucalipto. Mesmo o preço do alqueire

³² *Ibidem*.

³³ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Diocesano – Natal: Cristo renasce em nossa Diocese*, dez. 1976.

³⁴ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Grilagem na Bahia: depoimento de Dom Jairo Rui Matos da Silva (CPT NE III)*, 01/09/1977.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ Sobre o modo de operação da grilagem, ver: MINC, Carlos. **A Reconquista da Terra: Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

de terra tendo ido de 4 para 30 mil cruzeiros, a empresa só pagou de indenização aos posseiros o valor de 7,5 mil cruzeiros³⁷.

No mesmo mês, a FETAG-BA teve a oportunidade de dar seu depoimento à CPI e também destacou a disseminação do fenômeno da grilagem pela Bahia, que poderia ser pensado a partir dos eixos rodoviários do estado, como as BR's 101, 116, 324 e 425. Nesse trecho, relata como procediam os grileiros que expulsavam os posseiros da terra:

“O uso de jagunços, em nossos dias, ainda é uma prática costumeira. Empreitadas são contratadas, orientadas e dirigidas pelos ‘grileiros’, dispersando animais, danificando lavouras, queimando plantações, ateando fogo às casas, ameaçando de morte famílias. Não raro, agressões corporais se verificam [...] O segundo aspecto diz respeito à falsificação de documentos, expediente através do qual se tem pretendido comprovar o domínio de centenas ou milhares de hectares quando, se for procedida uma investigação da cadeia sucessória, verificam-se burlas cometidas.” (FETAG-BA, 1978).

Propôs a FETAG que fosse feita uma política efetiva de proteção dos posseiros, através da titulação de suas terras pelo Instituto de Terras da Bahia (Interba), órgão estadual com essa competência, bem como que o INCRA cumprisse decretos de 1973 e 1974³⁸ que pretendiam constituir 10 mil propriedades familiares na Bahia (FETAG, 1978).

Tais medidas poderiam amenizar a situação das famílias prejudicadas pela Flonibra. Infelizmente, não encontramos na documentação acessada o que aconteceu com as famílias em conflito. O mais provável é que tenham saído de suas terras com ou sem indenização, e seguiram os diversos itinerários de que falamos. Veremos adiante, porém, que a empresa se envolveria em novos conflitos com trabalhadores.

1.2 O que é de Deus e o que é de Satanás

Em 29 de agosto de 1979, mais uma notícia de conflito fundiário foi veiculada pela imprensa baiana. Divulgava o *Jornal da Bahia* que, no dia 30 de julho daquele ano, um proprietário de terras e de um hospital no então povoado Teixeira de Freitas, Dr. Rafael de Castro, junto com três homens fortemente armados, invadiu as terras da família de Manuel Ferreira, no município de Mucuri. Na ocasião, eles dispararam tiros

³⁷ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Grilagem na Bahia: depoimento de Dom Jairo Rui Matos da Silva (CPT NE III)*, 01/09/1977.

³⁸ Trata-se dos decretos 73.072 e 74.366 dos respectivos anos.

contra as casas de moradores, incendiaram algumas delas, mataram animais e expulsaram dez famílias do local, provavelmente agregadas a Manuel³⁹.

No dia 26 de agosto, três pistoleiros, Bianô Santos, Dativo Souza e David dos Santos, vinculados ao mesmo Dr. Rafael, invadiram uma comunidade rural, conhecida como Córrego das Ostras. Ao chegarem atirando, enfrentaram a resistência dos posseiros que devolveram na mesma moeda. Como saldo do litígio, os três pistoleiros saíram gravemente feridos direto para o hospital de Dr. Rafael e dois posseiros foram presos, Manuel Conceição e Juarez Matias. Foram apreendidos no local, segundo o delegado do Departamento de Polícia do Interior (DEPIN), Capitão Francisco José, doze revólveres e munição⁴⁰.

É bem provável que a matéria do *Jornal da Bahia* tenha sido veiculada por conta de um documento assinado e publicado, um dia antes, por Dom Filipe Tiago Broers, bispo de Caravelas, um pároco e as pastorais da Diocese. Neste, procuram denunciar às autoridades e ao povo em geral o que ocorrera na comunidade Córrego das Ostras. Explicam que as famílias moravam naquela terra há cerca de trinta anos. Dezoito famílias já haviam sido expulsas com a ação dos pistoleiros à mando de Dr. Rafael, que desde 1972 vinha adquirindo terras próximas à comunidade e invadindo outras⁴¹.

A compra de uma determinada área e a posterior invasão de um espaço muito maior do que lhe é de direito, recorrendo à violência, era prática comum da grilagem, como já foi colocado na seção anterior. A forma como os posseiros da comunidade Córrego das Ostras receberam os pistoleiros mostra que eles estavam determinados a resistir em sua terra. Se o delegado Capitão Francisco José realmente estiver certo, os doze revólveres encontrados atestam isso.

Os posseiros deviam saber que não iriam sair vitoriosos dessa batalha se não utilizassem outros meios. Um dos seus desafios era romper o isolamento do conflito rural (MARTINS, 1985). Publicizá-lo na imprensa e aproveitar o apoio da Igreja Católica, com todo o peso que tinha, eram gestos no sentido da superação do caráter local do litígio.

Verificamos na documentação acessada na Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas que a Igreja teve um papel importante ao lado dos posseiros não apenas neste

³⁹ *Jornal da Bahia*, Grileiros invadem terra e deixam Mucuri em pânico, Salvador, 29/08/1979.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas. *Violência em Mucuri*, 28/08/1979.

caso. Entre as fontes encontradas, as cartas são um dos destaques, pois conseguimos perceber certas nuances dos conflitos. Quando divulgadas, serviam de instrumento de disputa da opinião pública em favor dos posseiros.

No dia 1º de setembro, Dr. Rafael escreveu ao bispo se dizendo consternado com o folhetim lançado pelo mesmo de porta em porta em Teixeira de Freitas. Sabia Dr. Rafael da força que um documento assinado por um bispo da Igreja Católica possuía, tanto que o caso foi noticiado nos jornais da capital. Em seu escrito, colocou que sempre respeitou o bispo, mas que não era possível fazer justiça ouvindo apenas um lado. Para se defender anexou documentação comprovando que as terras invadidas seriam dele. Em certo tom de ameaça, pediu ao bispo que divulgasse “outro folhetim explicando o equívoco para que eu não seja forçado a fazê-lo”⁴².

Dom Filipe Broers divulgou outro documento no dia 7 de setembro, mas destinado aos posseiros e pequenos proprietários da área da Diocese de Caravelas, onde voltou a denunciar o caso do Córrego das Ostras. A forma violenta como agiu o grileiro mexeu com o bispo, que desabafou: “Não tem dúvida: condenamos veementemente esta atitude, que é uma atitude covarde, cruel e desumana.”⁴³. Em seguida, alertou aos camponeses para que se preparassem para não acontecer o mesmo com eles. Para isso, eles deveriam se unir, participar das reuniões na comunidade e sindicato, procurar ler a bíblia e conhecer melhor o Estatuto da Terra para saber dos seus direitos⁴⁴.

Frei Elias Hooij, pároco da região do conflito, foi ao Córrego das Ostras e escreveu uma carta ao bispo, em 12 de setembro, relatando suas impressões do que ocorrera. Segundo ele, Dr. Rafael comprara um imóvel de dois alqueires (cerca de 38,7 hectares), que era de Manuel Ferreira – do primeiro conflito. Porém, a área onde se deu a celeuma era outra, sendo Manuel herdeiro de 15 alqueires nessa (cerca de 290 hectares). Já os posseiros da comunidade do Córrego das Ostras tinham possessões antigas, pagavam e contribuía com o INCRA para a sua aposentadoria regularmente, comprovando sua atividade de trabalhadores rurais. Ainda colocou Frei Elias:

“Então, eu acho o negócio bastante impressionante e me parece que Dr. Rafael é altamente responsável por muitas coisas, crimes, roubos, terror e isso durante vários anos. Disto estou convencido [...] E nós devemos

⁴² Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta Dr. Rafael a Dom Filipe*, 01/09/1979.

⁴³ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta de Dom Filipe aos posseiros e pequenos proprietários*, 01/09/1979.

⁴⁴ *Ibidem*.

continuar a denunciar estas práticas e não ter medo de indicar as coisas claramente e nominalmente”⁴⁵.

Escreveu, ainda, Frei Elias: “Eu não descobri muita coisa contra a Flonibra [...] ou a Imobiliária Rio Doce.”⁴⁶. O fato dele citar a Flonibra pode ser um indicativo de que se suspeitava que Dr. Rafael tivesse grilando terras para depois vendê-las à empresa, como fez Mangiapelo, tratado na seção anterior.

Um dia após receber a carta do pároco, Dom Filipe Broers escreveu sua resposta à Dr. Rafael. Deixando transparecer irritação quanto à solicitação deste para que publicasse outro folheto se retratando, colocou que anexava a Carta aos posseiros do dia 7 de setembro. Em relação a quem estaria certo no problema da terra, expôs que não competia a ele enquanto bispo dizê-lo. Porém, foi taxativo: “quanto às violências praticadas, não existem dúvidas, e estas violências continuaremos condenando veementemente pois de qualquer maneira são injustas”⁴⁷. Propôs, então, que ricos e pobres vivessem conforme o plano de Deus, construindo um mundo justo com lugar para todos⁴⁸.

Expõe Mainwaring, historiador brasilianista dedicado às relações políticas da Igreja Católica, que as violações aos direitos humanos e a perseguição a membros do clero foram um dos motivos que levou a instituição a ter posicionamentos críticos em relação à Ditadura Militar (MAINWARING, 2004). Nesse caso, a crítica da Igreja Diocesana não é diretamente ao regime, mas ao problema social ligado à questão da terra. Pode-se imaginar, aliás, que as violências cometidas contra os posseiros mexeram com o humanismo de parte do clero de Caravelas.

A atuação da Igreja junto aos trabalhadores rurais não se iniciou com o Córrego das Ostras, mas no processo de formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da equipe de Assessoria Pastoral diocesana. Tivemos a oportunidade de entrevistar Frei Elias, que acompanhou o conflito do Córrego das Ostras, sendo hoje o clérigo mais antigo da Diocese. Ele é holandês e chegou ao extremo sul em 1966 para ajudar, como voluntário, na construção do hospital regional de Caravelas, obra tocada pela Igreja Diocesana⁴⁹.

⁴⁵ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta de Frei Elias a Dom Filipe*, 12/09/1979.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta de Dom Filipe a Dr. Rafael*, 13/09/1979.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Entrevista com Frei Elias, realizada em 26/06/2015, na sede da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas em Teixeira de Freitas.

Frei Elias acabou ficando e virou pároco de Posto da Mata, na divisa com o Espírito Santo. Nesse período, segundo ele, não existia grande presença do clero nas comunidades rurais. O que aconteciam eram os “giros” em povoados e fazendas, quando os clérigos passavam algumas semanas viajando por localidades da zona rural, onde rezavam a missa e faziam casamentos e batizados, entre outras coisas. Deste modo, cada comunidade recebia uma ou duas visitas no ano⁵⁰. O fato de serem todos clérigos estrangeiros, ou frades holandeses ou capuchinhos italianos, era uma barreira a mais neste contato (HOOIJ, 2011).

Relatou Frei Elias que ao se estabelecer na paróquia, seu trabalho principal foi a criação de Comunidades Eclesiais de Base. Para tanto, aconteciam as visitas nas localidades rurais, eram escolhidos líderes ou coordenadores que ficariam responsáveis pelas reuniões. Como suporte, os clérigos criaram materiais para auxiliar os coordenadores nos cultos dominicais e em outras atividades. Frei Elias declarou que o intuito das comunidades era servir pastoral e humanamente ao povo⁵¹.

As comunidades eclesiais de base surgiram no Brasil na década de 1960 e se difundiram propriamente na década seguinte (MAINWARING, 2004). A escassez de clérigos e a conseqüente dificuldade da Igreja chegar a todos os fiéis é um dos fatores que explica seu surgimento inicial (TEIXEIRA, 1988). Já a forma como se constituíram tem relação com os processos de renovação da Igreja brasileira, que vem desde a primeira metade do século XX, especialmente com a atuação da Ação Católica (TEIXEIRA, 1988). Na década de 1960, o Concílio Vaticano II (1962-5) e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1968) também impulsionaram iniciativas como as CEB's no interior na Igreja. Vale ainda mencionar, nesse sentido, a força que setores politicamente progressistas⁵² ganharam na Igreja brasileira a partir da década de 1970 (IOKOI, 1996; MAINWARING, 2004; TEIXEIRA, 1988).

Há consenso na bibliografia acessada que as CEBs foram um espaço importante para a organização e atuação das classes populares⁵³ na medida em que a

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² Neste caso, o termo progressista se restringe à esfera política. A caracterização geral do clero como conservador e progressista não alcança a complexidade dos posicionamentos em relação às questões políticas, culturais e religiosas, pois em um aspecto o sujeito pode ser considerado conservador, mas, em outro, progressista.

⁵³ Classes populares é um termo utilizado por setores de esquerda na época, inclusive, pela própria Igreja. Sader e Paoli sugerem sua utilização como forma de alargar o conceito de classe trabalhadora, pois vários sujeitos não estariam abarcados em tal categorização, já que não se inseriam nas relações capital x trabalho. Mas nem por isso, deixariam de estar submetidos a formas de exploração e opressão, ver:

Igreja se abria para elas. Na verdade, a repressão da Ditadura Militar aos movimentos sociais, sindicais e partidos políticos fez da Igreja Católica uma das poucas instituições com a possibilidade de fazer uma oposição a esse regime político (IOKOI, 1996; MAINWARING, 2004; TEIXEIRA, 1988). Destaca Teixeira, por outro lado, que as classes populares se identificaram com a Igreja comprometida com a pastoral popular e reconheceram nesta “um espaço privilegiado de expressão de suas forças” (TEIXEIRA, 1988, p. 179).

O documento aprovado na 18ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), *Igreja e Problemas da Terra*, é um exemplo do apoio institucional da Igreja brasileira aos trabalhadores rurais. Nele os bispos denunciam a concentração da propriedade da terra no país, a convivência do poder político com a grande empresa e as violências sofridas pelos camponeses e povos indígenas. Além disso, traz uma importante conceituação que iria justificar, no plano ideológico, a luta dos posseiros e trabalhadores rurais pela terra. Segundo a CNBB, existia a terra de exploração, associada ao lucro, e a terra de trabalho que é descrita abaixo, como:

“possuída por quem nela trabalha. Não é a terra para explorar os outros nem para especular. Em nosso país, a concepção de terra de trabalho aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse.” (CNBB, p. 11, 1980).

Em relação a atuação de CEB's no extremo sul, encontramos, nas fontes escritas acessadas, referências desde 1973. Em um boletim diocesano deste ano, é exposto o método Ver-Julgar-Agir⁵⁴ para o trabalho em comunidade, assim como é mencionado o trabalho de círculos de estudos bíblicos na Diocese⁵⁵. Em maio de 1975, Dom Filipe Broers lançou o Plano Pastoral da Diocese, cujo objetivo central era a formação de comunidades. O mesmo mostra uma preocupação com a instituição pela influência de outras religiões sobre os católicos: “Vocês mesmos sabem que muitos, até católicos praticantes, passam para a lei dos crentes, frequentam o espiritismo, a macumba e outras coisas por ali.”⁵⁶

Entre o final de junho e o início de julho de 1975, foi realizada uma Assembleia na Diocese. No decorrer da mesma, os presentes resolveram mudar a direção dos debates, inicialmente mais voltados às questões religiosas, para tratar de

SADER, Eder; PAOLI, M. C. Sobre 'Classes Populares' no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leituras de acontecimentos recentes) In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.

⁵⁴ Sobre este método, ver: BOFF, Clodovis. *Como Trabalhar com o Povo*. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁵⁵ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim nº 2: Para os líderes*, Agosto de 1973.

⁵⁶ Casa da Memória Popular (CAMPO)/CEAS. *Carta do Bispo às Comunidades*, maio de 1975.

problemas sociais da região, especialmente o agrário. A partir das discussões, uma das propostas foi a criação de uma Equipe de Assessoria Diocesana que pudesse fazer uma pesquisa sobre a realidade socioeconômica do extremo sul⁵⁷. Em meados deste ano, chegou à Diocese o padre Jeff Caekelbergh, que ajudou a constituir algo maior, a Equipe de Assessoria Pastoral Diocesana, responsável pela orientação e articulação do trabalho nas CEBs⁵⁸.

O padre Jeff era belga e estava ligado à Congregação dos Missionários do Sagrado Coração (MSC). Entrevistamos Celso Favero da mesma Congregação na época, que chegou a Teixeira de Freitas em 1979. O mesmo relatou que padre Jeff, após se estabelecer, trouxe consigo outros missionários estrangeiros do MSC, os padres Rafael e Renê⁵⁹, que o auxiliariam neste trabalho⁶⁰. Também passaram a integrar a equipe as freiras Verônica, Alice e Terezinha⁶¹. Em fevereiro de 1976, padre Jeff escreveu uma carta ao CEAS⁶² refletindo sobre a ação pastoral na Diocese:

“O objetivo principal da ação pastoral dentro da diocese são as C.E.B. (comunidades eclesiais de base). No entanto, vista a situação concreta, colocamos como prioridade a conscientização através de grupos de base no meio rural. Para isto, organizou-se a equipe de assessoria de pastoral rural.”⁶³.

Obviamente, a ação pastoral nas CEB's e o trabalho de conscientização no meio rural não consistiam numa contradição. É possível que, na verdade, padre Jeff estivesse expressando uma visão das CEBs diferente da revelada no documento do bispo de 1975. Enquanto este parecia estar mais preocupado, naquele momento, com a questão institucional, de seus fiéis não serem arrebatados por outras religiões, aquele percebia que a maior abertura da Igreja para as comunidades acabou trazendo os problemas dos subalternos para sua seara.

O trabalho pastoral desenvolvido por esses agentes estava articulado com a CPT NE III através da participação deles em encontros e reuniões. Por outro lado, a entidade auxiliava a pastoral diocesana em momentos formativos ou de conflitos. Em 1977, a CPT NE III se dividiu em sub-regionais, ficando a Diocese de Caravelas ligada

⁵⁷ Casa da Memória Popular (CAMPO)/CEAS. *Relatório Assembleia Diocesana Caravelas*, jun.-jul. 1975.

⁵⁸ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim nº 4: Transformar*, set. 1975.

⁵⁹ Não sabemos os sobrenomes desses clérigos. Procuramos identificar, no texto, sempre que possível, as pessoas com o nome e sobrenome. Nos casos em que isso não ocorre, é porque não foram localizadas nas fontes essa informação.

⁶⁰ Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

⁶¹ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim nº7: Mês da Bíblia*, set 1976.

⁶² Neste período, o CEAS, na figura dos assessores Manoel Andrés Mato e Deodato Guilherme Santos Souza, contribuiu na avaliação e planejamento do trabalho pastoral da Diocese de Caravelas.

⁶³ Casa da Memória Popular (CAMPO)/CEAS. *Carta Padre Jeff ao CEAS*, fev. 1976.

à de Ilhéus e São Mateus (ES), o seu representante nas reuniões seria o já mencionado, padre Rafael⁶⁴. Já a Equipe de Assessoria Pastoral da Diocese tendeu a se dividir em pastorais da terra, do pescador, da juventude, da educação e da saúde⁶⁵.

Anos depois, em 1982, o boletim diocesano publicou uma carta da Comunidade Barcelona, em que é possível perceber a dinâmica de funcionamento de uma Comunidade Eclesial de Base e a relação com a Equipe de Assessoria:

“Todas as quartas e quintas-feiras, nas casas da vizinhança, reunimos 3 grupos para fazer estudo e reflexão sobre a nossa vida, sobre aquilo que está certo e o que está errado, *o que é de Deus e o que é de Satanás*. Estudamos as leis, os nossos direitos e a Bíblia. Todos os sábados, cantamos o Ofício de Nossa Senhora e aos domingos celebramos Culto e damos o curso de preparação ao Batismo. A união dos fracos é muito mais forte do que a união dos ricos. [...] Nós estamos com muita saudade da nossa equipe diocesana, mas hoje veio Veronika e trouxe muitas novidades e mais trabalho.”⁶⁶.

De volta aos problemas de terras, em 1980, estoura outro conflito envolvendo posseiros com a presença da Igreja Diocesana. Em 22 de outubro de 1980, Dom Filipe Broers publicou um documento intitulado *Carta Aberta ao Povo, ao Governador e à Imprensa*, onde denunciava a prisão de 37 pessoas, entre elas três crianças, na região de Itabatã, município de Mucuri. Eram trabalhadores rurais que ficaram encarcerados entre os dias 2 e 6 de outubro sob as piores condições de higiene, sem alimentos até seus familiares chegarem e sofrendo todo o tipo de violência. Um deles estava muito debilitado e com queimaduras pelo corpo, pois, segundo o bispo, “a polícia, o oficial de justiça e os grileiros o cercaram de fogo para prendê-lo, dizendo que assim caçavam o coelho”⁶⁷.

No momento da prisão, os trabalhadores realizavam o plantio na terra. Pela carta⁶⁸, alguns destes trabalhadores eram posseiros de muitos anos da área e foram expulsos no mês de abril deste ano. Outros decidiram ocupá-las, pois acreditavam ser terras devolutas⁶⁹. Um dia após serem soltos, em 7 de outubro, policiais, grileiros e um oficial de justiça invadiram a residência dos padres em Teixeira de Freitas fazendo

⁶⁴ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Nosso Boletim: comunicações, informações, notícias*, jun 1977.

⁶⁵ Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

⁶⁶ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Diocesano nº 13*, set-out de 1982. Grifos meus.

⁶⁷ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. Dom Filipe Broers. *Carta ao Povo, ao Governador e à Imprensa*, 22 de out. 1980.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ Terras devolutas são aquelas que pertencem ao Estado e, de modo geral, não estão sendo utilizadas. A entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2014, na sede do CEAS em Salvador, confirmou a informação de que esses trabalhadores eram um misto de posseiros antigos da área e novos ocupantes.

ameaças e forçando um animador da Igreja a assinar um papel em branco⁷⁰. A violência não se restringia aos posseiros, atingia também aqueles que estavam ao seu lado.

Apesar dessa situação no mês de outubro, as fontes informam que a disputa teria começado antes, em abril de 1980. No dia 10 deste mês, oito posseiros foram à sede da FETAG, em Salvador, procurando assessoria jurídica, pois tinham sido expulsos dessas terras de Itabatã ou impedidos de trabalhar nelas por Rosalino Queiroz de Matos⁷¹.

A partir de então, o conflito entrou em uma fase de disputa judicial, com audiências e ações das partes. No mês de junho, por exemplo, a defesa dos posseiros, feita pela advogada Lúcia Lyra⁷² da FETAG-BA, suscitou incidente de falsidade em relação à documentação de Rosalino, pois o mesmo se dizia dono das terras há cerca de 20 anos, mas seus papéis datavam de 02/04/1974. Porém, no mesmo mês, o juiz de Caravelas concedeu mandato de reintegração de posse em favor de Rosalino de Matos, que fora cumprido em 5 de julho⁷³.

Em 27 de julho, ocorreu um encontro com 50 posseiros na cidade de Teixeira de Freitas, organizado pelo movimento sindical da região⁷⁴, além da FETAG, CPT NE III e Pastoral Diocesana. Após o encontro, os presentes divulgaram uma nota em que denunciavam casos de grilagem de terra no extremo sul. No documento, apontam a ligação de Rosalino de Matos com o dono do cartório de Itabatã, que era vice-prefeito da cidade de Mucuri, dando a entender que o proprietário falsificou os documentos da terra por essa via. Ao final da nota, os posseiros colocam sua disposição em resistirem na terra para não se tornarem boias-frias ou favelados⁷⁵.

Ainda no âmbito judicial, em 18 de agosto, o juiz de Caravelas concedeu novo pedido de reintegração de posse em favor de Rosalino de Matos. Quatro dias depois, foi publicada no *Diário Oficial do Estado* a decisão de um desembargador concedendo Mandato de Segurança aos posseiros. Por essa decisão, eles poderiam ficar nas terras até

⁷⁰ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. Dom Filipe Broers. *Carta ao Povo, ao Governador e à Imprensa*, 22 de out. 1980.

⁷¹ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta de Lúcia Lyra a Dom Filipe*, 03/09/1980.

⁷² Lúcia Lyra conhecia muito bem a violência do latifúndio. Anos antes, em 22 de setembro de 1977, seu marido, o advogado de trabalhadores rurais, Eugênio Lyra, foi assassinado por um pistoleiro quando saía de uma barbearia na cidade de Santa Maria da Vitória. Ele iria depor no dia seguinte à CPI da Grilagem, mas morreu em seus braços. Naquele momento, Lúcia estava grávida de cinco meses. Disponível: <http://www.aatr.org.br/Lyra/Homenagens.htm>. Acesso em 25/10/2016.

⁷³ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta de Lúcia Lyra a Dom Filipe*, 03/09/1980.

⁷⁴ São os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Itamaraju, Guaratinga, Medeiros Neto e Itanhém.

⁷⁵ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Nota de Denúncia*, 27/07/1980.

a resolução do litígio. Porém, passando por cima de decisão de uma instância superior, no dia 28 de agosto foi executada a reintegração de posse expedida pelo Juiz de Caravelas⁷⁶. Entre essa medida e a prisão dos 37 trabalhadores no dia 2 de outubro, os posseiros devem ter reocupado as terras.

Um ponto importante sobre a *Carta Aberta ao Povo, ao Governador e à Imprensa* de Dom Filipe Broers é o momento propício em que a mesma foi divulgada. Naquele período, em outubro de 1980, o governador Antônio Carlos Magalhães visitava a região e acabou sendo constrangido pelo bispo, que lhe entregou o escrito pessoalmente em um evento público. Tal atitude levou a Igreja e os padres diocesanos a serem taxados de marxistas por aqueles que estavam do lado dos grandes proprietários. A resposta do bispo veio no Boletim Diocesano: “nossa ação foi muitas vezes mal compreendida e por isso fomos perseguidos, ameaçados e caluniados.”⁷⁷.

Esse mesmo boletim trazia a situação dos posseiros expulsos da terra, oriundos de algumas localidades da região. Aqueles que eram de uma comunidade rural denominada Pouso Alegre estavam unidos trabalhando em uma fazenda que costumava atrasar nos pagamentos, os de Posto da Mata foram amedrontados de tal maneira que sumiram sem deixar contato e os de Teixeira de Freitas estavam com dificuldade para conseguir trabalho⁷⁸.

Em 27 de outubro, o *jornal A Tarde* repercutiu a famosa Carta e a visita do governador ao extremo sul. Uma das matérias trazia a agenda de Antônio Carlos Magalhães na viagem. Na inauguração do sistema de telefonia em Teixeira de Freitas, ele falou, de forma positiva, que há oito anos esse povoado tinha somente 8 mil pessoas e que naquele momento tinha 80 mil. O governador ainda participou de almoço com empresários de toda a região e foi presidir o encerramento de uma exposição agropecuária da região, quando declarou: “Diante dessa multidão, recordo-me quando aqui cheguei em 1971, no meu primeiro governo, época em que lancei as pedras mestras do desenvolvimento de todo o extremo sul do estado”⁷⁹. Pelos eventos e discursos, percebe-se qual o projeto de desenvolvimento do governador e a quem servia.

Em novembro, Antônio Carlos Magalhães enviou um relatório confidencial, elaborado pelo Secretário de Segurança Pública, Durval de Mattos Santos, ao bispo,

⁷⁶ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta de Lúcia Lyra a Dom Filipe*, 03/09/1980.

⁷⁷ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Diocesano n° 3*, nov. 1980.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Jornal A Tarde*. Governador promete mais crédito para extremo sul, Salvador, 27/10/1980.

onde era apontado que a Igreja de Caravelas e Teófilo Otoni (MG), a FETAG e o STR de Posto da Mata estavam dando aval a invasões de terras na região. Assim, deu parecer favorável a Rosalino de Matos que teria apresentado documentação das terras, justificando: “Não poderia ser de outro modo, pois nosso sistema jurídico ainda protege o regime de propriedade privada.”⁸⁰. Segundo o Secretário, tal situação estaria deixando proprietários de vasta área no extremo sul da Bahia e do norte de Minas Gerais temerosos de que invasões se propagassem, eles estariam recorrendo às autoridades e órgãos do Estado⁸¹.

O documento do Secretário de Segurança Pública é interessante para dimensionar a luta dos posseiros. Fica claro que ele entende a importância da atuação da Igreja e do movimento sindical junto a eles. Os apelos dos proprietários para que se tomasse atitudes em relação às ações dos posseiros, demonstra o medo que tinham de ver sua condição de classe abalada. Durval percebeu que a disputa girava em torno de duas visões acerca da propriedade da terra e sabia bem de que lado estava.

O bispo respondeu à carta do governador colocando argumentos embasados na defesa da advogada da FETAG-BA, Lúcia Lyra. A partir de então, a estratégia da luta dos posseiros e de seus mediadores políticos, Igreja e FETAG, em relação ao Estado passou a ser menos no campo jurídico e mais no sentido de pressionar o poder executivo para legalizar as terras em conflito. Nesta dinâmica, aconteceu algo significativo, que foi a união das lutas dos posseiros do Córrego das Ostras e de Itabatã.

Em janeiro de 1981, eles alcançaram uma vitória. O INCRA considerou as duas áreas como de “Tensão Social”, o que implicava em uma maior possibilidade de regularização fundiária em seu favor⁸². No final desse mês, foi a Salvador uma comissão representando os posseiros, com auxílio da CPT e FETAG, para cobrar do governador a resolução da questão⁸³.

Na volta, os trabalhadores do Córrego das Ostras sofreram grave retaliação de Dr. Rafael e dos agentes do Estado. Amparado por uma liminar de reintegração de posse expedida pelo juiz em dezembro de 1980, foram à Comunidade Córrego das Ostras, no dia 2 de fevereiro, dez policiais, dois oficiais de justiça e um pistoleiro e obrigaram o

⁸⁰ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Ofício Gab/nº 390/80 (Confidencial)*, 06/11/1980.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta do Coordenador Regional do INCRA à FNT*, 23/01/1981.

⁸³ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta dos Posseiros ao governador*, 25/01/1981.

posseiro Domingos, junto com sua esposa e quatro filhos, a entrar em um carro sem saber o destino. Eles foram deixados na cadeia de Itabatã e lá permaneceram por dois dias. Em 3 de fevereiro, voltaram à comunidade, pegaram à força outras famílias e as deixaram na cidade de Pedro Canário (ES). No dia seguinte, os tratores do fazendeiro passaram por cima das plantações, benfeitorias e casas dos posseiros⁸⁴. O intervalo de tempo entre a liminar do juiz e o momento da execução sugere que a mesma foi uma espécie de “carta na manga” que Dr. Rafael tinha para utilizar como retaliação às ações dos posseiros com a conivência do poder judiciário.

Ainda em fevereiro, técnicos do Interba foram às áreas do conflito para averiguar a situação. Eles não tomaram a iniciativa de conversar com os posseiros. Mas estes conseguiram encontrá-los quando retornavam à Salvador. Na conversa, expuseram que não perceberam indícios da presença dos trabalhadores na área. Os posseiros retrucaram informando-os que os tratores de Dr. Rafael tinham destruído tudo antes⁸⁵. É possível que já tenha feito premeditadamente.

Diante da morosidade do executivo, em 29 de maio de 1981, Dom Filipe Broers enviou carta ao governador solicitando providências. Provavelmente, com o intuito de sensibilizá-lo, o bispo anexou cartas dos posseiros, que traziam suas experiências. Uma delas foi a de Antônio de Jesus Miranda, posseiro de Itabatã, que escreveu:

“Eu vou contar meu sofrimento. Eu sou pai di oito filhos. Já fui preso na região. A fim di defender o pão. Que as coisas tá muito precuara. Robar não podi, matar pior. Já tou atraz di uma terra prá trabalhar pra dá di comer a mulher e os filhos. Si a gente for trabalhar um dia não vali nada. Trinta e cinco companheiros foram presos. Eسس homens trabalhando pra ganhar 200,00 conto não têm condições com a casa cheia di filhos [...] quanto mais pressa melhor que os pobres está passando fomi demais”⁸⁶.

Na carta, Antônio, que estava no grupo dos 37 presos, esclarece que a necessidade básica, sendo pai de oito filhos, o levou a ocupar uma terra para “defender o pão”⁸⁷. A condição de diarista ou boia-fria não lhe dava o suficiente para o sustento, ele vivenciava o problema da fome no seio de sua família. Outro escrito, dos posseiros do Córrego das Ostras, tem um viés parecido, como se pode notar:

⁸⁴ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta de Dom Filipe aos Diocesanos*, fev./mar. 1981.

⁸⁵ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta de Antônio ao Interba*, 17/05/1981.

⁸⁶ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Carta dos Posseiros do Córrego das Ostras ao Governador*, 19/05/1981.

⁸⁷ *Ibidem*.

“Que o senhor libere esta terra para nós que nós somos pobre nós sobrevive dos braços e desta terra. O Dr Rafael é rico [...] só vivi robando terra dos pobre e ainda fica mangando di nós, dizendo que ele correu com nós da terra, derrubou as casa, derrubou serca, pos animal no riacho”⁸⁸.

Estes posseiros também apontam a libertação da terra em seu favor como condição de sobrevivência através de seu trabalho. Interessante notar o requinte de crueldade das ações do grileiro, não bastasse expropriar as terras, ainda ridicularizava os posseiros. A percepção de que suas condições materiais eram piores como boias-frias e a noção de que era justo eles ficarem com a terra, pois tiravam o sustento dela pelo seu trabalho, enquanto os fazendeiros já eram ricos, são fatores que certamente influenciaram a resistência da maioria dos posseiros. Afinal, a terra deveria ser de quem nela trabalha.

Em agosto de 1981, cerca de 100 posseiros de Itabatã, escreveram sua *Carta ao Povo, ao Governador e à Imprensa*, anunciando que voltariam a ocupar as terras, já que nenhuma medida havia sido tomada por parte do Estado para resolver o conflito. Na correspondência, eles expuseram suas razões e desespero, como podemos ver:

“Não encontramos mais terra para fazer roças. Nas fazendas ninguém mais aceita roçalhanos. Emprego na cidade não encontramos. [...]. Ir para S. Paulo não resolve, já tem tanto trabalhador voltando de lá desempregado também. As nossa mulheres, cada dia, vão esperar os caminhões das firmas que levam os volantes para a roça. Mas poucas vezes conseguem uma vaga para este trabalho. [...] O que fazer? Roubar, não temos coragem. Se continuamos esperando, vamos morrer de fome. E esperar o que? A resposta não vem... O Governo nos abandonou. Estamos desesperados.”⁸⁹.

Expulsos da terra, sem trabalho digno e convivendo com o fantasma da fome, muitos trabalhadores e trabalhadoras deviam estar de fato desesperados. Já Rosalino, diante da ameaça de ofensiva dos trabalhadores, agiu como grileiro. Ordenou que seus homens espalhassem a notícia de que se as terras fossem ocupadas, cinco homens iriam morrer, entre eles, um clérigo, Frei Venâncio. Os posseiros também ficaram sabendo que vários fazendeiros vizinhos colocaram seus pistoleiros à disposição de Rosalino.⁹⁰ O patronato rural da região agia como classe. Percebendo a correlação de forças desfavorável, os posseiros recuaram e não fizeram a ocupação. A partir de então, não há informações nas fontes de que os posseiros tenham voltado às suas terras. Ao que parece, os grileiros ganharam essa batalha.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Especial Olhando o Extremo sul da Bahia*, out. 1981.

⁹⁰ *Ibidem*.

Porém, é possível dizer que os posseiros venderam caro esta derrota. Além de sua determinação em voltar para as terras várias vezes, é plausível deduzir que eles perceberam que ao se ligarem ao organismo de representação de sua classe, como a FETAG, e à Igreja, estariam mais fortes. Com esta aliança, conseguiram ter auxílio jurídico para travar a batalha nesta instância e no executivo, bem como romper o isolamento de sua luta com a publicização da mesma. A divulgação do conflito de algum modo inibia ações mais violentas por parte dos grileiros que não gostariam de ver seus nomes associado a ações violentas estampados nas páginas de jornais de grande circulação.

1.3 Grilagem no Vale Verde

No município de Porto Seguro, situava-se a região do Vale Verde. A mesma foi palco de dois grandes casos de grilagem que iremos analisar. O primeiro envolvia novamente uma grande empresa transnacional, a Brasil-Holanda Indústria S.A. O segundo conflito se deu em torno de uma área que fora reservada para o estabelecimento de um projeto de assentamento, que beneficiaria pequenos produtores pauperizados e posseiros sem-terra.

A bibliografia que acessamos não traz grandes informações sobre a Brasil-Holanda. Sabemos que sua sede ficava no Rio de Janeiro e seus proprietários eram os judeus Issac Fenster e Simon Rothstein⁹¹. A empresa produzia compensados de madeira e possuía unidades industriais na cidade de Nanuque (MG), próxima ao extremo sul da Bahia, e na localidade de Guarani, a 100 km de Eunápolis (MALINA, 2013; PEDREIRA, 2008).

A primeira medição do local onde fica o Vale Verde foi feita no ano de 1954 por ordem da Secretaria de Agricultura do estado. Nos dois anos seguintes, a área foi dividida em lotes e títulos de propriedades foram emitidos para pessoas que moravam no Rio de Janeiro e São Paulo. O posseiro Fernando Piloto ajudou, juntamente com seu falecido pai, na medição de 1954. Ao terminar o trabalho, seu pai recebeu um lote de 10 alqueires (cerca de 193,6 hectares), sendo a família deles os primeiros a se fixarem na localidade. Depois foram chegando outras famílias, que fizeram suas roças e moradias⁹².

⁹¹ [Periódico Ilegível]. Multinacional expulsa posseiros e estabelece terror em Eunápolis, 27/11/1979.

⁹² *Ibidem*.

Em 1972, a Bralanda, como era conhecida popularmente, se estabeleceu no Vale. Os posseiros acusavam o técnico agrimensor do Interba, Moisés Pereira Reis, de corrupção. Ele fora o responsável pela primeira medição da área e foi contratado, em 1974, pela Brasil-Holanda para fazer a planta do local. O mesmo teria aumentado a área real da localidade e desconsiderou que mais de 100 famílias moravam e tinham roças por lá⁹³. A empresa, por sua vez, recorreu a um velho expediente da grilagem para conseguir suas terras. Comprou algumas fazendas e roças e expandiu seu limite para além do devido. Segundo a já referida CPI da Grilagem, a empresa que se dizia dona de 90 mil hectares, mas só pôde comprovar com documentação cerca de 17.300 hectares⁹⁴.

Ainda em 1974, outro procedimento da grilagem, a violência. A Bralanda fez chegar às famílias posseiras, através de seu advogado e corretores, uma proposta de indenização para saírem do local. Aqueles que não aceitassem eram ameaçados e dava-se um prazo de 24 horas para que abandonassem a área. As famílias que não aceitaram foram expulsas à força pela polícia e tiveram seus barracos arruinados. Desta feita, 110 famílias tiveram suas habitações destruídas, houve muitas agressões e um posseiro foi preso⁹⁵.

Entre 1975 e 1977, as informações do conflito são imprecisas. Em outubro de 1978, o *Jornal da Bahia* veiculou uma matéria relatando que os posseiros foram à capital baiana e, junto com a assessoria jurídica da FETAG, denunciaram, na Secretaria de Segurança Pública (SSP), uma ação da Polícia Militar da região contra os posseiros. Segundo os trabalhadores, no dia 6 de outubro, o delegado regional de Porto Seguro e mais vinte homens sob seu comando foram ao Vale Verde, incendiaram cerca de 130 barracos, expulsaram os posseiros da terra e praticaram muitas agressões⁹⁶.

Um mês antes da invasão da polícia, em 7 de setembro, os posseiros se puseram a uma ousada ação. Cerca de 100 homens foram à sede da fazenda da empresa, derrubaram a cancela e diversos pilares, em seguida, atearam fogo em tudo sob a vista dos guardas. A motivação dos posseiros era a invasão da empresa sobre as suas terras. Um deles, Isaías Gonçalves, afirmava que a Brasil-Holanda havia colocado cerca em mais de 30 km quadrados de área, embora a maior parte destas terras fosse devoluta. O

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Especial Olhando o Extremo sul da Bahia*, out. 1981.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ *Jornal da Bahia*. Lavradores acusam empresas de mandar queimar barracos na Bahia, Salvador, 19/10/1978.

desfecho da ação dos posseiros foi relatado por Isaías: “eles chamaram a polícia e quem é doido para brigar contra a polícia?”⁹⁷.

Mesmo com essa investida dos posseiros, é possível dizer que a ação da polícia do dia 6 de outubro aconteceu à revelia da justiça, pois, em maio, os posseiros entraram com uma ação contra empresa, que respondeu com outra de manutenção de posse. A audiência da empresa fora marcada para o dia 10 de outubro e a dos posseiros no dia 30 do mesmo mês. Ou seja, ainda não havia decisão judicial que respaldasse a ação da PM⁹⁸.

Os posseiros disseram, na SSP, que estavam na terra há de quinze anos e responsabilizaram pela ação de queima dos barracos o diretor da empresa, Arthur Emanuel Tisser. Ao lado dos posseiros estava um ex-funcionário da empresa, Humberto Trindade, que trabalhou na mesma durante doze anos. Ele garantia que Arthur Emanuel estava por detrás das ações contra os posseiros, como aponta sua declaração: “Foi ele quem comandou os planos incendiários e de expulsão do pessoal. *Corria muito dinheiro para as autoridades.*”⁹⁹. Segundo os trabalhadores, o suborno da empresa era dirigido ao delegado regional de Porto Seguro, Adão Alves de Castro, ao delegado de Itabela, Tenente Antônio Teixeira, e ao juiz, Antônio Faria Lima¹⁰⁰.

No ano seguinte, em maio de 1979, este juiz concedeu liminar de manutenção de posse em favor da Brasil-Holanda. Os posseiros haviam retornado às terras. O magistrado, então, determinou que o 2º Batalhão da PM fornecesse reforços para efetivar a ocupação da Brasil-Holanda. As autoridades militares ficaram reticentes em agir e aguardaram ordem do Secretário de Segurança Pública¹⁰¹.

No dia 4 de junho de 1979, o padre jesuíta Freddy Servais, representando a CPT NE III, depôs na, já citada, CPI da Grilagem e tratou da situação dos posseiros em relação à grilagem:

“Os posseiros veem, assim, as terras que cultivam há 20 ou 40 anos sendo tituladas em nome de grandes companhias, e eles, os verdadeiros ocupantes, acabam sendo tratados como invasores ou, mesmo como grileiros. É o caso da Bralanda em Porto Seguro” (SERVAIS, 1980).

⁹⁷ *Jornal da Bahia*. Lavradores confirmam violência, Salvador, 20/10/1978.

⁹⁸ *Jornal da Bahia*. Lavradores acusam empresas de mandar queimar barracos na Bahia, Salvador, 19/10/1978.

⁹⁹ *Ibidem*. Grifos meus.

¹⁰⁰ *Jornal do Brasil*. Posseiros acusam empresa de suborno a autoridades e violência no Sul da Bahia, Rio de Janeiro, 20/10/1978.

¹⁰¹ *Jornal O Estado de São Paulo*. Previsto novo conflito, São Paulo, 16/05/1979.

O mesmo aproveitou para criticar a carência de juízes no interior baiano, o que fazia os processos de disputa por terra demorarem. A demora, por sua vez, era desfavorável aos posseiros que não sabiam se ficariam com suas terras ou receberiam indenizações. O padre Freddy criticou ainda a postura da Polícia ao dizer que não passava uma semana sem que a imprensa noticiasse casos de delegados envolvidos com a grilagem, seja diretamente ou, mais frequentemente, dando proteção à ação de grileiros (SERVAIS, 1980).

Poucos dias após esse depoimento, em 12 de junho, o *Jornal O Estado de São Paulo* noticiou que policiais expulsaram 100 famílias das terras em litígio com a Brasil-Holanda. Neste despejo, as roças foram destruídas, assim como a habitação de um lavrador, José Piedade, cuja mulher, grávida, sofreu violência e teve que ser levada ao hospital¹⁰².

A partir de setembro, a contenda se agravou. O posseiro Petrolíneo Costa Farias, depois de ter sido expulso de suas terras no Vale Verde, foi morto pauladas em Eunápolis. Petrolíneo era pai de sete filhos, o mais velho tinha apenas doze anos. No dia 13 de novembro, foi encontrado morto na estrada que liga Guaratinga e Itabela, Wanderley Silva Pereira e um homem que o acompanhava, Régis. Aquele era técnico contábil e profundo conhecedor das manobras da Brasil-Holanda para tomar as terras dos posseiros, pois o mesmo trabalhara no cadastramento dessas famílias. Ele vinha sendo perseguido pela empresa. Estava marcado para a semana seguinte ao assassinato, o seu depoimento na CPI da Grilagem¹⁰³.

Não bastassem estas mortes, alguns posseiros estavam ameaçados, como Manoel Tomé Gomes que, no dia 23 de outubro de 1979, em outra investida contra a comunidade, teve sua casa queimada e seu sogro de 95 anos obrigado a assinar documentos em branco. Dias depois do ocorrido o idoso faleceu, provavelmente por conta do susto que levava. Já José Domingos disse que não voltaria mais às suas terras, pois, como contou, o guarda da Brasil-Holanda “jurou arrancar a minha língua se me encontrar lá”¹⁰⁴. Hélio Joaquim Nogueira era considerado o posseiro mais visado pela polícia, segundo ele porque “eu sou o mais teimoso, pois tantas vez destroem minhas plantações eu torno a ocupar a roça. Por isso, o oficial de justiça disse que eu preciso ter

¹⁰² *Jornal O Estado de São Paulo*. Lavradores são expulsos, agora pela polícia baiana, São Paulo, 12/06/1979.

¹⁰³ *Jornal A Tarde*. Mataram contador que ia depor na CPI da grilagem, Salvador, 16/11/1979; *A Tarde*. Salvador, 23/11/1979.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

a orelha arrancada.”¹⁰⁵. Esses relatos não deixam dúvida sobre o grau de brutalidade ao qual estes trabalhadores eram submetidos em nome dos interesses da estrangeira Brasil-Holanda.

Em 23 de abril de 1980, o mesmo Hélio Joaquim Nogueira se dirigiu ao Departamento de Polícia do Interior (Depin) para denunciar que sua plantação e casa foram queimadas por soldados da PM, os quais teriam recebido dinheiro da Brasil-Holanda. O fato foi a repetição do que ocorrera no mês de março. Naquela ocasião, ele denunciou os policiais na delegacia, que prometeram vingança e cumpriram. Na noite de 21 de abril, três soldados apareceram em sua residência e o agrediram na frente de sua mulher e de seu advogado. Ele foi levado para a delegacia sem qualquer acusação formal, onde foi torturado. Hélio só conseguiu sair por intervenção de um fazendeiro, seu conhecido, com a promessa de que nunca mais voltaria à região. No período da reportagem, o mesmo se encontrava em Salvador e estava preocupado com sua mulher e dez filhos que ainda estavam na região¹⁰⁶.

Após o ocorrido, só viemos a ter notícia do conflito em outubro de 1981 através de um boletim da Igreja. O mesmo contabilizava que de 1974 até então os posseiros foram expulsos da terra oito vezes e retornaram em outras sete. No âmbito da disputa judicial, o processo corria sem resolução. Em novembro eles teriam audiência¹⁰⁷. Não temos mais notícias dos posseiros no período abarcado por esta pesquisa. Sabemos, na verdade, que a CPI que detectou a grilagem da empresa fora desativada por pressões políticas. Com isso, é pouco provável que as terras tenham ficado nas mãos dos posseiros nessa época, a conjuntura política era desfavorável. Porém, sabemos que o litígio judicial se arrastou até 2002¹⁰⁸. De todo modo, assim como a Flonibra, a Brasil-Holanda se veria diante de novos conflitos de terra, como veremos em seguida.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ [Periódico ilegível]. Policiais queimam casa e plantação de lavrador, 24/04/1980.

¹⁰⁷ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Especial Olhando o Extremo sul da Bahia*, out. 1981.

¹⁰⁸ Encontramos uma notícia sobre o litígio em 2002. Segundo a reportagem o caso correu na justiça pela década de 1980 e 1990, até que em 1997, o juiz de Porto Seguro concedeu liminar de reintegração de posse em favor dos posseiros. Porém a Brasil-Holanda entrou com liminar no Tribunal de Justiça da Bahia. A ação foi julgada, em 1999, pelo Tribunal que deu parecer em favor dos posseiros. Estes retornaram à suas terras por 30 dias, mas foram surpreendidos por novo recurso da empresa, que conseguiu tirá-los de lá. Somente em agosto de 2002, o TJ novamente julgou o caso, dando sentença favorável aos posseiros, que iam poder voltar às suas terras mais de duas décadas depois. Cf. *Jornal Tribuna da Bahia*. TJ confirma reintegração de posse no caso Bralanda, Salvador, 30/08/2002.

O segundo conflito do Vale Verde, como dissemos, envolveu a grilagem de terras que seriam disponibilizadas para pequenos produtores e posseiros sem-terra. Em 1º de novembro de 1977, o então governador da Bahia, Roberto Santos, em convênio com a prefeitura de Porto Seguro, criou o Projeto de Assentamento Vale Verde em uma área de 25 mil hectares. É bem provável que a medida do governador visasse aliviar as tensões sociais decorrentes das disputas fundiárias na região. No ano seguinte ao decreto, rádios, jornais e políticos aliados ao governador espalharam a notícia do Projeto e famílias passaram a ocupar o local, fazendo suas roças e construindo suas habitações¹⁰⁹.

Em maio de 1980, com Antônio Carlos Magalhães de volta ao governo, uma equipe de técnicos do estado começou a trabalhar em Porto Seguro cadastrando famílias, porém, este procedimento foi feito numa área bem menor, de 5.600 hectares, sendo que 200 famílias já ocupavam os 25 mil hectares previstos inicialmente. Em julho de 1980, foi publicado novo decreto por ACM alterando a área inicial de 25 mil para 15 mil hectares. Em dezembro daquele ano, o Interba passou a fazer a medição da área do Projeto¹¹⁰.

No entanto, a partir de novembro de 1980 começam a aparecer notícias de policiais ameaçando posseiros da área a mando de grileiros. Eles denunciaram que o vice-prefeito de Porto Seguro, Ubiratã, com o apoio do prefeito, iniciou a grilagem das terras, expulsando os posseiros de suas áreas e destruindo suas benfeitorias. Deste modo, desrespeitavam o convênio feito pela prefeitura e o governo do estado¹¹¹.

No ano de 1981, a grilagem operou intensivamente. Em fevereiro, José Bertoti, acompanhado de policiais e sem mandato judicial, expulsou 176 famílias das terras que cultivavam, tomando suas ferramentas de trabalho e armas de caça, além de destruir suas roças e queimar seus barracos. Em março, Carlão também expulsou posseiros do local. No mês de setembro, o mesmo obteve liminar com a juíza de Camacã para a obtenção das terras, mesmo sem apresentar documentos comprobatórios. Como consequência, onze famílias perderam suas terras¹¹².

¹⁰⁹ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Especial Olhando o Extremo sul da Bahia*, out. 1981; Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. Carta dos posseiros. *História do Projeto Vale Verde*, set. de 1981.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² *Ibidem*.

Leonir Brenner começou a intimidar um grupo de antigos posseiros em maio de 1981. Com apoio de policiais, propôs a eles que, após a colheita, saíssem das terras. Em seguida, foram às suas casas para obrigá-los a assinar documentos em branco. Devido à insistência dos posseiros em permanecer na terra, Leonir pagou policiais para expulsá-los. Os posseiros acabaram fugindo com medo de serem mortos¹¹³.

Em se tratando da questão fundiária do extremo sul no período, todo tipo de absurdo era possível. Nos dias 22 e 23 de agosto, famílias foram expulsas das terras do Projeto e tiveram suas roças de banana, mandioca e cacau destruídas, assim como seus barracos. Suas ferramentas de trabalho foram roubadas. A mandante era a Sra. Evelin Hartman, estadunidense, esposa de um ex-diplomata de seu país que trabalhara no Brasil. A ação não teve mandato judicial e a gringa, como era conhecida pelos posseiros, abocanhou 6 mil hectares de terra de um projeto que deveria servir aos camponeses pobres da região¹¹⁴. Os procedimentos adotados pela gringa não eram nenhuma novidade. O que tem de anomalia nesse episódio, porém, é se permitir que uma estrangeira se apossasse de uma área dessa dimensão de um projeto governamental, enquanto que a vários posseiros era vedado o direito de adquirir um lote de terra.

Em 24 de setembro de 1981, os posseiros denunciaram à imprensa baiana as perseguições, ameaças e violências sofridas. Jornais da capital repercutiram os fatos. As matérias, inclusive, já colocavam que Antônio Carlos Magalhães tinha retirado a equipe que estava cadastrando as famílias da localidade¹¹⁵. No mês de outubro, o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) da Bahia informou ao *Jornal de Brasília* que iria pedir garantia de vida para 200 posseiros do Projeto Vale Verde¹¹⁶.

A violência era uma marca no extremo sul do período. No dia 12 de outubro de 1981, foi publicada na revista *Veja* uma matéria intitulada “Zona perigosa. Aumenta a violência no sul do Estado”, que trata do assunto. Segundo a mesma, ocorriam na região em média duas mortes por dia, número que só era superado, no Brasil, pela Baixada Fluminense (RJ). Estimava-se que, na região, existiam pelo menos 250 pistoleiros atuando, sendo Eunápolis, povoado de 100 mil habitantes, o centro do crime. Relata a matéria que, caminhando em suas ruas, era possível ouvir um mercado anunciando a

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ *Jornal A Tarde*. Grileiros expulsam mais de 200 famílias, Salvador, 25/09/1981; *Jornal de Brasília*. PT pede garantia para famílias, Brasília, 21/10/1981.

¹¹⁵ *Jornal da Bahia*. Grilagem na área do Vale Verde já ameaça posseiros, Salvador, 24/09/1981; *Jornal A Tarde*. Grileiros expulsam mais de 200 famílias, Salvador, 25/09/1981.

¹¹⁶ *Jornal de Brasília*. PT pede garantia para famílias, Brasília, 21/10/1981.

venda de seus produtos: “sabonetes, alimentos, utensílios domésticos e armas de todo o tipo”¹¹⁷. Estas poderiam ser adquiridas sem apresentação de documentos. A violência espraiava-se no cotidiano. Tanto que o já mencionado Secretário de Segurança Pública do estado, Durval de Mattos Santos, afirmava: “O extremo sul é a área mais difícil da minha jurisdição.”¹¹⁸.

Sobre a violência no campo, José de Souza Martins afirmou que a questão fundiária produziu três tipos de violência: I. a física do policial ou jagunço contra os posseiros, que foi o primeiro passo para o fortalecimento da ordem privada em relação à pública; II a violência da justiça, com a execução de sentenças de despejo em que se privilegia os interesses de grileiros e empresas em detrimento dos camponeses; III. a interferência direta do executivo através da ação militar e policial, com o alijamento da justiça e das entidades de representação de classe (MARTINS, 1985).

O Boletim da Igreja Diocesana repercutiu a matéria da revista *Veja* sobre a violência no extremo sul. Segundo o periódico, aqueles que se beneficiavam com o estado de coisas se queixaram que a imagem da região foi prejudicada. Outros, comemoraram, pois abria-se mais espaço para se cobrar as providências devidas. Nesta mesma edição, o boletim trata das arbitrariedades cometidas no Projeto Vale Verde e faz a sua avaliação do mesmo, como mostra o trecho abaixo:

“A classe dominante local não permitiu que se executasse esse projeto. E não que o governo estadual saiu limpo disto. Diante da violência cometida inclusive pela sua polícia, ele nada fez. E hoje fala em desativar o projeto. Isso vai trazer uma revolta muito grande. E as próximas eleições estão aí.”¹¹⁹.

As eleições chegariam, mas o governador não parecia estar preocupado com a repercussão de certas ações. Em fevereiro de 1982, publicou um decreto diminuindo a área do Projeto Vale Verde, que era inicialmente de 25 mil hectares, para 3 mil. Ou seja, 12% do montante inicial e metade do que ficou com a Sra. Evelin Hartman, a gringa. O Projeto que estava planejado para beneficiar cerca de 800 famílias, abarcaria, a partir de então, apenas 150. Os lotes seriam sorteados, desrespeitando as benfeitorias¹²⁰ construídas pelas famílias ao longo deste tempo¹²¹. Ou seja, o decreto de Antônio Carlos

¹¹⁷ *Revista Veja*. Zona perigosa. Aumenta a violência no sul do Estado, São Paulo, 12/10/1981.

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Diocesano n° 9*, nov-dez. 1981.

¹²⁰ Benfeitorias são construções ou modificações feitas no local, como habitações, cercas, poços artesianos, depósitos de sementes e ferramentas, etc...

¹²¹ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Abaixo Assinado dos posseiros do Vale Verde*, mai-jun. 1982.

Magalhães legalizava a grilagem que as classes dominantes da região e estrangeiros haviam praticado sobre terras públicas.

Os posseiros, por sua vez, escreveram uma carta com abaixo-assinado endereçada ao Presidente, ao Governador, a outras autoridades e à imprensa, denunciando a situação e exigindo seus direitos. Entre as suas exigências estavam: a volta da área do Projeto para os 25 mil hectares iniciais, o direito de decidir sobre a divisão e ocupação dos lotes, a posse das benfeitorias já realizadas, o retorno à terra o mais rápido possível e que os pistoleiros e policiais os deixassem em paz para viver e trabalhar em suas terras¹²². Em outros termos, significava cobrar a implementação do Projeto da forma como fora planejado inicialmente e o fim das violências.

Esta carta dos posseiros foi o documento mais recente que tivemos acesso sobre o caso no período. A questão deve ter terminado nesses termos, com a divisão dos 3 mil hectares em 150 lotes para os posseiros. Por outro lado, este segundo caso do Vale Verde é emblemático, pois se trata do fenômeno da grilagem atuando em um projeto do próprio governo que visava justamente atenuar o conflito agrário na região. A cobiça por parte da classe dominante da região foi tamanha que não permitiu criar essa alternativa.

Como se viu, a grilagem comportava uma série de operações e expedientes, que iam da falsificação de documentos à expulsão das famílias de trabalhadores de suas terras, muitas vezes com a queima de habitações e pertences. Tais ações eram levadas à cabo por agentes dos poderes público e privado. Os interesses dos grandes proprietários de terra foram contemplados diversas vezes pelo Estado. Muitas vezes, agentes do Estado eram grileiros como o vice-prefeito de Porto Seguro, Ubiratã. As decisões do poder judiciário, em geral, pendiam em favor dos grileiros. Por parte do poder executivo não havia interesse em atender às demandas dos posseiros, seja no nível federal ou estadual. As concepções de desenvolvimento e progresso dos militares e do governador ACM não abarcavam estes sujeitos. Para eles estava reservada a violência como forma de resolver os conflitos, seja a praticada pelos grileiros ou pelo braço armado do Estado.

¹²² *Ibidem.*

1.4 Campanha pela Reforma Agrária

Em abril de 1983, entidades que participavam ativamente da luta dos trabalhadores rurais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), CPT, Conselho Indígena Missionário (CIMI), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), se uniram formalmente e lançaram uma Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Movimento Sindical, Igreja e estudiosos da questão agrária se articularam na perspectiva de criar um fórum de comunicação, estímulo e divulgação das lutas camponesas especialmente para o meio urbano (MINC, 1985).

Desde 1964, o dispositivo constitucional para a aplicação da Reforma Agrária era o Estatuto da Terra, promulgado no governo do Marechal Castelo Branco, em 30 de novembro de 1964. Se pensarmos que o golpe militar foi apoiado por um conjunto de forças sociais, entre as quais figuravam os grandes proprietários de terra, pode causar estranheza o fato de que, no primeiro ano de governo, o marechal tenha criado um Estatuto para regular uma Reforma que era bandeira do governo deposto.

Os reformistas, ligados à João Goulart, diagnosticavam que a estrutura fundiária brasileira estrangulava o desenvolvimento da indústria nacional e criava conflitos no universo rural. Para superar a problemática, sua proposta de Reforma Agrária vinha no sentido de criar uma classe média camponesa capaz de adquirir bens industriais e que alimentasse a baixos preços os trabalhadores urbanos, eliminando os conflitos sociais do campo (LINHARES & SILVA, 1999). O entendimento de que a estrutura agrária brasileira era o impedimento ao desenvolvimento capitalista era compartilhado pelos técnicos ligados aos militares, que viam no combate à inflação, na mudança da política externa e na modernização do campo brasileiro as questões centrais para superar a crise econômica do país (LINHARES & SILVA, 1999; BRUNO, 1995).

Mesmo tendo reprimido os movimentos camponeses e os sindicatos rurais, o governo ditatorial sabia que os conflitos no campo estavam latentes e que a opinião pública era favorável à Reforma Agrária (BRUNO, 1995; GRYSZPAN, 2003). Outra face do entendimento das motivações do Estatuto da Terra é que o mesmo foi uma resposta às orientações internacionais do Banco Mundial e da CIDA (Conferência Interamericana de Desenvolvimento Agrícola) que defendiam a propriedade familiar

como forma de estabilizar o campo na América Latina e evitar revoluções, como a cubana (MINC, 1985).

O Estatuto da Terra não teve por finalidade somente regular a Reforma Agrária, mas as relações de propriedade no universo rural brasileiro. Em tese, os tipos de propriedades a serem fortalecidas seriam a familiar e a grande empresa rural. Apareceu no texto da lei, então, uma classificação dos tipos de propriedade: módulo rural, latifúndio e empresa rural. O primeiro tipo era a dimensão da propriedade em que uma família camponesa poderia absorver toda a sua força de trabalho, tendo garantida a sobrevivência e o progresso social. A empresa rural era a propriedade capitalista por excelência, que utilizaria alta tecnologia e trabalho assalariado, sendo considerada a forma de exploração racional da terra e base para o desenvolvimento econômico nacional (BRUNO, 1995). Já o latifúndio fora classificado por dimensão e produtividade e passaria, teoricamente, a pagar uma alíquota maior de impostos, estando passível de desapropriação¹²³ (MINC, 1985).

O Estatuto da Terra fora aprovado no Congresso Nacional à base de muita pressão dos grandes proprietários de terra, que se articularam para que o texto tivesse brechas para a permanência da grande propriedade. Como aponta Regina Bruno, a imprecisão na definição da empresa rural “seria a brecha escapatória para a continuação do latifúndio” (BRUNO, 1995, p. 23). Por outro lado, o conceito de empresa rural foi estratégico para a tal modernização do campo brasileiro desejada pelos militares, que consistia na capitalização da grande propriedade (MEDEIROS, 1989).

Há consenso entre alguns autores que o Estatuto da Terra é uma resposta às lutas camponesas anteriores, porém, na prática, a política agrária dos governos militares priorizou a empresa rural e o latifúndio (BRUNO, 1995; GRZYBOWSKI, 1990; MEDEIROS, 1989; MINC, 1985). Os dados do INCRA mostram isso. No ano de 1978, as 100 mil empresas rurais registradas no país já ocupavam uma área de 20 milhões de hectares. Porém, foi o latifúndio que abocanhou a maior parte do bolo. De 1972 a 1983, a área total ocupada por esse tipo de propriedade no país passou de 280 milhões de hectares para 409 milhões, o que representava mais de 70% da área cadastrada pelo

¹²³ O módulo rural possuía uma dimensão que poderia variar de 2 a 120 hectares a depender das condições naturais e da proximidade da propriedade rural com os centros urbanos. A empresa rural era o tipo de propriedade de 1 a 600 módulos rurais, que utilizasse mais de 70% de sua área em atividades agropecuárias ou florestais. O latifúndio por dimensão era a propriedade com mais de 600 módulos rurais. Já o latifúndio por produtividade era a propriedade considerada inexplorada ou inadequadamente explorada Cf. MINC, Carlos. **A Reconquista da Terra: Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

INCRA. Já os 2,5 milhões de minifúndios¹²⁴, em 1983, ocupavam uma área considerável de 42 milhões de hectares. Porém, era menor que a ocupada pelas 340 maiores propriedades do Brasil, que se apropriavam de 47 milhões de hectares (MINC, 1985).

Em 5 de abril de 1979, *O Estado de São Paulo* publicou uma reportagem sobre a participação de Delfim Netto, então ministro da Agricultura, em reunião da Comissão de Agricultura do Senado. Delfim Netto fora Ministro da Fazenda dos regimes militares entre 1967 e 1974 e seria do Planejamento entre 1979 e 1985. Trata-se de um dos formuladores das políticas econômicas dos governos ditatoriais. Na ocasião, ele colocou que o papel do setor agrícola era: I. ampliar a oferta de alimentos para evitar tensões inflacionárias; II. expandir as exportações com o intuito de equilibrar a balança comercial; III. liberar rapidamente mão-de-obra para não haver aumento de salários na indústria. Para Delfim Netto, o desejo por Reforma Agrária era um perfeito absurdo. Segundo ele, essa política não seria sua prioridade para desenvolver a produção agrícola, no entanto, fez uma ressalva: “quando esse problema se revelar um fator impeditivo da meta de aumento da produção, gerando tensões sociais graves, garanto que ele será resolvido convenientemente.”¹²⁵.

O relato da participação do ministro no Senado é ilustrativo da prioridade da política agrícola dos militares, que implicou, entre outras coisas, no aumento da concentração fundiária no país¹²⁶. Regina Bruno relaciona tal política com o que se convencionou chamar de modernização conservadora, ou seja, um “modelo de desenvolvimento concentrador de terra, capital e poder” (BRUNO, 1995, p. 13). Já Grzybowski aponta que tal modernização foi a Reforma Agrária ao avesso, tendo sido a reforma pelo capital, que aprofundou os problemas da estrutura fundiária e subordinou o trabalho agrícola às necessidades da acumulação capitalista (GRZYBOWSKI, 1990).

Outra matéria do *Jornal O Estado de São Paulo*, de 3 de janeiro de 1983, condensava um estudo do presidente do INCRA, Paulo Yokota, sobre a questão fundiária no Brasil. É um texto com várias ambiguidades que pretende ocultar as consequências da política agrária do governo. O mesmo colocou que, no caso brasileiro,

¹²⁴ Propriedades menores que 1 módulo rural.

¹²⁵ *Jornal O Estado de São Paulo*. Delfim: reforma agrária é um absurdo, São Paulo, 05/04/1979.

¹²⁶ Dados da ABRA apontam que o índice Gini da concentração de terras no Brasil aumentou de 0,841, em 1970, para 0,858 em 1985, sendo considerado como muito alta. Cf. LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida**: uma história da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

prevalecia a tendência histórica da precedência da primeira ocupação, ou seja, do direito dos posseiros continuarem na terra. Por outro lado, admitiu que, em estados como o Maranhão e a Bahia, “a incidência dos fenômenos de grilagem exige um esforço extraordinário de correção das irregularidades.”¹²⁷. Escreveu, ainda, que em “regiões tradicionais, os grandes projetos passam a exigir a realocização de cada vez maiores contingentes populacionais rurais.”¹²⁸. Ou seja, o presidente do INCRA assumia a existência da grilagem, inclusive na Bahia, e que os grandes projetos, a exemplo dos comandados pela Flonibra, Aracruz Celulose e Brasil-Holanda, expulsavam os camponeses de suas terras.

Paulo Yokota se mostrou incomodado com a publicização dos conflitos de terra que, segundo ele, se relacionavam com a multiplicação de organizações sindicais e das mais variadas formas de associações representantes da população rural. Sobre às lideranças dos trabalhadores rurais, o mesmo expôs: “A inclusão de elementos estranhos a cada caso, propugnando posições generalizadas, confunde as possibilidades reais de solução dos conflitos concretos, postergando as conclusões possíveis.”¹²⁹.

As “posições generalizadas” aludidas pelo representante do INCRA na verdade era a politização da luta pela terra feita por lideranças sindicais e religiosas. Essa postura era contraditória à dos militares que buscavam esvaziar politicamente os conflitos agrários. Por isso, atuaram de diversos modos para desmobilizar as lutas dos trabalhadores, perseguindo suas lideranças e disseminando instituições militares de intervenção direta na vida da população rural, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Grupo Executivo de Terras do Araguaia/ Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM) (MARTINS, 1985). Para José de Souza Martins, o governo tentava “controlar e domesticar o demônio político que ele libertou com a sua política agrária e econômica” (MARTINS, 1985, p. 15).

Esse demônio político pairava no extremo sul baiano. No mesmo ano em que foi lançada a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 1983, os seus tentáculos já chegavam na região, o que demonstra bom nível de articulação. Em outubro, a CPT NE III realizou uma grande reunião que contou com cerca de 82 pessoas de 18 dioceses por conta da Campanha. Nos meses anteriores, a entidade enviara para as dioceses roteiros

¹²⁷ *Jornal O Estado de São Paulo*. A questão fundiária brasileira, São Paulo, 03/01/1982.

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ *Ibidem*.

de discussão sobre a Reforma Agrária para serem debatido com os trabalhadores rurais¹³⁰.

Algumas dioceses realizaram esse trabalho, entre elas a de Caravelas. Tivemos acesso a um documento que compilou as discussões desses encontros pelos agentes pastorais, realizado, provavelmente, entre maio e julho de 1983. Em parte dele, há pequenos escritos feitos pelos trabalhadores rurais da região, onde podemos ouvir diretamente suas vozes. Como é o caso de José Moreira, vejamos:

“O pobre não tem direito de comer carne porque o salário não dá. Só faz chegar na porta do açougue, e dali voltar; o pobre pença ir no mato para procurar o recurso de uma caça, chega perto da mata, os fazendeiros colocam uma grande placa dizendo assim: É proibido caçar e pescar! Agora, o que nós podemos fazer? Porque na mata nós não temos direitos, nos grandes rios também não, nos açougue pior; para aliviar o nosso sofrimento dependemos de nós possuir a terra para nela nós cultivar”¹³¹.

Percebe-se o descontentamento de José com a impossibilidade de acessar os recursos da mata. Provavelmente, o mesmo viveu sob uma condição que lhe era permitido adquirir esses meios vitais para a população trabalhadora do campo, como a caça e a pesca, o material para construir suas habitações e a lenha. As mudanças no universo rural da região devem ter gerado repercussões sobre seu modo de vida. Na nova condição, não ganhava para comprar a carne no açougue. Sua solução para isso era simples: “possuir a terra para nela nós cultivar”¹³².

João Mendes de Oliveira, trabalhador rural, se queixava da demora da Reforma Agrária e culpava o governador por não tomar providência. Avisava ele: “Se os governadores não toma providência neste assunto de democracia, nós somos obrigado a entrá na Reserva do Estado”¹³³. Já o trabalhador Sinval Carvalho de Monteiro expôs que esperava a Reforma Agrária porque queria “um pedaço de terra, sim!”¹³⁴. O mesmo estava empregado em uma fazenda e ganhava um salário que não dava nem para se alimentar adequadamente. O escrito de Seu Sinval estava em grupo de 27 depoimentos de trabalhadores ligados a uma delegacia sindical de Itabatã. Alguns destes eram posseiros do conflito com o fazendeiro Rosalino de Matos. Eles continuavam na luta mesmo após perder a terra para o fazendeiro.

¹³⁰ SEDOC CPT NE III. *CIRCULAR*, 18/08/1983; SEDOC CPT NE III. *Comunicado à Opinião Pública*, out. 1983.

¹³¹ SEDOC CPT NE III. *Respostas da Pesquisa*, s/d.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ *Ibidem*.

Dona Dalvina Soares foi outra trabalhadora que deu seu depoimento, como podemos observar:

“Eu apoio a reforma agrária e dou por bem feito porque fui despejada de um fazendeiro [...] e seus puliciais, eu morava na terra, tinha [...] feito duas casas e terra limpa para plantar, eu sou mãe de 10 filhos, gosto de roça, sou pobre sou trabalhadora, eu vivo com o esposo e todos os filhos”¹³⁵.

Ela não pestanejou em declarar seu apoio à Reforma Agrária. Dona Dalvina foi expulsa de sua terra. Achava injusto perder seu trabalho investido no preparo de área para plantio e nas casas que fizera. Sendo mãe de dez filhos, devia imaginar que a melhor maneira de manter sua família coesa era possuir uma terra para empregar toda essa força de trabalho. Além de tudo, ela gostava de roça.

Inúmeras e singulares deviam ser as razões que levavam os trabalhadores a decidirem persistir na luta pela terra e, nesse caso, pela Reforma Agrária. Noções difusas de justiça e direito que legitimavam a primeira ocupação de uma área pelo trabalho realizado certamente informavam suas decisões e teimosia em resistir¹³⁶. Por outro lado, a precariedade do assalariamento, cuja condição não permitia alimentar seus filhos, levou alguns trabalhadores a enxergar na posse da terra a solução de seus problemas, com ela poderiam garantir o trabalho e o sustento adequado aos membros da família. Soma-se a isso, a vontade de muitos de desfrutar de um modo de vida peculiar ao universo rural.

No processo das ações da Campanha, em 20 de outubro de 1983, a Pastoral de Terras da Diocese e o movimento sindical¹³⁷ da região lançaram um documento convocando uma Concentração pela Reforma Agrária na cidade de Teixeira de Freitas para o mês seguinte. O mesmo fazia um apanhado dos problemas vinculados à questão fundiária da região e as repercussões sobre o campo e a cidade, como aponta este dramático e poético trecho: “As periferias incham. As terras esvaziam. Verdadeiras favelas se espraiam, tristes e áridas, em meio a uma natureza fértil e vigorosa.”¹³⁸.

O ato ocorreu com cerca de três mil pessoas. No dia da manifestação, foram entregues novos folhetins. Um deles tratava da questão dos trabalhadores rurais assalariados, especialmente, do setor de hortifrutigranjeiros. Segundo a carta, metade

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ Sobre essas noções, ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. Movimentos Rurais nos oitocentos: uma história em (re)construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA, p. 1-22, abr. 2001.

¹³⁷ São os sindicatos de Itanhém, Nova Viçosa, Ibirapoã, Caravelas, Alcobaça, Itamaraju e a Oposição Sindical de Porto Seguro.

¹³⁸ SEDOC CPT NE III. *Convocação para Concentração pela Reforma Agrária*, 20/10/1983.

dos trabalhadores desta atividade era composta por menores de idade. As mulheres, por sua vez, ganhavam 80% do salário dos homens e as crianças a metade. Esses trabalhadores e trabalhadoras padeciam de todos os direitos, como carteira assinada, férias, décimo terceiro e indenização por demissão, entre outros¹³⁹. Passados 20 anos, o estatuto do trabalhador rural¹⁴⁰ não era cumprido. Outro panfleto apresentava a situação dos trabalhadores rurais expulsos da terra, como mostra o trecho:

“Expulsos da terra, uma parte se desloca para o Maranhão, Pará, Rondônia. Outros, principalmente os jovens no viço da força, para São Paulo, Rio, Vitória, onde enfrentam hoje o drama do desemprego.”¹⁴¹.

A precariedade das condições de vida atingia posseiros, boias-frias e trabalhadores em geral no extremo sul baiano. Esses escritos possuem um forte tom de denúncia. A partir deles podemos refletir novamente sobre o desenvolvimento, modernização e progresso aludidos pelo governador Antônio Carlos Magalhães. Da nossa parte, estamos considerando o discurso da modernização como uma ideologia capitalista que pretendeu ocultar os verdadeiros beneficiários de tal modelo econômico¹⁴², o patronato rural da região e o *agrobusiness*. Os trabalhadores que participaram da manifestação certamente não viam as coisas deste modo e propunham outro modelo democrático de desenvolvimento para o campo, que, entre outras coisas, garantisse terra para aqueles que nela quisessem trabalhar. No fim das contas, eram duas visões e projetos em disputa.

Por fim, esteve presente na Concentração um personagem importante em todo o processo de luta dos posseiros nos anos anteriores, Dom Filipe Broers. Neste ano de 1983, tinha havido uma troca no bispado diocesano por conta de problemas com sua saúde. Aproveitaremos sua carta de despedida para encerrarmos o nosso capítulo e deixar o caminho aberto para os que virão:

“Lembro-me de modo especial daqueles posseiros e trabalhadores, que foram vítimas de uma injustiça, que clama ao céu por vingança. Fizemos tudo o que foi ao nosso alcance, mas foi uma luta desigual... Isso foi uma grande decepção... A luta, portanto, continua”¹⁴³.

¹³⁹ SEDOC CPT NE III. *Carta sobre os trabalhadores rurais assalariados*, 20/11/1983.

¹⁴⁰ O Estatuto do Trabalhador Rural data de 1963 e sua finalidade era garantir aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores da cidade. Cf. GRYSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano / o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4, 2003, p. 315-348.

¹⁴¹ SEDOC CPT NE III. *Panfleto Concentração Reforma Agrária*, 20/11/1983.

¹⁴² Aproveitamos a reflexão de modernização enquanto ideologia de SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e outros. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2012, p. 59-71.

¹⁴³ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Diocesano n° 19*, nov-dez de 1983.

CAPÍTULO 2

ENCRUZILHADAS DA HISTÓRIA

“A classe roceira e a classe operária
 Ansiosas esperam a reforma agrária
 Sabendo que ela dará solução
 Para situação que está precária
 Saindo projeto do chão brasileiro
 De cada roceiro ganhar sua área
 Sei que na miséria ninguém viveria
 E a produção já aumentaria
 Quinhentos por cento até na pecuária!”¹⁴⁴.

Cerca de dois anos após a manifestação pela reforma agrária em Teixeira de Freitas, em outubro de 1985, desembarcou na cidade Ademar Bogo, liderança do Movimento Sem Terra de Santa Catarina, que chegou à Bahia com o intuito de promover articulações políticas que possibilitassem o estabelecimento do MST no estado. Por esses dias, aconteceu um grande encontro de comunidades de base no município e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teixeira de Freitas foi fundado. Ainda no mês de outubro, o governo Sarney anunciou o Plano Nacional de Reforma Agrária, que teve sua versão inicial totalmente desfigurada pela ação das entidades do patronato rural brasileiro. Já em janeiro de 1985, ocorreu o I Congresso Nacional do MST, que elegeu sua primeira Coordenação Nacional.

Referenciando-se em Marshal Sahlins, a cientista social Regina Bruno observou que existem determinados momentos históricos que expressam um conjunto de acontecimentos que redefinem os processos sociais mais amplos, onde “vários atos se entrelaçam [...] indicando novos impasses e exigindo novas direções.” (BRUNO, 2002, p. 15). A Nova República seria um desses momentos para a questão agrária (BRUNO, 2002). Se por um lado, abriu-se uma brecha para a implementação da reforma agrária, por outro, o conflito social no campo se acirrou com o crescimento dos movimentos de ocupação de terra e as ações violentas dos grandes proprietários, articulados em suas entidades.

Neste capítulo, pretendemos tratar destes eventos que se entrecruzam no processo de surgimento do MST no estado baiano. São quatro seções, a primeira trata do surgimento do MST à nível nacional, as relações com a Bahia, e o papel dos sindicalistas e da pastoral da Igreja Católica nas primeiras articulações na região

¹⁴⁴ Chico Rey & Paraná. *Grande Esperança*. Disco: Quem será seu novo amor – vol. 5, Chantecler, 1987.

extremo sul. As outras discorrem sobre: os novos conflitos de terra na região, que possuem uma inflexão em relação aos anteriores; as disputas em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária; e as duas primeiras ocupações do Movimento no estado, contadas a partir da experiência de três mulheres sem terra.

2.1 Semeando em terreno fértil

O surgimento institucional do MST se deu em seu primeiro Encontro Nacional, que ocorreu na cidade de Cascavel – PR, entre 20 e 22 de janeiro de 1984, ainda no governo do general João Figueiredo. Porém, o próprio MST e a literatura acadêmica possuem uma visão mais processual em relação à origem do Movimento que remontaria às lutas pela terra que ocorreram a partir 1979 nos estados do Sul do Brasil, São Paulo e Mato Grosso do Sul, bem como sua posterior articulação¹⁴⁵. Não existindo ainda o MST, estas lutas tiveram a Comissão Pastoral da Terra e parte do sindicalismo dos trabalhadores rurais¹⁴⁶ como principais mediadores políticos (CALDART, 2000; FERNANDES, 1999).

A bibliografia que acessamos indica um conjunto de fatores que propiciaram o surgimento do Movimento. Em geral, destaca-se: I. a atuação social da igreja e do sindicalismo rural e urbano; II. a política agrária do regime militar que teve, entre outras consequências, a concentração da propriedade da terra, o aumento da grilagem e dos conflitos sociais; III. a conjuntura da luta pela redemocratização no país (CALDART, 2000; FERNANDES, 1999; SIGAUD, 2004; HOFFMANN, 2002; GRYNSZPAN 2003).

Em julho de 1982, houve a primeira iniciativa de articulação dos movimentos de luta pela terra dos estados do Sul do Brasil, São Paulo e Mato Grosso do Sul, em Medianeiras - Paraná. Em setembro, novo encontro de articulação, desta vez com a presença de sindicalistas e agentes pastorais de dezessete estados. Este ocorreu em Goiânia, com suporte dado pela CPT¹⁴⁷. Os participantes do Encontro de Goiânia tiveram a oportunidade de socializar suas vivências na luta pela terra. João Pedro Stédile, que veio a se tornar a figura pública mais notória do MST, ainda era um agente

¹⁴⁵ SEDOC CPT NE III. *Agenda Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 1988.

¹⁴⁶ Em geral, sindicatos que criticavam a postura da CONTAG e vieram, em seguida, a compor a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Cf. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

¹⁴⁷ SEDOC CPT NE III. *Agenda Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 1988.

pastoral da CPT na época, recordou em uma entrevista¹⁴⁸ a intervenção feita por José Souza Martins que disse, na ocasião, que um movimento social sem terra “somente se transformaria em um agente político importante para mudar a sociedade se conseguir adquirir um caráter nacional e se conseguir organizar os nordestinos.” (STÉDILE & FERNANDES, 2005).

No encontro de Goiânia, debateu-se a necessidade de articulação nacional das lutas pela terra no Brasil. Existia o posicionamento de que a CPT deveria exercer esse papel e outro no sentido da criação de um movimento sem terra no país sob a direção política dos trabalhadores. A última tese venceu. Ficou decidido que seria organizado um encontro nacional com militantes de vários estados para a formação de um movimento nacional de luta pela terra e reforma agrária (FERNANDES, 1999; CALDART, 2000).

A esta altura, haviam surgido movimentos sem terra nos estados do centro-sul. Eles compuseram uma Coordenação Regional Sul e ficaram com a incumbência de organizar o encontro nacional. Este ocorreu com a presença de 92 pessoas, entre militantes sem terra, sindicalistas, agentes pastorais e assessores de 12 estados. O evento marcou o surgimento institucional do MST. Ficou deliberado que os estados que estavam mais estruturados cederiam militantes para os outros, onde só haviam os “contatos”¹⁴⁹ (FERNANDES, 1999).

Decidiu-se por criar um movimento autônomo, mas a presença dos aliados era forte. A mensagem final do Encontro conclamou os trabalhadores a se unirem pela causa “contando para tanto com o apoio das igrejas, CPT e CIMI e Sindicatos Autênticos” (FERNANDES, 1999, p.74). Os referidos sindicatos autênticos eram aqueles ligados à CUT. Na verdade, como aponta Medeiros, CPT, CUT e MST formaram um campo de oposição à hegemonia da CONTAG no movimento sindical dos trabalhadores rurais. Para aqueles, a Confederação era pouco combativa. Mesmo tendo em suas resoluções a diretriz de ocupar terras para pressionar o Estado na realização da reforma agrária, não incentivava tais ações, ficando sua atuação mais restrita à disputa

¹⁴⁸ Trata-se da entrevista dada a Bernardo Mançano Fernandes reproduzida em: STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a Trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

¹⁴⁹ Eram, normalmente, sindicalistas ou agentes pastorais, que participaram desses encontros de articulação e eram de estados onde não havia MST. Eles tiveram papel importante no surgimento do MST em seus estados.

no campo jurídico. Por outro lado, criticavam sua forte hierarquização e a pouca participação das bases sindicais nos processos decisórios (MEDEIROS, 1989).

Na resolução do I Encontro, também constava a seguinte frase: “A terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver” (FERNANDES, 1999, p.74). Não é difícil perceber a relação desta afirmação com o documento da CNBB “Igreja e Problemas da Terra”¹⁵⁰. A influência ideológica da CPT sobre o MST é realçada por Stédile que considera que essa foi a principal contribuição da entidade ao Movimento. Entende ele que a CPT realizou um importante trabalho educativo com os camponeses. Por outro lado, chama a atenção para o fato de que a maioria dos militantes que vieram a compor a direção política do MST tiveram uma formação progressista em seminários da Igreja Católica (STÉDILE & FERNANDES, 1999).

Em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba, o MST fez seu primeiro Congresso com a participação de 1500 pessoas de 23 estados. Neste evento, foi formada a primeira Coordenação Nacional do MST, com uma mulher e um homem da Bahia. A mulher foi Olinda Maria de Oliveira, militante sindical do município de Santa Maria da Vitória, oeste baiano¹⁵¹. O homem foi Adalberto Pacheco, conhecido como Betão. Não o encontramos para entrevistá-lo nas viagens que fizemos ao extremo sul, até onde sabemos mora na região oeste do estado e continua no MST. Existe referência a ele na dissertação de Héliida Conceição¹⁵² e especialmente no interessante trabalho do jornalista Eduardo Scolese, o livro *Os pioneiros do MST*. A obra é fruto de entrevistas que ele realizou, no ano de 2007, com quinze dos vinte membros da primeira Coordenação Nacional para saber de suas trajetórias de vida e como estavam naquele momento. Um dos entrevistados foi Betão (SCOLESE, 2008).

Sabemos que ele participou do citado Encontro de Goiânia, em 1982, por indicação da CPT de Teixeira de Freitas. Neste período, ele era boia-fria, havia trabalhado em fazendas de plantio de mamão, melão e melancia, bem como em uma empresa reflorestadora. Ele também teve experiência como padeiro, em construção civil

¹⁵⁰ Ver seção 1.2.

¹⁵¹ Não iremos aprofundar a participação de Olinda, pois ela não esteve presente no estabelecimento do MST no extremo sul baiano. Ela ficou um tempo como contato do MST no oeste do estado até que se desligou da militância por um tempo. Na segunda metade da década de 1990, quando o MST chegou em sua região, ela entrou em um dos acampamentos, posteriormente virou assentada e passou a trabalhar como professora da escola de sua comunidade. SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹⁵² CONCEIÇÃO, Héliida Santos. **Muitas Mulheres, um mesmo movimento: história e participação política das mulheres do MST Bahia – 1987/2011**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA – FFCH, 2006.

e até numa indústria metalúrgica em São Paulo, onde participou de uma greve em 1979¹⁵³. Junto com Joeleno, sindicalista de Eunápolis, participou do I Encontro Nacional do MST¹⁵⁴. Betão foi o primeiro presidente do STR de Teixeira de Freitas, fundado em 1985 (SCOLESE, 2008).

Um outro contato do MST na região extremo sul era o agente pastoral da CPT, já apresentado no primeiro capítulo, Celso Favero. Ele foi um dos organizadores de um ônibus que saiu da Bahia para o I Congresso do MST, em janeiro de 1985, levando pessoas de três regiões do estado: oeste, chapada diamantina e do extremo sul baiano¹⁵⁵. Essa informação é interessante e nos permite indagar por que o MST surgiu no extremo sul, embora tivesse contatos em mais duas regiões da Bahia?

Neste ano de 1985, Celso Favero foi expulso da Diocese pelo novo bispo, Dom Antônio Zuqueto, que sucedera Dom Filipe Broers em 1983. O deslocamento do eixo regional do litoral para o interior, por sua vez, ocasionou a mudança da sede diocesana de Caravelas para Teixeira de Freitas no mesmo ano (Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas, 1987). Dom Filipe foi substituído, pois estava lutando contra um câncer nos ossos e já não tinha energias para comandar a Igreja regional. Mesmo com a chegada de Dom Zuqueto, ele ficou, por um período, como Bispo emérito¹⁵⁶ na antiga sede em Caravelas¹⁵⁷. Nessa fase inicial, por conta da presença de Dom Filipe, o novo bispo não criou grandes dificuldades ao trabalho pastoral que vinha sendo desenvolvido. Depois da partida de Dom Filipe para a Holanda, sua terra natal, as coisas mudaram¹⁵⁸.

Segundo Celso Favero, Dom Zuqueto era ligado aos fazendeiros capixabas e mineiros. Quando apareciam conflitos de terra, ele costumava se colocar ao lado dos grandes proprietários. É consenso entre as pessoas que entrevistei, ligadas de algum modo à Igreja, que Dom Zuqueto colocou empecilhos para a atuação da Equipe de Pastoral da Diocese. Parte dos padres da Pastoral¹⁵⁹ saíram da região, o último a partir

¹⁵³ A metalúrgica que ele trabalhava era no bairro da Mooca na capital. Na época das greves do ABC, em 1979, os trabalhadores da fábrica que ele era empregado também cruzaram os braços. Cf. SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

¹⁵⁴ Entrevista com Reinaldo, realizada em 12/01/2016, na sede do STR de Itanhém.

¹⁵⁵ Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

¹⁵⁶ Emérito é um título concedido ao bispo diocesano após sua renúncia.

¹⁵⁷ Entrevista com Frei Elias, realizada em 26/06/2015, na sede da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas em Teixeira de Freitas.

¹⁵⁸ Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

¹⁵⁹ Estes padres faziam parte da congregação dos Missionários do Sagrado coração (MSC).

foi Celso Favero. Ele se foi em 1985, após uma briga com o Bispo, pois esse se negara a assinar um documento favorável aos posseiros que estavam lutando pela terra¹⁶⁰.

Os trabalhos pastorais da Igreja diocesana continuaram a ser tocados principalmente pelas freiras¹⁶¹. Entrevistamos uma delas, Maria Dotta. Ela recorda que fizera um acordo com o bispo, pois ele não queria que existisse mais o nome CPT na diocese, pois discordava dos posicionamentos políticos da entidade. Ela, então, o indagou se poderia continuar a realizar estudos bíblicos junto aos trabalhadores rurais com o nome de Pastoral Rural, ele não se opôs. A mudança não implicou no conteúdo das ações nem na articulação com a CPT Regional III¹⁶².

Como era um dos contatos do MST na Bahia, Celso Favero comunicou à Coordenação Nacional que estava saindo da região e que o trabalho pastoral e das CEB's da Diocese estava sendo desarticulado por Dom Zuqueto¹⁶³. Esta conjuntura local e a decisão do MST de distribuir seus militantes dos estados mais organizados para os menos precipitou a vinda de Ademar Bogo de Santa Catarina para o extremo sul da Bahia¹⁶⁴.

Conseguimos entrevistá-lo. Como já expomos, Bogo chegou em Teixeira de Freitas em outubro de 1985. O mesmo é oriundo de uma família camponesa da região de Chapecó no oeste de Santa Catarina. Como a terra de seus pais era pequena, ele e seus irmãos trataram de encontrar outras alternativas de sobrevivência. Bogo teve a oportunidade de estudar em um seminário da Diocese de Chapecó, cujo bispo era Dom José Gomes¹⁶⁵.

Em 1981, pouco depois de terminar os estudos, Bogo se tornou um agente da CPT de Chapecó. Segundo ele, além do trabalho de educação política com os camponeses, a entidade estimulava a formação de chapas sindicais com trabalhadores e agentes pastorais¹⁶⁶. Como consequência das ações pastorais da Diocese de Chapecó surgiram, no território, o Movimento de Oposição Sindical, o Movimento das Mulheres

¹⁶⁰ Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

¹⁶¹ Estas eram da Congregação das Irmãs de São José de Chamberry.

¹⁶² Entrevista com Maria Dotta, realizada em 01/07/2015, na residência de sua Congregação em Eunápolis.

¹⁶³ Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

¹⁶⁴ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

¹⁶⁵ Dom José Gomes era considerado um bispo politicamente progressista, além de cooperar com os movimentos populares da região de Chapecó, presidiu a CPT Nacional em meados da década de 1980. Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (1979-1999)**. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

¹⁶⁶ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

Agricultoras, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em maio de 1980, ocorreu a primeira ocupação de terra neste estado, na Fazenda Burro Branco, que foi desapropriada posteriormente (CALDART, 2000).

Ainda na semana em que Bogo chegou em Teixeira de Freitas, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Na semana seguinte, houve um grande encontro de Comunidades Eclesiais de Base em Teixeira de Freitas, como já foi exposto. No encontro, lhe pediram que fizesse uma explanação sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária que acabara de ser aprovado. Como o MST foi chamado pelo INCRA para opinar sobre o PNRA, ele tinha informações importantes. A exposição teria deixado os agentes pastorais e membros de CEB's empolgados com a possibilidade da realização da reforma agrária e de contar com o MST na região¹⁶⁷.

Neste período, ele se aproximou dos sindicalistas. Formou uma Coordenação Estadual do MST com representantes de sindicatos ligados à CUT. Em sua memória, eram eles: Joeleno (STR de Eunápolis), Reinaldo (Itanhém), Pedro dos Anjos (Itamaraju), Betão e Messias (Teixeira de Freitas). Juntos viabilizaram uma sede para o STR de Teixeira de Freitas, onde também passou a funcionar a secretaria do MST¹⁶⁸.

Nesta primeira vinda à Bahia, Bogo ficou até dezembro. Neste momento, pelas articulações que conseguiu fazer, já devia estar convencido de que o extremo sul poderia ser o ponto de partida do MST na Bahia. A partir disso, foi traçado o planejamento de expansão do Movimento pelo nordeste, como contou: “Nós traçamos a estratégia assim, vamos subir pelo litoral até chegar no Rio Grande do Norte, Ceará. E aqui em Feira de Santana a gente abre outra frente e vai embora pelo Piauí, Maranhão e Pará.”¹⁶⁹. Seu papel nessa saga nordestina seria o de fazer as primeiras articulações locais, ou seja, forjar uma rede de apoios e alianças. Foi o que fez em sua primeira estadia na Bahia.

Em seguida, viriam outros militantes para o preparo das ocupações. Na Bahia, este papel coube à Jaime Amorim, que chegou, no estado, em fevereiro de 1987¹⁷⁰. Jaime era filho de pequenos agricultores do norte de Santa Catarina. Ainda jovem, fez

¹⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁸ *Ibidem.*

¹⁶⁹ *Ibidem.*

¹⁷⁰ *Ibidem.*

faculdade de pedagogia e conheceu a Pastoral da Juventude. Também, no período, ingressou no PT e Comissão Pastoral da Terra (DEBIASI, 2016).

Um ano antes, em fevereiro de 1986, Bogo veio pela segunda vez à Bahia junto com outro militante do MST, Adelar Pizetta. Em conjunto com seus aliados do sindicalismo fundaram a Escola Sindical Elói Ferreira que funcionava na sede do STR de Teixeira de Freitas. O objetivo da escola era a realização de cursos de formação política para militantes dos estados de Minas Gerais (área próxima à fronteira com Bahia), do norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia¹⁷¹.

Tivemos a oportunidade de colher os depoimentos de dois sindicalistas que formaram a primeira coordenação estadual do MST, Reinaldo do STR de Itanhém e Pedro dos Anjos do STR de Itamaraju. O primeiro foi um dos construtores das CEB's da região; o segundo iniciou sua trajetória militante por conta delas. Os dois nasceram no campo e são filhos de trabalhadores rurais.

Reinaldo nasceu na zona rural do município de Itambacuri – Minas Gerais. Nesta região, o fenômeno da grilagem era comum. Quando tinha sete anos, seu pai foi ameaçado de morte por um grileiro e precisou fugir para salvar sua vida. Sua mãe ficou com ele e os irmãos. Eles abandonaram a terra e foram morar na roça de sua avó em Teófilo Otoni-MG, divisa com a Bahia¹⁷².

Um dos elementos mais interessantes que percebemos no diálogo com Reinaldo foi que o mesmo participara de dois momentos de luta pela reforma agrária no Brasil. Além deste analisado pela pesquisa, na adolescência, ele adentrou na Juventude Agrária Católica (JAC)¹⁷³ e lá tornou-se um militante clandestino do PCB. Sua atuação política com os trabalhadores rurais se dava a partir de programas de alfabetização de adultos transmitidos via rádio. Segundo ele, seu pessoal foi treinado e financiado por um agente cubano e sua corrente no Partidão defendia a preparação de um levante armado dos camponeses¹⁷⁴.

Quando ocorreu o golpe militar, iniciado em seu estado, ele se embrenhou pela mata e fugiu. Foi treinado para isso. Refugiou-se no Espírito Santo, em uma fazenda de seu tio. Em 1966, veio para a Bahia trabalhar no garimpo no município de Itanhém, na

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² Entrevista com Reinaldo, realizada em 12/01/2016, na sede do STR de Itanhém.

¹⁷³ Uma das organizações criadas pela Ação Católica para aproximar a Igreja das questões sociais. Cf. TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das CEB's no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

¹⁷⁴ Entrevista com Reinaldo, realizada em 12/01/2016, na sede do STR de Itanhém.

localidade do Salomão. Dois anos depois, arrumou um galpão e voltou a trabalhar com alfabetização, desta feita, com os garimpeiros¹⁷⁵.

No ano de 1970, chegou à cidade de Itanhém o Padre José Koopmans¹⁷⁶ para ser pároco da Igreja. Ele ajudara inicialmente o Padre José que tinha dificuldade na comunicação por ser holandês. Começaram, em 1972, a formação de uma Comunidade Eclesial de Base no garimpo em que Reinaldo trabalhava. Essa deve ter sido uma das primeiras CEB's da Diocese. A partir de então ele se dedicou a ajudar na constituição de Comunidades Eclesiais ligadas à paróquia de Itanhém. No final da década de 1970, haviam cerca de 28 neste território¹⁷⁷.

Mesmo atuando junto à Igreja, Reinaldo confessou que por conta de sua educação comunista era ateu: “Na verdade, eu sou batizado. Eu não vou dizer que eu sou Católico, porque eu sou mais é materialista.”¹⁷⁸. Porém, ele enxergava o trabalho das CEB's como uma forma de acumular força social para derrubar a Ditadura Militar no futuro. Sabia que a Igreja era o lugar em que se poderia fazer uma militância política com um maior nível de segurança. Reinaldo era, mais uma vez, um militante clandestino atuando dentro da Igreja Católica¹⁷⁹.

Além da segurança, avaliou Reinaldo que ao mesclar a questão política com a dimensão religiosa na atuação com os trabalhadores, o potencial das ações era maior, vejamos:

“Quando você trabalha dentro da bíblia, no campo religioso, as pessoas acreditam muito mais, quer dizer, ele recebe aquilo na mente, com muito mais força, do que você falar por uma luta política, uma luta de direito. Quando você fala que a terra é uma promessa de Deus, então as pessoas acreditam muito mais.”¹⁸⁰.

Disse Reinaldo que, por volta de 1976, a Igreja Diocesana decidiu dar apoio à formação de sindicatos de trabalhadores rurais no extremo sul. No ano seguinte, iniciou-se a mobilização para a criação do sindicato de Itanhém, eles precisavam de trezentos filiados. Aproveitaram as pessoas que já participavam das CEB's para se inscreverem e conseguiram formar, em 1978, os sindicatos de Itanhém e Medeiros Neto. Nos anos

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ O Padre José, como ficou conhecido, tem um histórico de estímulo aos movimentos populares na região. Na década de 1970, ele comprou com recursos da Igreja um terreno, em Itanhém, onde fez uma experiência de assentamento de famílias trabalhadoras rurais. Nos anos 1980, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores deste município.

¹⁷⁷ Entrevista com Reinaldo, realizada em 12/01/2016, na sede do STR de Itanhém.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

seguintes, ele e o Padre José, com a ajuda de Dom Filipe, cooperaram com a constituição dos sindicatos de Alcobaça, Mucuri, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas, apoiados pelas CEB's formadas¹⁸¹.

Reinaldo rememorou igualmente a participação dos trabalhadores rurais da região na fundação da CUT e do PT: “Ajudamos a organizar a CUT. Nós saímos daqui em massa com nossos sindicatos organizado aqui. Com ônibus lotado de delegação pra CUT, pra organização da CUT Nacional. E a organização do Partido.”¹⁸². A relação desse movimento sindical da região com o trabalho pastoral da Igreja deve ter influenciado na filiação desses sindicatos à CUT. Ou seja, essas forças sociais e personagens fazem parte, de maneira geral, da história da esquerda do extremo sul baiano deste período.

O outro sindicalista que entrevistamos é Pedro dos Anjos. Ele nasceu em Camacã, sul da Bahia, mas veio para o povoado de Itamaraju com apenas 2 anos. Lá morou na comunidade de Nova Alegria, de 1954 a 1971, tendo sido criado na fazenda Cachoeirinha, que seu pai trabalhava como contratista de cacau. Posteriormente, seu pai saiu da fazenda em acordo com o dono e conseguiu comprar uma pequena propriedade, a fazenda Farinha Lavada no município de Jucuruçu¹⁸³.

Quando jovem, Pedro dos Anjos começou a participar de uma Comunidade Eclesial de Base em Nova Alegria. Por se destacar no desenvolvimento dos trabalhos desta, os agentes da CPT o convidaram para participar dos cursos de líderes de Comunidades de Base. Sobre o papel da CPT em sua formação e na região, avaliou:

“Eu fui formado pela CPT, Comissão Pastoral da Terra. Eu participava de cursos de formação. Naquela época, você sabe a ditadura era muito forte, mas a Igreja Católica tinha essa válvula de escape que era as Pastorais. Nós aqui na região, era Pastoral da Terra. Aí começamos, comecei participar. Foi ali que eu nasci politicamente.”¹⁸⁴.

Seu raciocínio de que o trabalho pastoral era uma possibilidade de atuação política no período da Ditadura é semelhante ao de Reinaldo. No ano de 1983, ele foi convidado pelos agentes pastorais para compor uma chapa que disputaria o STR de Itamaraju. Na época, segundo ele, sua função não era de grande relevância. Além dele, mais duas pessoas que frequentavam as CEB's também viraram integrantes do STR. Contou-nos que além de Itamaraju, a CPT orientou a formação de chapas nos sindicatos

¹⁸¹ *Ibidem*.

¹⁸² *Ibidem*.

¹⁸³ Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

de trabalhadores rurais de Itanhém, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Ibirapoã, Nova Viçosa e Itabela¹⁸⁵. Somados a Medeiros Neto e Mucuri, colocados por Reinaldo, são pelo menos nove os sindicatos de trabalhadores rurais do extremo sul influenciados pela Pastoral da Terra.

Em relação ao MST, Pedro dos Anjos percebeu a criação da Escola Sindical Elói Ferreira como uma aliança entre este e o movimento sindical. Ao mesmo tempo, colocou que as formações das quais ele participou no movimento sindical, fizeram-no perceber as limitações dos Cursos dados pelas pastorais, como avaliou:

“A Igreja Católica queria libertar as pessoas, mas tinha aversão à palavra comunista, a palavra socialista. [...] Mas aí só depois que eu passei por outros cursos mais avançados de como funciona a sociedade, é que percebi a limitação que tinha a formação dada pela Igreja. Eles não desciam a fundo [...] Eles nunca citou durante todo o tempo, eles nunca citou a mais-valia, nunca. Em formação nenhuma eles conseguiam botar no currículo o que é a mais-valia.”¹⁸⁶.

Para Pedro dos Anjos o MST “entrou aqui baseado nas lideranças que já tinha”¹⁸⁷. Essas lideranças tiveram, entre outras funções, a de chegar até aos trabalhadores rurais para convidá-los a participar das reuniões em que se apresentava o MST e se falava das ocupações de terra. Pedro, que no momento já era presidente do STR de Itamaraju, teve um papel destacado nisso, como expôs: “Chegava nas comunidades, ia vendo quem era empregado e estimulava a ir pra terra. Eu fiz reunião nessa região toda, até fora da base sindical.”¹⁸⁸.

Segundo ele, para a primeira ocupação do MST “só de Itamaraju foram 300 famílias”¹⁸⁹. Já Reinaldo ficou com a incumbência de analisar a área da primeira ocupação do MST, mapeando todas as possíveis entradas e saídas que poderiam ser utilizadas em caso de conflito. Da cidade de Itanhém, saiu um ônibus “pau de arará” com cerca de 25 famílias¹⁹⁰.

Voltaremos a tratar desta ocupação na última seção deste capítulo. Neste ponto, retornamos à questão levantada anteriormente do porquê do surgimento do MST no extremo sul. Possivelmente, o principal fator para a escolha de se iniciar o Movimento na Bahia a partir do extremo sul, foi a percepção de que existia na região um trabalho

¹⁸⁵ *Ibidem.*

¹⁸⁶ *Ibidem.*

¹⁸⁷ *Ibidem.*

¹⁸⁸ *Ibidem.*

¹⁸⁹ *Ibidem.*

¹⁹⁰ Entrevista com Reinaldo, realizada em 12/01/2016, na sede do STR de Itanhém.

estruturado sendo feito com os trabalhadores rurais pelas pastorais e, em seguida, pelos sindicatos, havia terreno fértil a ser semeado.

Por outro lado, existia proximidade política tanto com a Pastoral Rural quanto com os sindicalistas Cutistas para se tecerem alianças mais consistentes. A posição geográfica do extremo sul da Bahia, por sua vez, era um bom ponto de partida para iniciar a estratégia de expandir o MST pelo litoral nordestino. Outro fator é que os mediadores políticos da região desejaram a chegada do MST, pois seus militantes carregavam experiências vitoriosas em relação à conquista da terra nos seus estados. Os agentes pastorais e sindicalistas tinham vivenciado alguns conflitos de terra. Até então, a conquista dela ainda não tinha se efetivado. Ora, em uma conjuntura em que a redemocratização anunciava a possibilidade de realização de reforma agrária, contar com militantes do MST animou sindicalistas e agentes pastorais.

2.2 Restituindo a terra a seus verdadeiros donos

Realizar ocupações e constituir acampamentos para reivindicar terra e reforma agrária era um fato novo até a década de 1980¹⁹¹ (SIGAUD, 2005). Lygia Sigaud, em um de seus escritos sobre o surgimento do MST na zona da mata de Pernambuco, escreveu que “os trabalhadores das grandes plantações estavam habituados aos enfrentamentos com os patrões” (SIGAUD, 2010, p. 270), no entanto “Invadir terras não fazia parte do universo dos possíveis na mata pernambucana” (SIGAUD, 2010, p. 282). E os trabalhadores rurais da região extremo sul, haviam passado por essa experiência de ocupações de terra organizadas coletivamente?

Vimos, no primeiro capítulo, que eles estavam habituados ao confronto com os grandes proprietários por conta da grilagem. Os casos que apresentamos eram especialmente de posseiros que lutavam para não serem expulsos da terra. Algumas vezes, quando retornavam para área em que foram tirados à força, eram acompanhados de outros trabalhadores que chegavam para “engrossar” a luta.

Nesta seção, abordaremos conflitos de terra envolvendo trabalhadores e o patronato rural que antecederam o surgimento do MST no extremo sul. Perceberemos

¹⁹¹ Segundo Sigaud, as que ocorreram no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, no período anterior a 1964, não tinham as mesmas características, amplitude e não se constituíam como a principal forma de luta pela reforma agrária. Cf. SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidades das ocupações de terra. **Tempo Social**, São Paulo: USP, vol. 17, nº 1, p. 255-80, jun. de 2005.

elementos de inflexão em relação àqueles tratados no capítulo anterior. Por outro lado, veremos como a identidade política¹⁹² de posseiro permaneceu e foi utilizada, em diferentes circunstâncias, pelos trabalhadores rurais.

O que teria ocorrido aos trabalhadores que foram expulsos da terra na região de Itabatã pelo grileiro Rosalino Matos¹⁹³? Um documento de 1983, analisado ao final do último capítulo, por ocasião da Campanha da Reforma Agrária, trata de depoimentos de 27 trabalhadores de uma delegacia sindical de Itabatã. Nele, aparecem três relatos de trabalhadores expulsos da terra por Rosalino Matos, o que indica que pelo menos parte deles continuaram de algum modo participando de uma coletividade¹⁹⁴.

Acessamos também uma carta assinada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Viçosa e pelos trabalhadores Flávio Adão da Cruz e João Mendes de Oliveira, cujo título é “Carta ao Povo e as Autoridades”. A mesma é datada de 08/01/1985, embora a circular seja do dia 21/01/1985. O escrito traz que, no dia 25 de novembro de 1984, um grupo de 52 famílias “entrou” na fazenda Nova Conquista, localizada em Cândido Mariano, município de Nova Viçosa¹⁹⁵. Ao chegarem, os trabalhadores “foram fazendo roças e construindo seus barracos”¹⁹⁶. A maioria deles trabalhava como boia-fria e morava em Posto da Mata e Itabatã¹⁹⁷.

Na “Carta ao Povo e as Autoridades”, assinada pelo sindicato e trabalhadores, explicaram que a ocupação da área se deu porque a mesma encontrava-se abandonada, sem benfeitorias, tendo por única atividade econômica a retirada da madeira. Além disso relataram: “Nós enfrentamos e entramos nessa terra devido às nossas necessidades. Estamos passando fome. A maioria de nós trabalhava na diária para fazendeiros.”¹⁹⁸. Ou seja, a justificativa dos trabalhadores se dava em cima de uma função social que a terra deveria cumprir em dois sentidos, produzindo algo, ao invés de

¹⁹² Sobre identidade política, ver: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Os trabalhadores e seus arquivos: questões em torno da recuperação das lutas no campo. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (Orgs.). **O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**. Rio de Janeiro-São Paulo: Arquivo Nacional-Central única dos Trabalhadores, 2010, p. 27-41.

¹⁹³ Conflito analisado na seção 1.2.

¹⁹⁴ SEDOC CPT NE III. *Respostas da Pesquisa*, s/d.

¹⁹⁵ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Carta do Serviço de Intercâmbio Nacional do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. “Carta ao Povo e às Autoridades”, 21/01/1985.

¹⁹⁶ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *História da Ocupação da Fazenda Nova Conquista*, 07/02/1985.

¹⁹⁷ Posto da Mata e Itabatã são distritos de Nova Viçosa e Mucuri, respectivamente. Cf. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Vol. 11. **Estatística dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2010.

¹⁹⁸ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Carta do Serviço de Intercâmbio Nacional do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. “Carta ao Povo e às Autoridades”, 21/01/1985.

somente explorar a madeira, e por conta da situação em que se encontravam, cuja condição não lhe faziam ganhar o suficiente para manterem suas famílias¹⁹⁹.

Segundo eles, em 1981, haviam sido “expulsos da terra do Rosalino Matos”²⁰⁰. Desde então escreveram diversas cartas ao presidente Figueiredo, ao INCRA e ao Ministério da Terra²⁰¹ pedindo uma terra para trabalhar²⁰². As respostas que recebiam eram para esperar ou então para irem “para Rondônia que lá tem terra!”²⁰³. Estimular a ida de trabalhadores rurais, em litígio agrário, para o Norte do país era um expediente muito utilizado pela Ditadura Militar, seja para os projetos de Colonização ou para tentarem uma chance na cara e na coragem (MINC, 1985). Essa política, por sua vez, fracassou e, como observou GrysSPAN, foi um dos fatores responsáveis pelo surgimento do movimento de ocupações de terra, pois os trabalhadores sabendo que as chances de sucesso em outras regiões eram reduzidas, passaram a ocupar terra em sua localidade (GRYSZPAN, 2003).

Na carta, os trabalhadores rurais ainda se queixam de ameaças feitas pelos fazendeiros. No dia 29 de dezembro de 1984, o Jornal *Ponto de Vista* da cidade Nanuque, que fica em Minas Gerais na divisa com a Bahia, divulgou matéria com acusações aos posseiros. Segundo estes, a reportagem “Fala de tiro e de bala” e que a polícia seria colocada contra eles²⁰⁴. Provável que não seja coincidência que a matéria tenha sido veiculada um dia após o Cartório de Registro de Imóveis de Caravelas processar a transferência de parte das terras da família Silvestre, até então a única proprietária do imóvel, para três compradores: Renério Rossi e Rômulo Pereira Martins, residentes no distrito de Posto da Mata; e Nelson Pala que morava no interior de São Paulo. Segundo o Padre Jeff, que escreveu um documento sobre o histórico do litígio, os três eram plantadores de mamão. A fazenda tinha 1000 hectares e foram repassados para os novos donos cerca de 530, porém menos da metade titulados, tratava-se de uma terra grilada²⁰⁵.

¹⁹⁹ *Ibidem*.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ Trata-se do então Ministério de Assuntos Fundiários.

²⁰² Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Carta do Serviço de Intercâmbio Nacional do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. “Carta ao Povo e às Autoridades”, 21/01/1985.

²⁰³ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *História da Ocupação da Fazenda Nova Conquista*, 07/02/1985.

²⁰⁴ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Carta do Serviço de Intercâmbio Nacional do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. “Carta ao Povo e às Autoridades”, 21/01/1985.

²⁰⁵ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *História da Ocupação da Fazenda Nova Conquista*, 07/02/1985.

Em janeiro de 1985, as ameaças dos proprietários aumentaram. No dia 18, um advogado e um dos novos compradores da terra grilada chegaram ao local dizendo serem os novos donos da área. Propuseram um acordo aos trabalhadores, se eles se retirassem, iriam ser indenizados e contratados para trabalhar para os fazendeiros por três anos. Os posseiros se recusaram²⁰⁶.

Diante da negativa, em 21 de janeiro, os fazendeiros entraram com ação de reintegração de posse. Alguns posseiros foram intimados a comparecer em audiência, no dia 4 de fevereiro, pelo juiz da Comarca de Prado. Em 5 de fevereiro, este juiz concedeu liminar de reintegração de posse em favor dos fazendeiros. No dia seguinte, às 10 horas da manhã, chegaram, na ocupação, dois oficiais de justiça, sete policiais militares e o delegado de Posto da Mata, Wilton, fortemente armados. Além destes, mais três pessoas foram acompanhar o despejo, entre elas um dos novos compradores da área, Rômulo²⁰⁷. Sua presença, no despejo, nos permite imaginar que a venda das terras para outras pessoas era uma forma de terceirizar, para quem se dispunha a fazer o trabalho sujo, as ações de retirada dos trabalhadores da área.

Segundo o documento, com a intenção de intimidar os posseiros a deixarem a terra, os responsáveis pelo despejo “faziam demonstrações de tiros [...] demonstrando não por palavras, mas por fatos, a sua prepotência”²⁰⁸. Ao meio dia, chegaram na ocupação um advogado e três agentes pastorais, a fonte não revela quem foram eles, talvez por segurança. Os documentos que traziam em defesa dos trabalhadores lhes foram tomados. Os agentes foram acusados de organizar invasões de terra na região e ameaçados de prisão pelo delegado. Este e o oficial de justiça ainda acusaram a Igreja de subversiva. Informava a fonte que o delegado Wilton era famoso pela utilização de violência, por praticar espancamentos e ameaçar diversas pessoas. Ele seria ligado a fazendeiros da entidade de direita, Tradição, Família e Propriedade (TFP)²⁰⁹.

As famílias acabaram se retirando da área no dia e acamparam na beira da estrada que liga Nova Viçosa e Posto da Mata. À noite o fazendeiro ordenou que homens fossem ao local do acampamento e destruíssem os barracos e as roças. Esta era uma prática comum dos grileiros ao expulsarem os trabalhadores das terras. No acampamento da beira da estrada, as famílias estavam passando por “sérias dificuldades

²⁰⁶ *Ibidem.*

²⁰⁷ *Ibidem.*

²⁰⁸ *Ibidem.*

²⁰⁹ *Ibidem.*

de alimentação”²¹⁰. Através da correspondência, o padre Jeff pediu, em nome do Centro de Direitos Humanos, ajuda financeira, de alimentos e solidariedade política, pois se tratava da *primeira ocupação de terra* acompanhada por um sindicato na região²¹¹.

Infelizmente, só encontramos mais um documento com novas informações sobre o caso. Era uma carta escrita pelas CEB’s da região, reunidas em março de 1985, publicada no Jornal *O São Paulo*, dando apoio a esses trabalhadores e solicitando à juíza da Comarca de Caravelas que intercedesse no caso “restituindo a terra a seus verdadeiros donos, ou seja, àqueles que nela trabalham e vivem”²¹².

É muito pouco provável que estes trabalhadores tenham saído vitoriosos nesse litígio. O fato de não termos encontrado mais documento relacionado é um indício. Mas, acreditamos que a evidência maior se relaciona à memória dos sindicalistas e agentes pastorais que entrevistamos. Se houvesse tido vitória, seria improvável que eles não tivessem mencionado em seus depoimentos, igual fizeram nos casos em que o resultado foi favorável aos posseiros.

Realizamos, por exemplo, entrevista com Francisco Scarpellino, conhecido por Frei Chico. Ele era italiano e chegou à Itamaraju em 1981, onde desempenhou a função de diretor do Seminário dos Freis Capuchinhos²¹³. Veremos, mais adiante, sua participação em acontecimentos envolvendo o MST. Por hora, vale mencionar que ele se recordou de três áreas que foram desapropriadas por conta da luta de posseiros e trabalhadores sem terra da região: Cumuruxatiba, Guaíra e Corte Grande. Pedro dos Anjos lembrou, além das citadas, do caso da fazenda Nova Delhi²¹⁴.

Não conseguimos documentação escrita significativa sobre estes eventos de luta pela terra, exceto o Corte Grande. Em uma das únicas fontes escritas que acessamos dos trabalhadores de Cumuruxatiba, vimos que eles haviam sido expulsos de suas terras no conflito com a Brasil-Holanda, por ordem judicial, em 1979²¹⁵. Eles teriam sido levados para o povoado de Cumuruxatiba, em Prado, próximo à praia de mesmo nome. Provavelmente lá, ocuparam uma área²¹⁶, que foi desapropriada no meio do ano de 1987²¹⁷.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² *Jornal O São Paulo*. Terra para os que nela trabalham, São Paulo, 29/03/1985 a 04/04/1985.

²¹³ Entrevista com Frei Chico, realizada em 08/01/2016, em sua residência em Itamaraju.

²¹⁴ Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²¹⁵ Analisamos conflitos agrários envolvendo a empresa na seção 1.3.

²¹⁶ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Posseiros de Cumuruxatiba. *Carta ao Povo*, s/d.

²¹⁷ *Jornal A Tarde*. Fome ameaça posseiros em Cumuruxatiba, Salvador, 22/06/1988.

Já o Corte Grande era uma fazenda de 2.192 hectares e também ficava no município de Prado. As fontes não são precisas quanto ao número de famílias que lá moravam, variando de 96 a 130. Elas haviam sido convidadas por José Firmino de Jesus para trabalharem na terra e em troca doar um quarto da produção. Os trabalhadores chegaram à fazenda entre 5 e 15 anos antes de se iniciar a disputa. Esta começou, provavelmente em maio de 1985, quando Cid Paraguassu de Andrade apareceu na área dizendo ter arrendado as terras para criação animal. Firmino que outrora convidou as famílias para entrar na terra, passou a exigir que elas fossem embora²¹⁸.

Diante dos fatos, um dos ocupantes da área, Edivaldo Souza Cruz, entrou na Justiça exigindo a aplicação da Lei do Usucapião Especial. Isto mobilizou os outros trabalhadores a lutarem pelos direitos que tinham e a criar uma Associação para o encaminhamento formal da questão. Foram à sede da FETAG em Salvador e enviaram denúncias ao Jornal *A Tarde*²¹⁹.

Sabemos pelas entrevistas de Pedro dos Anjos e Frei Chico que, em algum momento, os trabalhadores do Corte Grande buscaram apoio da Pastoral Rural da diocese e do STR de Itamaraju²²⁰. De início, o STR de Itamaraju que era presidido pelo irmão de Pedro dos Anjos se recusou a se posicionar diante do conflito, pois a proprietária da fazenda, Elza Holzgreffe, era deficiente física. Pedro dos Anjos, então, disputou com o irmão a presidência do STR, ganhou a eleição e assumiu a causa dos posseiros²²¹.

Com a repercussão do conflito na imprensa, a proprietária da fazenda, Elza Magalhães Holzgreffe foi à região, acompanhada de seu filho, Helói, para se inteirar da situação²²². Ao chegar, ela só aceitava negociar com os trabalhadores as benfeitorias realizadas no local. Eles não aceitaram. O filho da proprietária então contratou pistoleiros para ameaçar os trabalhadores. Também foi adotada a tática de sitiá-los com o cercamento de estradas e poços de água. A situação é descrita assim em documento

²¹⁸ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Histórico da situação dos posseiros do Corte Grande – Município de Prado – Ba*, 23/11/1985; *Jornal do Brasil*. Posseiros ocupam o INCRA na Bahia, Rio de Janeiro, 21/01/1986; *Jornal da Bahia*. Posseiros retirados com muita violência, Salvador, 16/01/1986; *Jornal Última Hora*. Posseiros ocupam sede do INCRA em Salvador, Rio de Janeiro, 21/01/1986.

²¹⁹ Não encontramos nos arquivos essa(s) reportagem.

²²⁰ Entrevista com Frei Chico, realizada em 08/01/2016, em sua residência em Itamaraju; Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²²¹ Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²²² Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Histórico da situação dos posseiros do Corte Grande – Município de Prado – Ba*, 23/11/1985.

assinado por eles: “Os posseiros estão desesperados, sem água e sem poder transportar suas mercadorias.”²²³.

Entre outubro e novembro de 1985, os posseiros sofreram uma série de ameaças de morte e violências por parte de pistoleiros a mando do filho da proprietária. Foram impedidos de continuar o trabalho, tiveram parte de suas roças e casas destruídas. Em um desses ataques, no dia 13 de novembro, um trabalhador foi pego a força e obrigado a assinar um documento de venda de sua terra. No dia seguinte, atearam fogo em sua moradia²²⁴. Em 29 de novembro de 1985, os posseiros, junto com a FETAG, CONTAG, CPT e oito vereadores de Itamaraju, enviaram um abaixo-assinado ao INCRA, pedindo imediata retirada dos pistoleiros da área e rápida solução para os problemas²²⁵.

Dois meses depois desses incidentes, nos dias 16 e 17 de janeiro de 1986, o *Jornal da Bahia* de Salvador e o *Última Hora* de Brasília repercutiram uma denúncia do deputado estadual baiano, Jaime Mascarenhas, sobre o litígio no Corte Grande. Colocou o deputado que das 96 famílias que moravam na terra cerca de 60 foram expulsas. Defendeu Mascarenhas que isso estava acontecendo para evitar a Reforma Agrária, visto que o município estava relacionado como área prioritária em função dos conflitos de terra. Ele encaminhou carta ao Secretário de Segurança Pública, Cel. Bião Luna, solicitando intervenção da PM, possivelmente no sentido da retirada dos pistoleiros²²⁶. Para Mascarenhas, o clima era de tensão, “gerando a possibilidade de um conflito que, se ocorrer, deve ser atribuído a omissão das autoridades policiais”²²⁷. O delegado de polícia de Itamaraju expôs que não tinha capacidade de intervir na área, disse: “Não sou louco em me meter sozinho nessa história, onde tem pistolagem”²²⁸.

Em 21 de janeiro de 1986, o *Jornal do Brasil*, *Correio Brasiliense* e *Última Hora* anunciavam, que cerca de 20 a 30 posseiros ocuparam a sede regional do INCRA em Salvador. Segundo Frei Chico que participou do ato, esta foi a primeira ocupação do INCRA no Brasil. Não tivemos como verificar a informação. Mas a repercussão que teve nos jornais de circulação nacional demonstra a projeção da ação para época. José Carlos Arruti, coordenador regional da autarquia, informou aos posseiros que o

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ *Jornal da Bahia*. Posseiros retirados com muita violência, Salvador, 16/01/1986; *Jornal última Hora*. Pistoleiros expulsam agricultores baianos, Rio de Janeiro, 17/01/1986.

²²⁷ *Jornal da Bahia*. Posseiros retirados com muita violência, Salvador, 16/01/1986.

²²⁸ *Jornal última Hora*. Pistoleiros expulsam agricultores baianos, Rio de Janeiro, 17/01/1986.

processo de desapropriação da fazenda estava em andamento e que em um mês estaria resolvido²²⁹.

No dia seguinte, Arruti entrou em contato com o Secretário de Segurança Pública (SSP) para pedir garantias de vida às famílias de posseiros. O Secretário acionou o Departamento de Polícia do Interior (DEPIN) da Região. Com a promessa de que a terra seria desapropriada e com a garantia de integridade dada pela SSP, os posseiros retornaram para o Corte Grande²³⁰.

Não sabemos como foi o retorno, nem o que aconteceu até o mês de julho. Tivemos ciência de que, no dia 26 desse mês, foi assinado decreto presidencial desapropriando 150 mil hectares de terra em todo o país. Destes 43.542 foram na Bahia, para assentar famílias da região Oeste e dos municípios de Una e Prado. Deste município saiu a desapropriação de 1.243 hectares do Corte Grande, onde ficariam 45 famílias²³¹.

Em 2 de setembro de 1986, o *Correio da Bahia* anunciava a desapropriação das fazendas Guaíra em Prado e Nova Delhi em Itamaraju²³². Segundo Santos, a última área foi ocupada por um grupo de posseiros, pela primeira vez, em 17 de abril de 1983 (SANTOS, 2004). Pedro dos Anjos nos informou que esta ocupação foi feita por trabalhadores que moravam nas periferias das cidades, especialmente, de Itabela e Itamaraju, grande parte deles boia-fria: “Tinha muita gente que era empregado e trabalhava no café, no cacau”²³³. Não sabemos se havia algum mediador político da Igreja ou do movimento sindical na ocupação.

O grupo de posseiros foi despejado em maio de 1983. Em junho do ano seguinte, ocuparam novamente a área, sendo desalojados por ação da polícia. Em 20 de julho de 1984, reocuparam a área e solicitaram na justiça a manutenção de posse. Ficaram na terra até a desapropriação em setembro de 1986 (SANTOS, 2004). Foram assentadas 42 famílias em 1470 hectares na fazenda Nova Delhi²³⁴. Já a fazenda Guaíra, desapropriada na mesma leva, não teve conflito, pois o proprietário aceitou negociá-la para saldar suas dívidas trabalhistas (SANTOS, 2004).

²²⁹ *Jornal do Brasil*. Posseiros ocupam o INCRA na Bahia, Rio de Janeiro, 21/01/1986; *Jornal Correio Brasiliense*. Lavradores ocupam o Incra, Brasília, 21/01/1986; *Jornal Última Hora*. Posseiros ocupam sede do INCRA em Salvador, Rio de Janeiro, 21/01/1986.

²³⁰ *Jornal do Brasil*. Polícia na Bahia dá proteção aos colonos, Rio de Janeiro, 22/01/1986.

²³¹ *Jornal A Tarde*. INCRA considera áreas de tensão pacificadas, Salvador, 29/07/1986.

²³² *Jornal Correio da Bahia*. Quebra-quebra por um triz no Incra, Salvador, 02/09/1986.

²³³ Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²³⁴ *Jornal Tribuna da Bahia*. Aprovações novas desapropriações na Bahia, Salvador, 02/09/1986.

Percebe-se que, nestes casos, a identidade de posseiro foi um modo de pleitear junto ao Estado a desapropriação de áreas para os trabalhadores rurais. Nessas situações, onde os trabalhadores saíram vitoriosos, haviam boias-frias que decidiram ocupar uma terra (Nova Delhi), trabalhadores que foram expulsos de uma área e ocuparam outra (Cumuruxatiba), arrendatários que resolveram permanecer ao serem convidados a se retirar (Corte Grande) e funcionários de uma fazenda que conseguiram estabelecer acordo com o patrão e ficar com a terra (Guaíra), todos utilizando a identidade política de posseiro.

As disputas de terra, entre os anos de 1983 e 1987, apresentadas nesta seção, mostram dois elementos de descontinuidade em relação aos tratados no capítulo anterior, as ocupações coletivas e a vitória dos trabalhadores. As ocupações coletivas podem ser relacionadas à demanda de famílias por terra e ao movimento de ocupações, que ocorria em outras partes do país, sendo protagonizado majoritariamente pelos sindicatos Cutistas (BRUNO, 2002). Já a vitória dos trabalhadores se explica pela conjuntura de aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assunto da próxima seção.

2.3 Abre-se uma brecha: o Plano Nacional de Reforma Agrária

Em 1984, é formada a Aliança Democrática, protagonizada pelo PMDB e PFL, com o intuito de viabilizar uma candidatura às eleições indiretas para presidência que não fosse patrocinada diretamente pelos militares. Por conta das mobilizações dos trabalhadores rurais, do apoio da CNBB e da opinião pública favorável à reforma agrária, o candidato a presidente, Tancredo Neves se comprometeu em realizá-la, aplicando o Estatuto da Terra (BRUNO, 2003; SILVA 1985). Com a morte de Tancredo, José Sarney assumiu a presidência. Ele assegurou que saudaria as promessas da Aliança Democrática em relação à reforma agrária e abriria um canal de diálogo com a CONTAG e a Igreja Católica (BRUNO, 2003; SILVA, 1987). Foi criado, então, o Ministério Especial da Reforma Agrária (MIRAD) assumido por Nelson Ribeiro²³⁵.

²³⁵ Nelson Ribeiro tinha histórico de defesa da reforma agrária em sua atuação pela CPT do Pará. Cf. SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra**: crises da reforma agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

Para o INCRA, foi indicado José Gomes da Silva²³⁶, figura bem quista pelos defensores da reforma (SILVA, 1987).

O MIRAD e o INCRA constituíram grupos de trabalho com diversas entidades²³⁷ para elaboração de uma proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Apesar das diferenças, a possibilidade da reforma foi capaz de unir todos os setores favoráveis a ela. O plano inicial previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias em quatro anos (SILVA 1985; SILVA 1987). Com uma proposta elaborada, o presidente Sarney e o ministro Nelson Ribeiro foram ao IV Congresso da CONTAG apresentá-la e se comprometeram, novamente, com sua implementação (BRUNO, 2002; SILVA, 1985).

O fato foi um divisor de águas. Pegou, de certo modo, o patronato rural, que acreditava que as promessas de Sarney eram mera retórica, de surpresa. Os grandes proprietários rurais passaram a crer na viabilidade da reforma agrária e começaram a agir. A primeira pressão que fizeram sobre o governo foi no sentido de adiar a publicação do Plano para ganhar tempo (BRUNO, 2002; SILVA, 1985; SILVA, 1987).

Haviam duas alas patronais, uma que defendia que o ataque à reforma agrária deveria ser feito a partir de seus aspectos legais, retardando a sua execução até a Constituinte, onde contariam com maioria para aprovar uma proposta de seu interesse. Outro setor mais radical defendia que era necessário partir para outros métodos de ação política, pois o que estava em jogo era a mobilização dos trabalhadores potencializada pelo anúncio da distribuição de terras (BRUNO, 2002, 2003).

Nos primeiros debates sobre o PNRA, os grandes proprietários defendiam que a medida poderia influenciar negativamente o processo de modernização que o campo brasileiro passara nos últimos anos. Entretanto, com a iminência da implementação da mesma, esse discurso foi dando lugar à defesa do uso da violência e a necessidade da organização como as únicas medidas eficazes para a proteção da propriedade da terra (BRUNO, 2002). A entidade que melhor encarnou essa estratégia agressiva foi a União Democrática Ruralista (UDR), que surgiu em março de 1985, com o intuito de deter o PNRA e enfrentar o movimento de ocupações de terra (DREIFUSS, 1989; BRUNO 2002). Veremos, em seguida, sua atuação no extremo sul baiano.

²³⁶ Ele foi fundador da ABRA e um dos responsáveis pela formulação do Estatuto da Terra. Cf. SILVA, José Gomes da. **Caíndo por terra**: crises da reforma agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

²³⁷ Participaram das discussões: CONTAG, CNBB/CPT, MST, ABRA, IBASE, entre outras.

Uma das táticas utilizadas da ala radicalizada foi divulgar, nas associações e sindicatos patronais, a ideia de que na conjuntura da redemocratização seria possível uma profunda e radical transformação na estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, difundiu-se a certeza de uma inevitabilidade de uma guerra no campo brasileiro dada a força que vinham tendo as ocupações de terras, capitaneadas pela CUT, que até o ano de 1985, era vista como a principal força organizativa dos trabalhadores rurais (BRUNO, 2002).

As ideias radicais encontraram receptividade em boa parte do patronato rural, dada a sua concepção de propriedade da terra como um direito natural, absoluto e ilimitado, como coloca Bruno: “Aos seus olhos, as medidas de democratização da propriedade assentadas no interesse social [...] passam a ser vistas como uma injustiça.” (BRUNO, 2002, p. 19). Caminha junto com a noção absoluta de propriedade a ideia de que, se necessário, é legítimo utilizar da violência, tornando a mesma uma prática de classe. Ao mesmo tempo, os grandes proprietários procuravam transmitir uma visão preconceituosa de que os trabalhadores rurais seriam incompetentes e incapazes de se tornarem proprietários e produtores competitivos (BRUNO, 2002, 2003).

Entre os intelectuais do lado oposto estava José Eli da Veiga²³⁸, que havia participado de experiências de reforma agrária na França na década de 1960 e, em Portugal, no período da Revolução dos Cravos. Ele rebateu energicamente o discurso de que a reforma agrária era uma medida desinteressante do ponto de vista econômico. Segundo Veiga, tal concepção era oposta às conclusões que os principais especialistas internacionais no assunto chegaram ao analisar experiências práticas da reforma fundiária. Defendia que se fosse dado o acesso à terra aos trabalhadores rurais, estes evitariam a migração desordenada para as cidades e produziriam mais alimentos para o mercado interno, contribuindo para reduzir a inflação e minorar o drama da desnutrição (VEIGA, 1990).

Complementando este raciocínio, José Graziano da Silva defendia a reforma agrária enquanto política social e possibilidade de geração de empregos a um custo menor do que em outros setores da economia, como a indústria. Em sua opinião, o conteúdo ideológico da reforma era o de uma sociedade democrática “que se preocupa

²³⁸ Ele recebeu o convite de José Gomes da Silva para assumir o INCRA de São Paulo e aceitou, ficando até a gestão de Dante de Oliveira no MIRAD. Cf. VEIGA, José Eli da. **A Reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

em dar condições de trabalho, de moradia e comida – de vida, enfim – para seus trabalhadores” (SILVA, 1985, p. 36).

Na disputa em torno do PNRA, as entidades patronais, como SRB, CNA e UDR²³⁹, pressionavam o governo para que o texto do Plano incluísse a denominação de latifúndio produtivo²⁴⁰. A ser levada às últimas consequências, tal concepção implicava que a propriedade da terra no Brasil poderia ser ilimitada. As entidades também questionavam qual seria o preço justo a ser pago pela desapropriação e criticavam a participação dos trabalhadores na elaboração do PNRA (SILVA, 1985).

José Gomes da Silva, então presidente do INCRA, expõe que um dos objetivos da autarquia e do MIRAD era garantir que o Plano indicasse áreas prioritárias para desapropriação, mecanismo que agilizaria a execução da reforma agrária, mas a proposta foi recusada pelo presidente Sarney. Porém, o ponto nevrálgico da disputa era a questão da propriedade. Aqueles que se colocavam favoráveis à reforma defendiam a sua finalidade social, podendo assim desapropriar o latifúndio por dimensão para atender à demanda dos trabalhadores por terra (SILVA, 1987). No frígido dos ovos, estava em disputa, no plano político, duas concepções de propriedade.

Em 10 de outubro de 1985, saiu o decreto que efetivou o PNRA. A versão apresentada foi a décima segunda elaborada. A pressão do patronato rural surtiu efeito, a proposta inicial fora totalmente desfigurada (SILVA, 1987). Um ano após a assinatura do decreto, descobriu-se que a versão final não havia sido elaborada pelo MIRAD/INCRA, mas sim por um advogado dos fazendeiros do sudeste, Fábio Luchesi, especialista em casos de conflito com posseiros. Ele ficou trancado, por três dias, em uma sala do Conselho de Segurança Nacional (CSN) para escrever o plano. Tal evento ilustra a ingerência dos militares na matéria (VEIGA, 1990).

Diante disso, não é de se surpreender que tenha sido aprovado o conceito de latifúndio produtivo, que representou uma diminuição de 43% da área que poderia ser utilizada para desapropriação. Os grandes proprietários rurais tinham vencido esta batalha. Percebendo o tamanho do recuo, José Gomes da Silva se demitiu da presidência do INCRA (SILVA, 1987).

Porém o jogo continuava. Em maio de 1986, a questão agrária retornava a agenda política pela morte do Padre Jósimo. Ele era vigário de São Sebastião de

²³⁹ Sobre estas ver: DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**. Petrópolis: Vozes, 1989.

²⁴⁰ Sobre as caracterizações legais de latifúndio, ver seção 1.4.

Tocantins e foi assassinado por defender os posseiros locais (LINHARES & SILVA, 1999). O caso teve repercussão internacional e Sarney se viu obrigado a tomar uma atitude. Chamou Dante de Oliveira, autor da emenda das Diretas, para assumir a pasta do MIRAD. Ele tinha credenciais com a esquerda por sua história de luta, visto que fora um militante que combateu o regime militar. Ao assumir o ministério, desengavetou vários processos parados (VEIGA, 1990). As desapropriações do Corte Grande, Nova Delhi e Guaíra, abordadas na seção anterior, ocorreram em sua gestão.

Em resumo, os proprietários conseguiram esvaziar o objetivo central do PNRA que era o de ser o ponto de partida para uma reforma na estrutura fundiária brasileira. De todo modo, o anúncio da possibilidade de implementação dela, no bojo da redemocratização, estimulou os movimentos de ocupação de terra e possibilitou o acúmulo de algumas vitórias para os trabalhadores, a exemplo das áreas que foram desapropriadas no extremo sul. Como colocou apropriadamente Bruno, o ano de 1985 não terminaria com a aprovação do PNRA, mas se prolongaria até 1987-8 com as disputas na Constituinte (BRUNO, 2002). O patronato rural ganhara a batalha, não a guerra. A disputa no campo institucional e social continuaria. Mas isso para várias famílias sem terra poderia ser uma eternidade, como advertiu José Gomes:

“É muito difícil dizer a um sem terra acampado há meses com as crianças debaixo de uma lona preta onde a temperatura passa dos 40°C ou a um posseiro diariamente tocado no Bico do Papagaio, que deve esperar pela nova Constituição Federal.” (SILVA, 1987, p. 228).

2.4 Mulheres sem terra e as primeiras ocupações do MST

Para fins analíticos, considera-se que uma das características dos camponeses é a sua economia de base familiar (MOTTA & ZARTH, 2008). Reflete Stédile que uma das particularidades do MST é a possibilidade de entrar todo mundo. Diferente da esfera sindical, a luta social do MST envolve a família (STÉDILE & FERNANDES, 2005). Na análise dos trabalhadores sem terra, é interessante perceber como as relações familiares influenciam na decisão de entrar no MST para ocupar uma terra ou impõe resistências a tal, ou mesmo como se constroem estratégias a partir do núcleo familiar para se conseguir sobreviver ao período de acampamento.

A ideia de que entra todo mundo é um dos caminhos que nos leva a perceber o protagonismo das mulheres no MST. Héliida Conceição, por exemplo, escreveu uma dissertação onde procura analisar a participação política das mulheres no MST Bahia

(CONCEIÇÃO, 2006). Já a jornalista e militante, Maristela Mafei, produziu o livro *Fé & Política. Sangue na Terra: a luta das mulheres*²⁴¹, que traz relatos de mulheres militantes da reforma agrária que participaram do I Congresso do MST.

Ter atenção a relevância do papel das mulheres no Movimento não significa dizer que elas tinham a mesma presença que os homens nas instâncias de poder. Expõe Cristiani da Silva que, desde a década de 1980, é possível ver em relatórios produzidos pela direção política do MST uma preocupação com a participação feminina, considerada ainda insuficiente nos espaços decisórios (SILVA, 2004). Se o papel das mulheres foi ganhando relevância no Movimento, certamente, foi por sua atuação e intervenção. A militante Maria Odeide narrou algumas situações machistas por ela percebidas em sua participação no I Congresso do MST. Pedimos licença ao leitor para a transcrever um relato mais alongado. Vejamos:

“No próprio Congresso dos Sem Terra, a gente, quando chegou, viu algumas coisas que era machismo, sabe? Nós pegamos o programa do Congresso e conseguimos mudar três coisas... Conseguimos reunir as mulheres em separado para a discussão de nossos problemas e para a discussão sobre a mulher no movimento. Também, para compor a mesa não tinha mulheres e a gente conseguiu espaço, colocando duas mulheres na mesa. Eu acho que seria uma depressão muito grande para a mulher vir de tão longe e chegar nessa mesa de Congresso e ver só homem, nenhuma mulher. [...] O terceiro espaço foi também na passeata, na hora do protesto. Cinco microfones com voz masculina e nenhuma mulher protestando, nenhum grito de liberdade; então a gente conseguiu mais um espaço, aí com dois microfones para as mulheres. Os homens se sentiram um pouco surpresos, um pouco constrangidos mas a gente conseguiu espaço graças a perseverança das companheiras.” (MAFEI, 1985, p.53).

Fica clara a presença da mentalidade machista na organização do evento e, ao mesmo tempo, a intervenção de Maria Oneide e suas companheiras para superá-la, pelo menos em parte. Na perspectiva de dar relevo a participação das mulheres no Movimento, trataremos, nesta seção, a história de vida de três mulheres sem terra, D. Luza, D. Maria Soares e D. Eulália, em conexão com as duas primeiras ocupações do MST na Bahia e nordeste, o Projeto 4045 e o Riacho das Ostras.

Nossa primeira protagonista é D. Luza. Ela nasceu na zona urbana de Itabuna. Mas, saiu de lá aos quatro anos de idade, para morar em Canavieiras. Aos sete, mudou-se para um povoado chamado Novo Horizonte, na época município de Porto Seguro, hoje Guaratinga. Seu pai era tropeiro e quando ela tinha cerca de dez anos, ele resolveu vender seus animais e comprar uma pequena propriedade rural. Nesta idade, ela já

²⁴¹ MAFEI, Maristela. **Sangue na Terra**: a luta das mulheres. São Paulo: Ícone, 1985.

ajudava a família no plantio de cacau e café. Aos vinte anos, na virada da década de 1960 para 1970, casou-se com um homem da roça²⁴².

Devem ter morado na zona rural por dez anos ou um pouco mais, até que, em 1981, resolveram migrar para um povoado próximo à Itamaraju, Vila União²⁴³. Os motivos para sair da roça foram que seu marido preferia trabalhar com comércio e seus filhos precisavam ir para a escola. Em 1985, ela se separou do marido, que partiu e a deixou com a responsabilidade de criar os cinco filhos²⁴⁴.

Em 1987, Pedro dos Anjos do STR de Itamaraju, Bogo e Jaime Amorim do MST, foram ao povoado que ela morava buscar contato com alguém do local para organizar uma reunião de apresentação do Movimento. Por ser uma pessoa conhecida, os moradores indicaram D. Luza. Os militantes foram ao seu encontro. Ficou acertado que ela seria um contato na área e que convidaria as pessoas para uma reunião com o MST. Nessa época, aconteceram alguns encontros de periodicidade quinzenal no povoado²⁴⁵.

Este processo de convidar as famílias e realizar reuniões explicativas para organizar as ocupações é chamado pelo MST de trabalho de base²⁴⁶. Ganhar a confiança das pessoas era um elemento fundamental dada a empreitada para qual elas seriam convidadas. Segundo Bogo, ao chegar em uma comunidade eles procuravam uma pessoa que pudesse ser a “porta de entrada”, um padre, liderança local, político. Marcava-se, então, uma reunião em um local do sindicato ou da Igreja pela confiabilidade que estas instituições tinham²⁴⁷.

Lygia Sigaud chamou a atenção de que, no estabelecimento do MST em Pernambuco, os sindicalistas conhecidos pelos trabalhadores tiveram a função de apresentar os militantes do MST para estes, “dando o aval do sindicato” à presença daquelas lideranças (SIGAUD, 2010, p. 282). Por outro lado, os militantes do

²⁴² Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

²⁴³ Atualmente, o povoado pertence a Itamaraju.

²⁴⁴ Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

²⁴⁵ *Ibidem*.

²⁴⁶ Sobre trabalho de base ver: FERNANDES, Bernardo Maçano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (1979-1999). Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999, p. 77-8, 1999; SIGAUD, Lygia. Uma saga pernambucana. In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. **Ocupações e acampamento**: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamoud, 2010, p. 284.

²⁴⁷ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

Movimento, que vinham de outros estados, tinham o conhecimento necessário para ocupar terras, montar, administrar e resistir nos acampamentos (SIGAUD, 2005).

Com o desenrolar das reuniões em Vila União, D. Luza vinha sendo informada que a ocupação estava próxima, mas não sabia exatamente o dia e nem onde seria. Só um grupo muito restrito de militantes tinham essas informações, pois se vazadas, poderiam comprometer todo o trabalho de base. Dois meses depois do primeiro contato, chegaram algumas pessoas na sua comunidade e disseram que aquele seria o dia da ocupação. Pediram que ela avisasse às famílias que à noite o caminhão passaria para pegá-las²⁴⁸.

Confessou D. Luza, que ficou em dúvida se iria ou não. Ela tinha um emprego, trabalhava como zeladora em uma escola. Estava com medo de largá-lo para uma ocupação que não sabia se daria certo ou não. Afinal, era a primeira do MST na região. A vontade dos filhos, que tinham nascidos na zona rural, de ter uma terra a convenceu. Ela relatou o diálogo que tiveram:

“Meus meninos, o mais velho já tinha dezesseis anos, o Zé. Os outros estavam de treze, de doze, de onze, de dez e de oito, que era Márcia, de oito anos. Cinco, cinco adolescentes.
Aí eu: E as escolas agora, meu filho?
Eles: Não, lá nós estuda, nós vai estudar lá.
Eu falei: tá bom.
Tudo queria vim. Começou criado na roça, né. Não acostumou na rua nunca.”²⁴⁹.

Tomou a decisão de ir, mas com precaução. Pediu uns dias de afastamento na escola e arrumou uma pessoa de confiança para ficar no seu lugar. Se a terra não desse certo, voltaria para o emprego. Na Bahia, as terras escolhidas para as duas primeiras ocupações, o Projeto 4045 e o Riacho das Ostras, estavam em vias de desapropriação. O MST decidiu ocupá-las porque entendia que as possibilidades de vitória eram boas²⁵⁰. Assim, poderiam passar confiança aos outros trabalhadores em ocupações futuras e fortalecer o que Sigaud chamou de **crença** na possibilidade de conquistar a terra (SIGAUD, 2005).

Na noite preparatória da ocupação, D. Eulália, a nossa segunda personagem, ficou em oração, junto com várias famílias, em um salão de uma Comunidade Eclesial de Base na periferia da cidade de Itabela. Em meados da década de 1980, ela participava

²⁴⁸ Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras; Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

de atividades desta CEB junto com um grupo de freiras. Através de uma amiga, que morava com as freiras, ficou sabendo que estava chegando um movimento de ocupação de terras que faria uma reunião na cidade²⁵¹.

D. Eulália é natural do município de Guaratinga. Nasceu e foi criada na roça de seu pai. Casou-se aos dezoito e, cinco anos depois, foi morar na cidade de Itabela. Ela, então, passou a trabalhar em uma loja e seu marido trabalhava na roça do sogro. Mesmo morando na cidade e com o emprego da loja, contou: “Meu esposo tinha muita vontade de ter uma terra. [...] A gente tinha vontade de ter uma terra da gente também.”²⁵². Antes da primeira reunião em Itabela, ela teve uma conversa com um militante do MST, Toinzinho. Assim relatou o diálogo que tiveram:

Toinzinho: “‘Oí, tá tendo uma ocupação de terra num tal lugar que eu não sei aonde que é. Como a senhora tem vontade de ter um pedaço de terra, acho que agora é a sua chance’.

Ele me convidou, assim, com aquela segurança.

Toinzinho: ‘Se a senhora perder essa chance agora, a senhora não vai ter outra chance nunca’. [...].

E eu falei: - Não vai ter esse problema de conflito, de polícia, despejo?

Ele falou: - Não. Não vai ter porque é uma terra já desapropriada.”²⁵³.

O medo de um confronto com as forças policiais ou com pistoleiros contratados por fazendeiros devia ser um sentimento presente em vários trabalhadores. As pessoas deviam saber de casos de violência envolvendo conflitos de terra na região. Por outro lado, os militantes do MST deviam argumentar que a terra estava desapropriada com a intenção de aumentar a confiança na possibilidade de vitória sem confrontos. Apesar da vontade, D. Eulália não confirmou à Toinzinho que iria, pois queria consultar o marido, que estava à trabalho na roça. Conseguiu que falassem com ele que se interessou e foi para Itabela participar da ocupação²⁵⁴.

Nesse ínterim, a pedido de Toinzinho, D. Eulália ficou com a função de convidar famílias que tivessem interesse em ocupar uma terra. Ela conversou com D. Maria Soares, nossa terceira personagem, que também já estava em contato com os militantes do MST. Conseguiram reunir famílias para participar de encontros preparatórios para a ocupação, que aconteceram no salão comunitário da CEB²⁵⁵. Na madrugada do dia 7 de setembro, D. Eulália partia para sua primeira ocupação de terra

²⁵¹ Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

no fundo de uma caçamba cheia de mulheres. Saíram de Itabela 6 caminhões e 8 caçambas lotadas de pessoas e seus pertences²⁵⁶.

Pouco antes, na noite do dia 6 de setembro, enquanto D. Maria Soares organizava sua bagagem para ir à ocupação, seu marido chegou em casa do trabalho. Ao ver a movimentação, perguntou a ela: “Pra onde cê vai?”²⁵⁷. D. Maria respondeu: “Eu vou pra terra, eu vou pra uma terra por aí afora.”²⁵⁸. O marido de D. Maria Soares não estava conformado com a ideia da esposa de entrar para o Movimento e ocupar terras. Na primeira conversa que tiveram sobre o assunto, tempos antes, ele reagiu: “Tá doida, a mulher endoidou de vez.”²⁵⁹.

D. Maria Soares, nasceu na zona rural no município de Jacinto em Minas Gerais, próximo aos atuais municípios de Guaratinga e Eunápolis - Bahia. Em sua memória, apareceu a dureza das condições de vida de quem desde criança teve que trabalhar: “A vida da gente era assim trabalhar e levar pra rua²⁶⁰ pra vender”²⁶¹. Mas pondera um elemento: “a gente tinha terra.”²⁶². Embora valorize o fato de sua família ter sua própria terra, esse tempo não é romantizado por D. Maria, que relata a dificuldade que enfrentavam.

Em Jacinto passou a infância, juventude e conheceu seu marido. Foi morar com ele na roça do sogro que, em dado momento, resolveu partir para a Bahia. Seu sogro não queria que o filho ficasse em Minas Gerais e convenceu o casal a acompanhá-lo. Com o dinheiro da venda de sua terra, o pai de seu marido comprou outra na região de Guaratinga, porém ela era de má qualidade. Percebendo que não tiraria mais o sustento da família no trabalho com a nova terra, D. Maria e o seu marido migraram para a cidade de Itabela, provavelmente na primeira metade da década de 1970. A esta altura, eles já tinham quatro filhos e a situação era dura: “Falei ‘Meu Deus!’ Pra Itabela com Deus na frente e os fio na mão. Que não tinha mais nada, a gente não tinha nada, nada, nada...”²⁶³.

²⁵⁶ *Ibidem*.

²⁵⁷ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²⁵⁸ *Ibidem*.

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ “Rua” para os trabalhadores significa a zona urbana.

²⁶¹ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²⁶² *Ibidem*.

²⁶³ *Ibidem*.

Os seis primeiros meses, em Itabela, foram árduos, “Nós só faltava trabalhar de dia e de noite pra poder dar conta dos filho.”²⁶⁴. Com o tempo, o marido dela se empregou numa serraria²⁶⁵ e ela virou trabalhadora doméstica. Lembra D. Maria, que nunca gostou de morar na cidade. Aos domingos, que seria hora de seu descanso, ela pedia a fazendeiros que lhes cedessem um pedaço de terra para plantar: “Só mode eu envolver no domingo, pra eu não ficar na rua, que eu nunca gostei de rua.”²⁶⁶. Dizia para o marido que um dia moraria na roça ou voltaria para Minas Gerais para morar na zona rural²⁶⁷.

Quando começaram as primeiras reuniões do MST em Itamaraju, Maria ficou sabendo e falou para os filhos: “Ah, eu vou lá. Pra ganhar terra, eu vou lá”²⁶⁸. Eles estranharam a disposição da mãe. Seu marido não estava por casa, passava uns dias fora no trabalho. Até que Maria soube que aconteceria uma reunião em Itamaraju em um domingo e foi. Participou dela e saiu com a incumbência de organizar pessoas em Itabela para entrar no MST, como relatou:

“Cheguei lá, participei de uma reunião. Na hora de eu sair, eles já me deram um trabalho em Itabela.

Falou: Você vai trabalhar mais nós, você vai fazer reunião lá em Itabela.

Eu falei: Mas como vai fazer essa reunião? Eu não sei de nada.

Eles: Nós vamos ensinar a você aqui como é que faz.

Hei, cheguei lá em Itabela, botei pocando... [risos].”²⁶⁹.

Interessante perceber como a dinâmica de funcionamento do MST estimulou o surgimento de lideranças do meio popular. Relatou Bogo que, para ajudar os menos experientes a coordenar reuniões pelo MST, foram criadas cartilhas ditando o passo a passo da organização do encontro. Segundo ele, que elaborou algumas delas, a inspiração na construção desses materiais eram os produzidos nos Círculos Bíblicos das CEB's²⁷⁰.

Como dissemos acima, o marido não gostou nada de saber da participação de sua esposa na preparação de ocupações de terra. Ele trabalhava em uma serraria há catorze anos e já tinha virado uma espécie de encarregado do patrão, Seu Ilmo, que, quando precisava se ausentar, deixava a pequena fábrica sob seus cuidados. Além disso, a filha mais velha do casal era trabalhadora doméstica na casa de Seu Ilmo. Segundo D.

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ Já tratamos no capítulo anterior que Itabela era um polo madeireiro.

²⁶⁶ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²⁶⁷ *Ibidem*.

²⁶⁸ *Ibidem*.

²⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁰ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

Maria Soares, ele tinha confiança total na família. Porém ao saber da participação dela no Movimento, ficou contrariado, como narrou D. Maria:

“O patrão falou: ‘Olha, eu acreditava demais em você. Agora perdi a confiança que você endoidou’.

Eu falei: Seu Ilmo, eu endoidei e quando passar essa doideira minha, a primeira [terra] que vamo ocupar é a sua.”²⁷¹.

O mundo de Maria estava de ponta a cabeça. No momento, já não achava que devia algum gesto de deferência ao patrão que queria se intrometer nas suas decisões. Se via de lado oposto a ele, que possivelmente também era proprietário de terra. Por outro lado, fica visível a forma masculina de tratar a atitude de autodeterminação de uma mulher. Maria foi chamada de doida pelo marido e pelo patrão, a conduta machista ultrapassava as fronteiras das classes sociais.

Mas, o marido seria convencido pela perseverante D. Maria. Na mesma noite do dia 6 de setembro, ele decidiu ir para a terra com ela. Levaram seu filho do meio. A filha mais velha também acompanhou o casal para conhecer o caminho, caso acontecesse algo com eles, ela poderia buscar o irmão, o que demonstra que D. Maria sabia dos perigos de ocupar uma terra²⁷².

Nessa madrugada do dia 6 para dia 7 de setembro de 1987, o MST fez sua primeira ocupação de terras na Bahia e nordeste em uma área de 5.100 hectares da Flonibra, conhecida por Projeto 4045²⁷³. Os sem terra entraram na terra de uma empresa que havia sido alçoz de várias famílias de posseiros anos antes, como relatamos no capítulo 1²⁷⁴. Participaram cerca de 600 famílias, oriundas de 8 municípios da região²⁷⁵. Ao chegarem, ergueram uma cruz no centro do Acampamento, o que demonstra a importância da religião para a maioria desses trabalhadores²⁷⁶. Segundo matéria do *Jornal Sem Terra*, a ocupação ocorrera independente dos fazendeiros da UDR que “começaram a fazer a perseguição, através dos jornais e rádios locais, ameaçando os sindicalistas de morte.”²⁷⁷. Os grandes proprietários de terra viam os sindicalistas da região como os líderes da ação.

²⁷¹ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²⁷² *Ibidem*.

²⁷³ Como já exposto, a Flonibra era uma empresa que planta eucaliptos. Estes eram divididos em quadras. A área ocupada ia da quadra 40 a 45, por isso, a ocupação e o assentamento passaram a se chamar Projeto 4045.

²⁷⁴ Ver seção 1.1.

²⁷⁵ *Jornal Sem Terra*, nº 67, out de 1987.

²⁷⁶ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

²⁷⁷ *Jornal Sem Terra*, nº 67, out de 1987. Na memória de Betão foram cerca de 450 famílias, ver: SCOLESE, 2008.

Das nossas três personagens, D. Luza foi a única a ficar satisfeita com a terra ocupada. Contou que, na mesma semana da ação, foi erguido, no acampamento, um barracão com três ambientes que seria uma escola provisória. Seus filhos iam poder estudar²⁷⁸. Na verdade, era costume das ocupações do MST, no estabelecimento do acampamento, que se providenciasse uma estrutura, mesmo que provisória, para haver aulas para as crianças não deixarem de estudar²⁷⁹.

A ocupação do Projeto 4045 teve uma peculiaridade. Duas semanas após a chegada do MST, um grupo de famílias ligadas ao prefeito de Alcobaça, Wilson Brito, também armou um acampamento na área. De modo geral, foram os prefeitos da região que passaram a indicar as fazendas que seriam desapropriadas pelo INCRA. O prefeito de Alcobaça provavelmente negociou com a Flonibra uma parte de suas terras para desapropriação. Ele já planejava colocar famílias para serem assentadas na área e ali criar uma base política. Quando o mesmo soube que o MST havia entrado na terra, juntou o pessoal dele às pressas e fez uma ocupação ao lado. Apesar do conflito inicial entre o prefeito e as lideranças do MST, chegou-se a um acordo de que todas as famílias ficariam, mas no momento da desapropriação, haveriam mais lotes disponíveis para aquelas ligadas ao Movimento. Em cerca de 30 dias, o INCRA foi ao local realizar o cadastro das famílias, porém não havia lotes suficientes para todas elas²⁸⁰.

D. Eulália confessou que ao chegar naquela terra cheia de eucaliptos no entorno, não gostou. Veio a crise, pois não queria ficar, mas ao mesmo tempo, muitas pessoas tinham ocupado a terra por sua influência. Se ela saísse, pegaria mal. Acabou voltando para casa. Passados alguns dias, se arrependeu e foi à casa das freiras, que intermediaram a sua volta. Ficou acampada com o marido no Projeto 4045 até que foram para a segunda ocupação, o Riacho das Ostras²⁸¹.

D. Maria Soares também teve seu dilema no Projeto 4045. Seu marido que aceitou acompanhá-la, não gostou da terra. Ela tinha a mesma opinião, mas não podia externar. Somado a isso, os militantes do MST queriam que ela ficasse, possivelmente para assumir alguma função de coordenação no futuro assentamento. Mesmo com esse impasse individual, ela foi seguindo. Participou dos preparativos da ocupação do Riacho das Ostras que seria feita com as famílias excedentes do Projeto 4045. A fazenda estava

²⁷⁸ Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

²⁷⁹ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

²⁸⁰ *Ibidem*.

²⁸¹ Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

cercada por pistoleiros e a missão dela era pegar um transporte que passava pela área todos os dias até perceber a ausência deles²⁸². Sem os pistoleiros, no dia 5 de dezembro, aconteceu a ocupação do Riacho das Ostras com 120 famílias (FENANDES, 1999; SANTOS 2004). Assim como D. Eulália, D. Maria Soares ficou no novo acampamento.

Essas mulheres e as outras trabalhadoras e trabalhadores perceberam, cada um a seu tempo, que a decisão de entrar no MST não implicava somente em ocupar a terra. A permanência no acampamento também era tarefa das mais árduas. Sobre a vida de acampada, D. Maria Soares lembrou:

“No começo, consegui umas cestas básicas para o pessoal. Só que tinha muita gente e o alimento que eles arrumavam era muito pouco pra o tanto de gente que tinha. Tinha aquela divisão de uma lata de óleo pra dez pessoas, de um pacote de café pra dez pessoas, cada um tinha que ter uma colher de cada coisa. Só aquela coisa mesmo pra não ficar sem nada.”²⁸³.

Na memória de D. Eulália, está presente o sofrimento do período de acampamento: “Uma coisa eu digo, pra ficar em área de Reforma Agrária, pra ficar até o fim, tem que ter vontade de ter um pedaço de terra e não poder comprar ela. Porque é muita luta, é muito sofrimento. Nós estamos aqui, mas nós sofremos de mais.”²⁸⁴. Não houve, entretanto, despejo no Projeto 4045 e Riacho das Ostras²⁸⁵. A condição de serem terras em processo de desapropriação facilitou as coisas.

O surgimento do MST na Bahia se deu a partir da confluência de uma série de fatores. A decisão de transformar os movimentos sem terra do centro-sul do país em um movimento nacional certamente é um deles. Entretanto, ao desembarcarem na Bahia com a missão de estabelecer o movimento sem terra no estado, os militantes catarinenses encontraram terreno fértil. Agentes pastorais já desenvolviam um trabalho político junto aos camponeses desde meados da década de 1970. O movimento sindical também tinha experiência em episódios de enfrentamento com os grandes proprietários de terra local. A existência de ocupações coletivas de terra e o contexto de disputas em torno do PNRA, abriram uma brecha interessante para os sujeitos que lutavam pela reforma agrária. Todos esses fatores nos ajudam a entender o surgimento do MST no

²⁸² Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²⁸³ *Ibidem*.

²⁸⁴ Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

²⁸⁵ No Riacho das Ostras, houve alguns conflitos com a Companhia Madeireira de Itamaraju, que era a antiga proprietária e, mesmo com acampamento, continuava retirando madeira do local. O processo de desapropriação da área se arrastou até 1998. O Projeto 4045 aconteceu em 1987. Cf. SANTOS, Jeane Santos e. **O processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Espacialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

extremo sul baiano. Porém, desafios maiores estavam à espera do Movimento. Estes serão apreciados no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

O RISCO QUE CORRE O PAU CORRE O MACHADO*

“Enfim, tanto o contexto político quanto a máquina a vapor tiveram a maior influência sobre a formação da consciência e das instituições da classe operária.”²⁸⁶
(E. P. Thompson).

Em 12 de dezembro de 1987, uma semana após a ocupação do Riacho das Ostras, a UDR de Itamaraju publicava uma circular como resposta a pichações feitas na cidade contra a entidade. Apresentava-se como uma organização em defesa da empresa privada, do desenvolvimento agropecuário e do bem-estar do homem do campo. A UDR também dizia estar no resguardo da família, costumes e religião. No folheto, não se mostrava contrária a reforma agrária, mas sim a invasão de terras. Segundo a entidade, o papel de fazer a reforma era do governo. Assim: “Invasão de terra é assalto e todo assalto é crime e como crime será punido”²⁸⁷.

É possível que a entidade não tenha se colocado frontalmente contra a reforma agrária por entender que boa parte da população apoiava a causa. Aparece neste comunicado a noção, já mencionada, do patronato rural em relação à propriedade rural, desta como um direito natural e absoluto. Aquele que burla esse direito é considerado criminoso e fica sujeito à violência de classe dos grandes proprietários. Ainda consta no comunicado da UDR um grosseiro discurso contra os sem terra, que seriam segundo a entidade: “agentes clandestinos do Nazismo e do Comunismo Internacional”²⁸⁸. A adjetivação não deve ser entendida somente como propagação de um discurso ignorante. Estava embutida ali uma justificativa ideológica para violências futuras que poderiam ser cometidas contra os trabalhadores.

Um dos principais veículos de divulgação das análises do MST era o seu Jornal *Sem Terra*. Na edição de março de 1988, aparece um balanço do momento político, em

* Título inspirado no cântico dos trabalhadores rurais do Maranhão apresentado no I Congresso Nacional do MST em 1985: “o risco que corre o pau, corre o machado / não há o que temer / aquele que manda matar, também pode morrer”. Cf. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (1979-1999). Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

²⁸⁶ THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 22, 2002.

²⁸⁷ Arquivo Frei Chico. UDR. Atenção: Para o Comunicado N° 3 da U.D.R. de Itamaraju-Bahia, Itamaraju, 12/12/1987.

²⁸⁸ *Ibidem*.

especial, no que tange a Constituinte. O posicionamento do MST era de que este espaço apresentava limites em relação à questão da terra²⁸⁹. O Plenário da Constituinte já havia decidido, em novembro de 1987, que os projetos votados só poderiam ser aprovados se chegassem a alcançar 280 votos, mais do que a maioria simples. Pelo cálculo dos defensores da reforma agrária, eles não tinham esses votos. A virada dos anos de 1987 e 1988 foi de pessimismo em relação a possibilidade da aprovação de um texto favorável a reestruturação fundiária brasileira (SILVA, 1989). Por isso, escrevia o MST, através de seu jornal: “a Constituinte já está totalmente desmoralizada e não merece mais a confiança de ninguém”²⁹⁰.

Apesar do ceticismo do momento, as organizações de classe e entidades favoráveis à reforma estavam se mobilizando para essa disputa no poder legislativo. A CONTAG, ABRA, CPT, CUT e MST apresentaram duas emendas populares à Constituinte em defesa da reforma agrária. Juntas contabilizaram quase um milhão e duzentos mil assinaturas. As emendas somavam mais assinaturas do que todas as outras, inclusive, aquelas que versavam sobre educação e direitos dos trabalhadores, as duas primeiras colocadas respectivamente (SILVA, 1989). A maioria dos constituintes, no entanto, agiam em revelia ao que pensava a opinião pública. Em setembro de 1987, o *Jornal do Brasil* divulgou uma matéria com os resultados de uma pesquisa de opinião feita pelo Ibope. Às pessoas foram apresentados 15 temas que elas poderiam escolher como os mais relevantes para serem tratados na nova Carta Magna, 38% delas escolheram a reforma agrária como um deles²⁹¹.

Diante do revés que se anunciava na disputa legislativa, o MST se posicionou afirmando que a reforma agrária era uma necessidade, independente da questão legal²⁹². A perda de espaço institucional, fazia o Movimento concentrar, cada vez mais, suas energias na luta social. Em novembro de 1987, 5 mil famílias participaram de ocupações em várias partes do Brasil. Tais ações teriam acontecido “independente das tentativas que a UDR e a Polícia procuram tramar para intimidar os trabalhadores Sem-Terra”²⁹³. Além de apontar seus inimigos políticos, o MST acrescentava que a conquista

²⁸⁹ *Jornal Sem Terra*. Lutar para garantir vitórias, São Paulo, nº 71, mar. 1988.

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ *Jornal do Brasil*. O país verdadeiro é outro, Rio de Janeiro, 13/09/1987.

²⁹² *Jornal Sem Terra*. Lutar para garantir vitórias, São Paulo, nº 71, mar. 1988.

²⁹³ *Ibidem*.

da terra passava pela tomada do poder. Por isso, deveriam continuar agindo para a consolidação da CUT e do PT²⁹⁴.

Roseli Caldart, pedagoga vinculada ao Movimento, ao refletir sobre sua história, expõe que a maneira como os trabalhadores sem terra e o MST lidaram com seus desafios políticos influenciou a constituição de suas identidades (CALDART, 2000). Tendo isso em vista, este capítulo pretende analisar o período de estabelecimento do MST na Bahia entre os anos de 1988 e 1989. Veremos de que modo o Movimento lidou com a obstrução do espaço institucional para a reforma agrária e como enfrentou as ações truculentas da UDR. Também teremos contato com as experiências das trabalhadoras e trabalhadores sem terra na perspectiva de perceber as suas ações e decisões sendo informados pelos seus próprios sonhos, estratégias e expectativas.

3.1 A fazenda Bela Vista

Após conseguir realizar duas ocupações em solo baiano em que não houve despejo nem conflitos maiores, a direção do MST passou a considerar dar um passo à frente no confronto com a UDR. As pichações contra a entidade nas ruas de Itamaraju, que o documento acima se refere²⁹⁵, era uma forma de difamar o inimigo e preparar o terreno para entrar em novo território. Após ocupar áreas em Prado e Alcobaça, o Movimento decidiu agir no município de Itamaraju, onde se localizava a sede da UDR regional.

Recorda-se Pedro dos Anjos, presidente do STR desta cidade e integrante da coordenação estadual do MST na época, que ele realizou um estudo de possíveis áreas para a realização da terceira ocupação. Apresentou aos membros da coordenação três possibilidades, as fazendas Santo Antônio, Bela Vista e Reunidas Corumbau. Segundo ele, a Corumbau teria menor chance de conflito e maior facilidade na negociação, seguida da Santo Antônio. A fazenda Bela Vista, na sua avaliação, não teria possibilidade de vitória, pois era cadastrada no INCRA como empresa rural, não sendo passível de desapropriação²⁹⁶.

²⁹⁴ *Ibidem.*

²⁹⁵ Arquivo Frei Chico. UDR. Atenção: Para o Comunicado N° 3 da U.D.R. de Itamaraju-Bahia, Itamaraju, 12/12/1987.

²⁹⁶ Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

A avaliação de Pedro era pragmática. Em outubro de 1987, o presidente Sarney assinara o decreto 2363 que dava um duro golpe na reforma agrária. Dentre as medidas, destacam-se: I. a extinção do INCRA e a criação do Instituto Nacional de Terras vinculado ao MIRAD, que desarticulava toda a estrutura do órgão responsável pelas desapropriações de terra no país; II. a proibição de desapropriação de qualquer área em produção, independente se estava causando danos ambientais, utilizava trabalho análogo ao escravo ou era um latifúndio por dimensão; III. toda área só poderia ser desapropriada em até 75% de seu território, ficando o proprietário com 25% da área que escolhesse, ou seja, as terras mais férteis, próximas das aguadas, etc²⁹⁷. Com esta última medida, os assentamentos formados, nesta configuração, seriam potenciais locais de conflito entre os trabalhadores e antigos donos.

Na memória de Pedro, a direção nacional do MST escolheu ocupar a Bela Vista com o intuito de projetar o MST a partir do conflito, especialmente na mídia. Frei Chico, na época diretor do seminário dos Capuchinhos e aliado²⁹⁸ do MST, relatou que, como Pedro, era contra a ocupação da Bela Vista. Sua opinião devia ser a mesma de Frei Dílson, também responsável pelo Seminário e aliado do Movimento. Defendia Frei Chico que fossem ocupadas terras devolutas, sem um dono real, como havia sugerido o coordenador regional do INCRA²⁹⁹.

O dono da fazenda Bela Vista era Eraldo Lemos. Ele havia sido deputado federal pela ARENA entre 1971 e 1975³⁰⁰. Em 1988, era suplente de Senador pelo PDS sergipano. Morava no Rio de Janeiro e era irmão de Mário Lemos, ex-ministro da saúde no governo Médici de 1972 a 1974³⁰¹. Pelas credenciais do dono, certamente a ocupação de sua fazenda teria maiores repercussões.

Neste período em que se decidia onde seria a terceira ocupação do MST, as deliberações eram discutidas com os aliados: os freis capuchinhos e Pedro do STR de

²⁹⁷ *Jornal Sem Terra*. Sarney dá golpe mortal na Reforma Agrária, São Paulo, nº 68, dez. 1987.

²⁹⁸ Aliado, neste caso, pois coaduna com a estratégia política do Movimento, estando mais próximo, por exemplo, do que aqueles que apoiavam. O fato de ser aliado, também, implicava em poder opinar nos direcionamentos políticos.

²⁹⁹ Segundo Frei Chico, o coordenador regional do INCRA-BA, José Carlos Arruti, em certa feita, lhe mostrou um mapa e apontou áreas devolutas na região extremo sul, que seriam mais facilmente desapropriadas. Aconselhou ele que os trabalhadores deveriam ocupar estas terras, ao invés de fazendas em que existiam algum dono que reivindicava a propriedade da mesma. A sugestão pragmática vinha de uma pessoa que estava por dentro do sistema e se via com dificuldades em fazer as desapropriações. Cf. Entrevista com Frei Chico, realizada em 08/01/2016, em sua residência em Itamaraju.

³⁰⁰ CPDOC: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eraldo-machado-de-lemos>. Acessado em 12/10/2017.

³⁰¹ *Jornal O Estado de São Paulo*. Fazendeiros ameaçam expulsar os sem-terra, São Paulo, 16/03/1988.

Itamaraju. No entanto, o MST tinha uma forma de organização leninista, que se estruturava a partir de instâncias hierárquicas, nas quais tinham maior respaldo decisório aqueles que estavam no topo. Nesse caso, tinham maior poder os dirigentes à nível nacional, Ademar Bogo e Jaime Amorim³⁰². Eles optaram pela ocupação da Bela Vista.

Pelas reportagens do Jornal *Sem Terra* citadas acima, é possível deduzir os motivos da escolha. Os espaços institucionais para a execução da reforma agrária estavam se fechando gradativamente. Primeiro, com os limites do PNRA; em seguida, com o decreto 2326 de Sarney; e, o mais importante, a chance de derrota na Constituinte era grande. Em boa medida, esse processo se dava pelas eficazes ações da UDR, que vinha conseguindo canalizar o poder econômico do patronato rural, utilizando-o como força política.

A avaliação dos dirigentes do MST devia ser a mesma da exposta pelo Jornal *Sem Terra*. Se o cerco se fechava de um lado, seria preciso maiores investidas no âmbito social da luta. Precisariam bater de frente com a UDR, criar o fato político e demonstrar à sociedade que a questão agrária não estava resolvida. Até porque a demanda dos trabalhadores rurais por terra precisava ser solucionada.

No dia 13 de março de 1988, os Jornais *Tribuna da Bahia*, *A Tarde* e *Diário do Pará*³⁰³ noticiaram a ocupação da fazenda Bela Vita por cerca de 1300 famílias ligadas ao MST na madrugada do dia 11 para o dia 12. O STR de Itamaraju apareceu como um dos organizadores³⁰⁴. O número de famílias participantes era consideravelmente maior do que nas duas primeiras ocupações. A crença dos trabalhadores em conquistar a terra devia estar mais sólida. Segundo o Movimento, a fazenda possuía 3224 hectares, mas o dono só possuía documentação comprobatória de 1000³⁰⁵. Uma comissão do Movimento teria viajado para Salvador para tentar negociação com o governador Waldir Pires e o delegado regional do Mirad³⁰⁶. Fazia parte dos procedimentos do MST, após as ocupações de terra, formar um grupo para ir ao INCRA iniciar negociações e,

³⁰² Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

³⁰³ O interesse dos periódicos maranhenses pelo conflito devia ter ligação como o fato de Jader Barbalho ser o então comandante do MIRAD.

³⁰⁴ *Jornal Diário do Pará*. Famílias ocupam fazenda, Belém, 13/03/1988; *Jornal Tribuna da Bahia*. Invadidos por 1.300 famílias 3 mil hectares em Itamaraju, 13/03/1988; *Jornal A Tarde*. Fazenda de Itamaraju é invadida, Salvador, 13/03/1988.

³⁰⁵ *Jornal Diário do Pará*. Famílias ocupam fazenda, Belém, 13/03/1988.

³⁰⁶ *Jornal A Tarde*. Fazenda de Itamaraju é invadida, Salvador, 13/03/1988.

assim, evitar o despejo³⁰⁷. Os dias que se seguiram à ocupação na Bela Vista foram intensos.

Relatou o *A Tarde* que a ocupação era política, pois se dava em represália à demissão³⁰⁸ de José Carlos Arruti da Coordenação Regional do INCRA³⁰⁹. Dias depois, Irailton, militante do MST, declarou ao *Jornal do Brasil* que a ocupação estava sendo preparada há 4 meses, mas se precipitara devido a este fato. Arruti era considerado um apoiador da reforma agrária³¹⁰.

O Jornais *A Tarde* e o *Diário do Pará* divergiam quanto aos ânimos do local. Enquanto o periódico do estado do titular do MIRAD dizia que o clima era relativamente calmo até o dia anterior³¹¹, aquele trazia: “O ambiente é dos mais tensos no município e em toda a região.”³¹². O próprio *A Tarde* anunciava que os demais fazendeiros já estavam se preparando para evitar ocupações em suas propriedades³¹³.

Na edição do dia 14 de março, este periódico publicou uma matéria, onde aparecem os argumentos do dono da fazenda. Eraldo Lemos acusou Pedro dos Anjos e Frei Chico como os líderes da ocupação. Declarou igualmente que a fazenda foi considerada como “propriedade rural titulada e produtiva” pelos técnicos do INCRA em 1981. O proprietário fez questão de dizer que sua terra era produtiva, pois contava com 3600 cabeças de gado. Eraldo Lemos e o presidente da UDR de Itamaraju, Gílson Lesqueves, diziam estar dispostos a solicitar liminar de reintegração de posse ao juiz da Vara Civil da cidade. Mas, independente disso, eles estavam decididos a expulsar os “sem terra na marra, com ou sem liminar”³¹⁴. O ambiente estava tenso, expôs a reportagem que poderia “registrar-se a qualquer momento, um choque de consequências imprevisíveis”³¹⁵.

Em outra frente, os proprietários pressionavam o governador Waldir Pires. Também entraram em contato com o presidente nacional da UDR para inteirá-lo da

³⁰⁷ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

³⁰⁸ Segundo Euclides Neto, que chefiava a Secretaria de Reforma Agrária e Cooperativismo, o motivo da demissão foi que Arruti protestara contra uma desapropriação de uma área imprestável para a agricultura e que estava sendo desapropriada por motivos desprezíveis. Cf. NETO, Euclides. **Trilhas da reforma agrária**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014.

³⁰⁹ *Jornal A Tarde*. Fazenda de Itamaraju é invadida, Salvador, 13/03/1988.

³¹⁰ *Jornal do Brasil*. Justiça dá reintegração e lavradores abandonam fazenda no sul da Bahia, Rio de Janeiro, 17/03/1988.

³¹¹ *Jornal Diário do Pará*. Famílias ocupam fazenda, Belém, 13/03/1988.

³¹² *Jornal A Tarde*. Fazenda de Itamaraju é invadida, Salvador, 13/03/1988.

³¹³ *Ibidem*.

³¹⁴ *Jornal A Tarde*. Invasão de fazenda foi comandada por sindicato, Salvador, 14/03/1988.

³¹⁵ *Ibidem*.

situação e solicitar apoio³¹⁶. Segundo Dreifuss, a UDR tinha uma estrutura interna piramidal, que se nutria de um intenso trabalho de base para formação de núcleos municipais. Estes eram subordinados a seções regionais que confluíam para as direções estaduais, que alimentariam a direção nacional (DREIFUSS, 1989).

O MST também mobilizava sua rede de apoio. Solicitara a FETAG que intermediasse uma reunião com o INCRA para tratar da possível desapropriação³¹⁷. Da secretaria nacional, José Rainha enviava telegrama ao secretariado nacional da CPT explicando a situação da ocupação e a eminência de um despejo comandado pela UDR. Solicitou que a entidade enviasse telegramas para o governador da Bahia, MIRAD, Ministro da Justiça e Presidência da República, no sentido de buscar solução para o problema das famílias e responsabilizando-os por atos de violência que viessem a ocorrer³¹⁸. Acontecendo o pior, o ônus político cairia no colo dessas autoridades.

Waldir tido como uma das lideranças progressistas do PMDB, precisava responder à Igreja. Escreveu telegrama à CPT demonstrando sua desaprovação quanto aos métodos do MST. Defendeu que a reforma agrária deveria ser feita de forma democrática e disciplinada. Escreveu o governador que a questão dos trabalhadores estava sendo conduzida e que jamais descuidaria da população carente. Ao final, deixou transparecer seu receio de que formas de atuação mais radicais pudessem favorecer o discurso dos partidários da Ditadura: “não podemos esquecer resguardar conquistas institucionais já asseguradas.”³¹⁹.

Não é possível afirmar que Waldir se opunha à reforma agrária, pelo contrário. Ao assumir o governo do estado em 1987, ele criou uma secretaria só para tratar do tema e colocou a sua frente Euclides Neto³²⁰, conhecido defensor da reforma no estado. Entretanto, as alianças que fizera com setores conservadores para alcançar o governo, o obrigava a ter uma postura conciliadora. O baixo orçamento do estado era outro fator limitante de suas ações em prol da reforma agrária (NETO, 2014).

No dia 14 de março, o juiz Raimundo Alves de Souza da Comarca de Itamaraju concedeu liminar de reintegração de posse em favor de Eraldo Lemos. Uma tropa do

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ *Ibidem*.

³¹⁸ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Telegrama de José Rainha para o Secretariado Nacional da CPT*, São Paulo, 14/03/1988.

³¹⁹ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Telegrama do gabinete do governador Waldir Pires ao Secretariado Nacional da CPT*, s/d.

³²⁰ Ele foi prefeito de Ipiáú no início dos anos sessenta e desenvolveu uma experiência de assentar famílias em uma terra adquirida com os recursos do município. Cf. NETO, Euclides. **Trilhas da reforma agrária**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014.

Batalhão da PM de Teixeira de Freitas foi enviada para executar o despejo. Enquanto isso, cerca de 200 fazendeiros da região ligados à UDR se mantinham em vigília na sede da entidade para impedir a ocupação de outras propriedades e forçar a remoção das famílias da Bela Vista³²¹. Entre esses, estavam fazendeiros de Minas Gerais e Espírito Santo³²².

Os grandes proprietários da região e adjacências estavam organizados como classe³²³. Regina Bruno chama a atenção de que as associações patronais do período possuíam códigos de conduta que implicavam, entre outras coisas, que “caso alguma propriedade ‘esteja sofrendo a possibilidade de invasão’, é obrigação de todos, tanto dirigir-se à região em solidariedade, como assegurar os meios de defesa, inclusive financeiros da propriedade ameaçada.” (BRUNO, 2003, p. 299-300).

Uma das práticas mais utilizadas pela UDR para conseguir recursos e manter sua estrutura era a realização de leilões de gado doados por seus associados. Com o dinheiro que conseguia disponibilizava para os seus integrantes assessoria jurídica, quadros capacitados para ação política e propaganda, a contratação de empresas de marketing, utilização de gráficas e apoio para as ações mais violentas³²⁴ (DREIFUSS, 1989). Certamente os fazendeiros de Itamaraju tiveram tal estrutura a sua disposição.

Em 15 de março, o Jornal *A Tarde* reproduziu a matéria: “Invasão de terra pode gerar massacre na região de Itamaraju”³²⁵. Percebe-se que o título responsabilizou os ocupantes e não os possíveis agressores pela eventual catástrofe. Expôs o texto que o clima era de nervosismo e “as próximas 24 horas podem ser marcadas por muito violência”³²⁶. Neste momento, o tom subia de ambos os lados. Se agarrando a um direito de propriedade que descartava a dimensão social, o dono da fazenda, Eraldo Lemos, comparou as famílias sem terra a assaltantes e colocou, sem pudor algum, que iria haver conflito: “o confronto é certo, porque Reforma Agrária quem faz é o governo e invasão de terra é assalto”³²⁷. Já o MST contava com uma comissão acampada no INCRA de Salvador, pressionando pela desapropriação da fazenda³²⁸. Colocavam que a maior parte das terras da fazenda era produto da grilagem e que estariam dispostos a

³²¹ *Jornal O Liberal*. Tropa tentará desalojar posseiros, Belém, 15/03/1988.

³²² Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

³²³ Ver: BRUNO, Regina Angela Landim. *O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2002.

³²⁴ Esses recursos também financiaram candidaturas para as eleições da Assembleia Constituinte.

³²⁵ *Jornal A Tarde*. Invasão de terra pode gerar massacre na região de Itamaraju, Salvador, 15/03/1988.

³²⁶ *Ibidem*.

³²⁷ *Ibidem*.

³²⁸ *Jornal do Brasil*. Invasores de terra na Bahia reclamam definição do Incra, 15/03/1988.

resistir caso os pistoleiros da UDR tentassem o confronto³²⁹. O impasse estava colocado.

No dia 16 de março de 1988, veículos da imprensa de projeção nacional repercutiram a situação da ocupação da Fazenda Bela Vista. O *Jornal do Brasil*, *Estado de São Paulo* e o *Correio Brasiliense* anunciavam que Eraldo Lemos e a UDR de Itamaraju denunciavam o STR de Itamaraju, o PT e o Frei Chico como mentores da ocupação. O *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo* repercutiam críticas feitas por Ronaldo Caiado, liderança de maior projeção da UDR, ao governador Waldir Pires. Isto porque o governador atrasara a ação da PM no cumprimento do despejo, ordenada pelo juiz de Itamaraju, enquanto tentava costurar uma solução entre as partes, intermediada por seu secretário de reforma agrária, Euclides Neto. No intuito de pressionar o governador, dizia Caiado que, se o país tivesse autoridade em nível federal, haveria intervenção nos estados que desrespeitassem o judiciário³³⁰. Os contatos da UDR de Itamaraju com a representação nacional da entidade produziam seus efeitos.

Na mesma data em que o acampamento da Bela Vista estampava as páginas desses periódicos, 16 de março, ocorreu o despejo das famílias. Um telegrama da executiva nacional do MST para a CPT Nacional revelava que a Polícia Militar e a UDR tinham desalojado os trabalhadores. Nove militantes do MST foram presos. O Movimento pedia que a entidade enviasse telegrama ao governador solicitando que recebesse uma comissão de negociação³³¹. A CPT atendeu o pedido³³².

No dia seguinte, o MST enviou correspondência a outros apoiadores. Explicou que havia um acordo para que o despejo das famílias só acontecesse a partir do dia 17 de março. Porém a PM se sentiu encorajada a descumprir a ordem do governador ao receber um telex do então Ministro da Justiça, Paulo Brossard, que era ligado aos grandes proprietários de terra, autorizando o despejo³³³.

Ao saírem da fazenda, as famílias montaram acampamento na beira da estrada. À noite foram surpreendidas por policiais que apareceram no local. Elas eram

³²⁹ *Jornal A Tarde*. Invasão de terra pode gerar massacre na região de Itamaraju, Salvador, 15/03/1988.

³³⁰ *Jornal do Brasil*. Caiado faz crítica a Waldir, Rio de Janeiro, 16/03/1988; *Jornal O Estado de São Paulo*. Fazendeiros ameaçam expulsar os sem-terra, São Paulo, 16/03/1988; *Jornal Correio Brasiliense*. Tensão em Itamaraju, Brasília, 16/03/1988.

³³¹ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Telegrama da Executiva Nacional do MST para o Secretariado Nacional da CPT*, São Paulo, 16/03/1988.

³³² Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Telegrama do Secretariado Nacional da CPT ao governador Waldir Pires, Goiânia/GO*, 16/03/1988.

³³³ Sobre Brossard, ver: SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra**: crises da reforma agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

principalmente dos municípios de Itamaraju, Teixeira de Freitas, Mucuri, Prado, Guaratinga e Eunápolis³³⁴. Para dispersar as famílias, os policiais as obrigaram a subir em caminhões que as levaram para cidades que não eram as de sua origem³³⁵. Esta tática de dispersar os acampados foi utilizada pela UDR no Espírito Santo³³⁶. Tinha o intuito de dificultar nova aglutinação dos trabalhadores e jogar pelo ralo o trabalho de base feito pelo MST.

Anunciava a correspondência que os militantes presos no despejo já estavam soltos. Teria sido decisiva a grande quantidade de mensagens que as entidades apoiadoras enviaram às autoridades³³⁷. Por ser um movimento articulado nacionalmente, o MST recorria à tática de acionar sua rede de apoio como forma de pressionar às autoridades para uma mediação dos conflitos que lhe fosse favorável.

Um dia após o despejo, em 17 de março, o fato repercutia na imprensa. O *Jornal do Brasil* noticiou a execução da reintegração de posse, frisando que os trabalhadores “abandonaram pacificamente” a fazenda³³⁸. Já o *Jornal A Tarde* do dia posterior, trazia a versão de Eraldo Lemos de que a fazenda foi desocupada por meios pacíficos. Porém teria havido algumas resistências por parte dos radicais do PT, CUT, CPT e MST³³⁹.

A memória das pessoas que participaram dos acontecimentos do despejo difere da versão dos periódicos. Entrevistamos Tonhão, um dos militantes do MST que foi preso no despejo. Ele contou que as lideranças encarceradas foram agredidas fisicamente pelos policiais³⁴⁰. Já Frei Chico, que não estava na hora do despejo, relatou as agressões sofridas por Frei Dílson e agentes pastorais, como podemos ler:

“Pegaram Frei Dílson, botaram de joelho, pegaram ele, mais eu acho Maria Dotta e tinha vários. Tinha três ou quatro da Pastoral. Botaram de joelho, debaixo do sol, ficaram quatro ou cinco horas, com as mãos na cabeça lá de joelho. [...] Deram cada coronhada nele, mais foi brabo mesmo. [...] Eu não estava lá não, acho que torturam de todo jeito.”³⁴¹.

³³⁴ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Memorando nº 19/88 do Serviço de Intercâmbio Nacional pela Defesa dos Direitos Humanos*, 24/03/1988.

³³⁵ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Executiva Nacional do MST. *Agrava-se a situação na Bahia*, São Paulo, 17/03/1988.

³³⁶ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ *Jornal do Brasil*. Justiça dá reintegração e lavradores abandonam fazenda no sul da Bahia, Rio de Janeiro, 17/03/1988.

³³⁹ *Jornal A Tarde*. Problema dos posseiros ainda sem solução, Salvador, 18/03/1988.

³⁴⁰ Entrevista com Seu Tonhão, realizada em 30/06/2015, no Assentamento Riacho das Ostras.

³⁴¹ Entrevista com Frei Chico, realizada em 08/01/2016, em sua residência em Itamaraju.

Após a dispersão das famílias, as lideranças se reuniram na sede do STR de Itamaraju para tentar resolver o embarço. Precisavam de um local seguro que servisse de referência para que os trabalhadores voltassem a se aglutinar. Depois de muito discutirem, chegou ao encontro deles Frei Chico com a ideia de os sem terra ficarem acampados em uma área do Seminário dos Capuchinhos em Itamaraju³⁴². Em uma semana, 600 famílias já tinham se juntado na área do Seminário (FERNANDES, 1999). De todo modo, este número era consideravelmente menor que as 1300 famílias que ocuparam a fazenda. A forma como ocorreu o despejo, certamente, espantou várias famílias que não estavam despostas a encarar situações de conflito para obter sua terra.

O chamado de Frei Chico para as famílias acamparem no Seminário só resolvia a questão dos trabalhadores temporariamente. Era preciso ter uma perspectiva de obtenção da terra, até para manter as famílias mobilizadas. Mesmo havendo negociações até o processo do despejo entre MST, UDR, diversas entidades e representantes do governo, Waldir Pires não se reuniu pessoalmente com as partes, talvez para se preservar de possível desgaste ou por uma questão de agenda.

Somente no dia 18 de março de 1988, dois dias após o despejo, o governador recebeu as lideranças dos trabalhadores. Tensionado por ambos os lados, Waldir se comprometeu a pressionar o MIRAD para que as famílias que estavam no Seminário dos Capuchinhos fossem assentadas em até 90 dias³⁴³. Não competia ao governo do estado a desapropriação da fazenda. Além disso, Waldir garantiu a segurança dos militantes e a disponibilização de alimentos para 500 famílias durante um mês. Apesar do acordo, o jornal *Sem Terra* não poupou o governador: “Mudam-se os governos, mas não mudam as mentalidades. Valdir Pires acredita que resolverá o problema da terra através do cacete da polícia”³⁴⁴.

As garantias do governador quanto à segurança das lideranças, não impediram que essas fossem alvos de ameaças de morte. Dentre os cabras marcados para morrer estavam Pedro dos Anjos, que além de ser presidente do STR de Itamaraju passou a integrar a direção nacional da CUT, Frei Chico, que acolhera os trabalhadores no Seminário, e Luiz Antônio Freire, técnico de um órgão do estado³⁴⁵. Pedro dos Anjos rememorou a sensação que tinha no período diante das perseguições que sofria por parte

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ *Jornal Sem Terra*. Arrancamos a máscara do governo, São Paulo, nº 71, mar. 1988.

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Memorando nº 19/88 do Serviço de Intercâmbio Nacional pela Defesa dos Direitos Humanos*, 24/03/1988.

dos fazendeiros: “As primeiras lutas pela terra nossa, as primeiras aparição minha como PT, eu passava na rua parecia que tava passando o Satanás ali. Era terrível.”³⁴⁶.

Essa sensação não era fruto só das ameaças de morte que sofria, mas da campanha de difamação que a UDR promovia contra os trabalhadores e suas lideranças, através de panfletos e rádios locais. Estava marcada para o dia 7 de abril, uma manifestação pelo Dia Nacional de Mobilização dos Trabalhadores Rurais em Itamaraju³⁴⁷. A UDR espalhou na cidade que os sem terra, além de ocuparem terras, iriam saquear lojas e mercados. Diante do clima criado, os comerciantes da cidade fecharam as portas de seus estabelecimentos e a PM deslocou um grande efetivo para acompanhar a passeata³⁴⁸. Apesar das injúrias propagadas, no dia marcado, 4 mil trabalhadores participaram do ato “munidos de faixas, cartazes, bandeira e ferramentas nas mãos”³⁴⁹.

Após a mobilização, o clima na região voltou a ficar agitado, pois não estava resolvida a situação das famílias despejadas na fazenda Bela Vista, elas continuavam acampadas na área dos Capuchinhos. O cenário teria se agravado após a passeata. Havia rumores de que novas ocupações de terra estavam sendo preparadas, inclusive, na própria Bela Vista. O seu dono, que morava no Rio de Janeiro, permaneceu em Itamaraju e participava das constantes reuniões que ocorriam na sede da UDR³⁵⁰.

Em 18 de maio de 1988, o MST voltava a se reunir com o governador e lembrava a ele que o prazo para o assentamento das famílias em 90 dias estava acabando (FERNANDES, 1999). Acessamos um periódico sem data legível que parece tratar desta reunião. A mesma teria acontecido por ocasião da inauguração da sede oficial do governo em Itamaraju. Waldir concedera audiência ao MST e à UDR em separado. O presidente desta entidade, Gílson Lesqueves falou ao periódico que o governador era contra as ocupações e que os fazendeiros não permitiriam “invasão de jeito nenhum”³⁵¹. Um militante do MST, não identificado, se pronunciou em tom fatídico: “É melhor morrer lutando de uma vez só, do que ir morrendo de fome aos

³⁴⁶ Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

³⁴⁷ Esta manifestação estava sendo organizada nacionalmente pela CUT, MST e CPT, estando entre as reivindicações o imediato assentamento de 15 mil famílias acampadas pelo país, a revogação do decreto 2363/87 e a punição aos envolvidos em assassinatos de trabalhadores rurais. Cf. *Jornal Sem Terra*. Pauta Nacional e Reivindicações, São Paulo, nº 71, mar. 1988.

³⁴⁸ *Jornal Sem Terra*. Rurais desafiaram PM e UDR, São Paulo, nº 72, abr. 1988.

³⁴⁹ *Ibidem*.

³⁵⁰ *Jornal A Tarde*. Sem-terras ameaçam invasão em Itamaraju, Salvador, 15/04/1988.

³⁵¹ Arquivo Frei Chico. [Periódico ilegível]. UDR e posseiros brigam por terras no Extremo Sul, s/d.

pouquinhos”³⁵². Waldir Pires, por sua vez, declarou ao jornal que não cabia ao governo estadual realizar desapropriações e sim a União, o que ele poderia fazer era tentar diminuir o sofrimento das famílias com auxílio de alimentação e outras medidas³⁵³.

A matéria mencionada trouxe o depoimento de dois trabalhadores acampados no Seminário dos Capuchinhos. Em sua fala, Orbino Teixeira deixa transparecer a situação de um trabalhador que optou pela ocupação de terra e a forma como os padrões passaram a lhe ver: “A gente não consegue trabalho por que os fazendeiros pensam que vamos preparar invasão nas terras deles”³⁵⁴. Era difícil conseguir sobreviver no acampamento sem arrumar trabalho. José Zito Alves, pai de 17 filhos, que perdera 6 deles, sabia disso. Ele tinha 54 anos e sua mulher estava grávida novamente. José Zito expôs o seu desejo: “Não somos desonestos nem preguiçosos, queremos terra do governo para trabalhar e dar comida a nossos filhos”³⁵⁵. A qualificação de preguiçosos e desonestos, que os fazendeiros espalhavam pela cidade sobre os acampados, devia atingir em cheio sua moral de trabalhador.

Em 18 de junho, encerrou-se o prazo de 90 dias para assentar as famílias. Waldir Pires, então, solicitou ao MST que esperasse até o dia 30 deste mês. A edição de junho do *Jornal Sem Terra* anunciava que o prazo tinha esgotado novamente e não havia solução para as famílias. Por conta disso, sentenciou: “A terra não veio a luta vai engrossar. Vamos aumentar a pressão sobre o Governo e voltar a ocupar novas áreas. A terra tem que ficar nas mãos de quem trabalha e precisa dela para produzir.”³⁵⁶. Esta é a trama da próxima seção³⁵⁷.

3.2 O campo é a minha vida

Como vimos, grande parte das famílias que sofreram despejo na fazenda Bela Vista se dispersaram. Outras se reagruparam no Seminário dos Capuchinhos e lá

³⁵² *Ibidem*.

³⁵³ *Ibidem*.

³⁵⁴ *Ibidem*.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ *Jornal Sem Terra*. O prazo acabou e a luta continua, São Paulo, nº 74, jun. 1988.

³⁵⁷ Sabemos que anos depois, em fevereiro de 1997, o MST voltaria a ocupar a Fazenda Bela Vista com cerca de 250 famílias. As reportagens relatavam que as condições para desapropriação da fazenda eram favoráveis, pois o INCRA a considerou improdutiva e o seu dono tinha interesse em negociá-la. Cf. *Jornal A Tarde*. Sem-terra ocupam duas fazendas, 18/02/1997; *Jornal A Tarde*. Área invadida é improdutiva, 20/02/1997. Em nossas viagens à campo, tivemos a informação de que a fazenda tinha virado um assentamento rural vinculado ao MST.

ficaram entre os meses de março e junho. Seu Lindão, sem terra que tivemos oportunidade de conhecer e entrevistar, participou da ocupação da Bela Vista. No momento que se iniciou o despejo das famílias, ele tinha ido pescar. Esta devia ser uma das inúmeras formas dos trabalhadores conseguirem alimentos na fase de acampamento. Ao retornar: “a gente chegou [...], a polícia já tava chutando a canela de gente, dando tapa, quebrando barraco. E os caminhão tudo encostado pra levar o povo embora. Prendeu companheiro nosso”³⁵⁸. Seu Lindão, que era adolescente na época, ficou acampado com sua mãe no Seminário dos Capuchinhos³⁵⁹.

O ponto de partida de sua trajetória é Nanuque, município de Minas Gerais na divisa com a Bahia. Quando tinha um ano, sua família se mudou para o povoado Santo Antônio no município de Alcobaça. Na época, seu avô tinha uma pequena propriedade rural, mas a vendeu por uma quantia ínfima³⁶⁰. Era prática dos fazendeiros comprar as pequenas propriedades dos agricultores por preços irrisórios, ora se aproveitando da falta de informação sobre o valor da terra ora pela ameaça de tomá-la à força³⁶¹. Seu avô, então, foi trabalhar de meeiro em outra propriedade e Lindão, ainda criança, o acompanhava no labor diário³⁶².

Após um tempo, seu pai resolveu trocar a labuta da roça pela cidade e migrou para Itamaraju, onde conseguiu um emprego em uma serraria. Com o pai estabilizado na cidade, ele, sua mãe e os irmãos também se mudaram. A sua vida de criança na cidade era dura, estudava pela manhã e vendia picolé na rua à tarde para ajudar sua mãe. Ele ouvira falar de reforma agrária pela primeira vez por seu avô, depois, provavelmente, em atividades ou missas da Igreja Católica, como expôs em seu relato: “Rapaz, meu avô já falava de reforma agrária lá atrás. Há muitos anos atrás. Porque reforma agrária é uma palavra até bíblica, porque na bíblia tem. Aí via falar, mas ninguém acreditava.”³⁶³.

Sua família morava no bairro Cristo Redentor quando se iniciaram as primeiras reuniões, em espaço da Igreja ou sindicato, para convidar as famílias a ocupar uma terra pelo MST. Os encontros eram sigilosos, pois “na época a UDR perseguia muito, a

³⁵⁸ Entrevista com Lindão, realizada em 06/01/2016, no Acampamento Modelo.

³⁵⁹ *Ibidem*.

³⁶⁰ *Ibidem*.

³⁶¹ Entrevista com Frei Elias, realizada em 26/06/2015, na sede da Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas em Teixeira de Freitas.

³⁶² Entrevista com Lindão, realizada em 06/01/2016, no Acampamento Modelo.

³⁶³ *Ibidem*.

polícia perseguiu”³⁶⁴. As preocupações com a questão da segurança não se restringiam aos militantes, envolvendo os trabalhadores de modo geral.

Em sua memória, foi a partir dessas reuniões iniciais que “minha mãe passou a conhecer o que é reforma agrária [...] Porque eu mesmo era criança e não sabia de nada.”³⁶⁵. Ela, então, decidiu participar da ocupação de terra do MST. Seu pai era contrário, mesmo assim, ela foi. Lindão foi o único dos sete filhos a acompanhá-la. Apesar da pouca idade e de dizer que não entendia nada de reforma agrária, a sua escolha foi baseada na expectativa de um futuro melhor, como podemos observar em sua fala:

“Eu decidi ir com minha mãe porque eu queria ter uma vida melhor, queria ter uma vida melhor. Eu também tinha *um sonho de ter um pedaço de terra*³⁶⁶ [...] Então quando minha mãe contava as história do pai dela, do avô, que morava na roça que tinha fartura, que matava o porco de não sei quantos arrobas e fritava o toicinho todinho e jogava na lata. Então, isso alimenta a ganância da gente”³⁶⁷.

Embora não se lembre da época que seu avô tinha a própria terra, pois era muito novo, a memória daquele período lhe foi transmitida por sua mãe. A imagem construída sobre esse tempo foi essencial para que ele acreditasse que a sua melhora passaria por “ter um pedaço de terra”³⁶⁸.

No período do Seminário dos Capuchinhos, seu pai continuou no emprego e enviava alimentos para eles se manterem. Essa era a estratégia de sua família para conseguir se sustentar nos meses de acampamento e, ao mesmo tempo, manter a chama da esperança de conseguir uma terra acesa. Outras famílias fizeram o mesmo, visto que os mantimentos conseguidos, através de doações e do governo, não eram suficientes para se alimentarem adequadamente³⁶⁹.

Em 3 de julho, Lindão e sua mãe participaram da ocupação de uma fazenda da Flonibra. Esta era a terceira ocupação que ocorria desde o dia 30 de junho. Este havia sido o último dia do prazo estabelecido com o governador para uma resolução dos problemas das famílias. Na Tabela 1, é possível ver as informações sobre as três ocupações que ocorreram por esses dias.

³⁶⁴ *Ibidem.*

³⁶⁵ *Ibidem.*

³⁶⁶ Grifos meus.

³⁶⁷ Entrevista com Lindão, realizada em 06/01/2016, no Acampamento Modelo.

³⁶⁸ *Ibidem.*

³⁶⁹ *Ibidem.*

Tabela 1 – Ocupações do MST na Bahia entre junho e julho de 1988.

Ocupação	Data	Proprietário	Município
Fazenda Boa Esperança	30 de junho	Brasil-Holanda	Porto Seguro
Fazenda Reunidas Corumbau	2 de julho	Artur Fontes Mascarenhas	Prado
Fazenda Vale do Rio Doce	3 de julho	Flonibra/ Vale do Rio Doce	Prado

Fonte: *Jornal Sem Terra*. Resistindo na terra, São Paulo, nº 75, jul. 1988.

Nenhuma das ocupações ocorreu no município de Itamaraju. Depois do conflito na Bela Vista envolvendo a UDR, o Movimento evitou entrar em terras deste município³⁷⁰. Por outro lado, ao ocupar novamente uma outra área da Flonibra e uma fazenda da Brasil-Holanda, os sem terra reviviam, de certa maneira, os conflitos dos posseiros da região com estas empresas abordados no primeiro capítulo³⁷¹.

O acampamento da fazenda da Flonibra/ Vale do Rio Doce passou a se chamar Modelo. Lindão tem uma lembrança positiva do período de acampamento, expôs ele: “A vida de acampamento era uma vida maravilhosa. Eu sinto muita saudade, porque a vida de acampamento era fogueira, era violão, bate-papo, era história.”³⁷². A vida em acampamento, em geral, proporcionava aos trabalhadores espaços de sociabilidades coletivos, que, talvez, para aqueles que já estavam na cidade fossem mais restritos.

Como sugeria o nome dado ao acampamento, era intenção do MST que este fosse exemplo de disciplina e organização coletiva como forma de preparação para possíveis confrontos com a UDR. No acampamento, ocorriam cursos de formação de militantes. Havia horários regrados para a execução das tarefas ao dia, com hora de acordar, hastear a bandeira e cantar o hino do MST, e ir para o trabalho coletivo³⁷³.

Para Caldart, à medida em que o MST amadureceu enquanto organização, foi construindo sua própria simbologia em detrimento das representações religiosas da luta, como a Cruz, presente em diversos acampamentos. A bandeira e o hino criados em concursos do próprio Movimento, assim como o boné vermelho, foram, então, se

³⁷⁰ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

³⁷¹ Ver as seções: 1.1 e 1.3.

³⁷² Entrevista com Lindão, realizada em 06/01/2016, no Acampamento Modelo.

³⁷³ *Ibidem*.

tornando elementos que compuseram a identidade do sem terra do MST (CALDART, 2000).

Relatou Lindão que, dias depois da ocupação, a empresa conseguiu na justiça uma ordem de despejo. A polícia tentou executá-la, mas os trabalhadores resistiram. Uma das táticas era inviabilizar a passagem pela estrada. Embora fosse no território de Prado, a cidade mais próxima era Itamaraju. O acampamento ficava a 52 km do seu centro³⁷⁴ e o principal acesso era através uma péssima estrada de terra que ia dar na praia de Corumbau. A partir dessa dificuldade de acesso foi montada a resistência aos despejos, como contou Bogo:

“Nós montamos uma boa metodologia de resistência porque ela começava fora da área. Então a polícia pra chegar demorava muito tempo. [...] Fazia pelotões da resistência, a gente organizava em pelotões aquele povarel, cada bloco aqui e a polícia tinha que passar por todo mundo pra poder chegar lá no fim e dominar o acampamento.”³⁷⁵.

Essa lógica valia para o Modelo e para o acampamento da fazenda Reunidas Corumbau, pois a via de acesso principal de ambos era a mesma. Inclusive, a escolha de ocupar áreas mais distantes foi intencional³⁷⁶. Como foi exposto na seção anterior, a ocupação do Corumbau havia sido avaliada antes da entrada na fazenda Bela Vista e, na época, era tida como uma opção em que não haveria grandes conflitos e seria mais fácil de ser desapropriada. Porém, desde então, a situação tinha mudado, a UDR se aticara e não queria permitir mais nenhuma ocupação de terra do MST na região. A luta de classes se intensificava.

Cirlene Santos expôs em sua dissertação, a partir de consulta a fontes do INCRA-BA, que a fazenda era composta por seis imóveis e que o proprietário tinha falecido, estando os bens em espólio. Nesta fase, grileiros teriam invadido a área (SANTOS, 2004). Já os periódicos da época colocam Artur Fontes Mascarenhas como o proprietário. Ele era da família do deputado estadual do PMDB, Jaime Mascarenhas³⁷⁷. Segundo Frei Chico, a família possuía um cartório em Prado onde eram forjadas escrituras de terra, legalizando assim casos de grilagem³⁷⁸. A batalha para os sem terra era dura.

³⁷⁴ *Ibidem*.

³⁷⁵ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ Jaime Mascarenhas era deputado pelo PDS anteriormente. Cf. REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no estado da Bahia: o fenômeno político do carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Brasília: CEPPAC-UNB, 2010.

³⁷⁸ Entrevista com Frei Chico, realizada em 08/01/2016, em sua residência em Itamaraju.

Dois dias após a ocupação, em 5 de julho, houve audiência entre o MST e o secretário de Reforma Agrária do estado, Euclides Neto, para discutir a situação da fazenda Corumbau, porém este colocou que não caberia ao governo estadual o assentamento de famílias. A solução apresentada foi encaminhá-las para um projeto de assentamento que a secretaria estava desenvolvendo no município de Barra, oeste do estado. O MST declinou³⁷⁹. A perspectiva do Movimento desde seu início era conseguir terra na própria região onde moravam as famílias (FERNANDES, 1999).

No dia 8 de julho, a executiva nacional do MST escreveu telegrama à CNBB relatando a situação na fazenda Reunidas Corumbau, agora acampamento Corumbau. Na correspondência, o MST explicava que estava previsto o despejo das famílias, pois a UDR estava intransigente nas negociações. A entidade só aceitava a desapropriação da área se o MST saísse de lá. Solicitava a executiva que a CNBB enviasse telegramas às autoridades, solicitando a integridade das famílias e a permanência delas na terra. No texto, o MST afirmava que as famílias estavam decididas a “resistir a esse despejo patrocinado pela UDR”³⁸⁰.

O Movimento estava se preparando para a resistência. Extraímos da dissertação de Cirlene Santos este depoimento de Adenilza Monteiro, militante do MST, que estava no acampamento do Corumbau na época:

“nessa ocupação, foi quando nós fizemos a experiência de todas as formas de enfrentamento e a gente fazia exercícios todos os dias. A gente simulava a chegada da polícia, o enfrentamento, para ver se não havia falhas em nossa operação e caso houvesse íamos corrigindo.”³⁸¹.

Segundo Adenilza, este esquema de segurança montado impediu a polícia de chegar ao acampamento (SANTOS, 2004). Como a polícia não conseguiu realizar o despejo, a UDR foi pressionada a negociar com os sem terra. Euclides Neto novamente intermediava uma negociação entre o MST e a entidade patronal. A UDR continuava com a posição de que aceitaria a desapropriação desde que fosse dissolvido o acampamento. O MST se negava a sair da terra pelo receio de não conseguir mais voltar. A situação era de impasse até surgir a proposta dos sem terra saírem da área por

³⁷⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06/07/1988.

³⁸⁰ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Carta da Executiva Nacional do MST para a CNBB. *Ocupação na Bahia*, São Paulo, 08/07/1988.

³⁸¹ Depoimento dado à Jeane Santos em 2001. Cf. SANTOS, Jeane Santos e. **O processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Especialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, p. 98, 2004.

30 dias, tempo em que seriam encaminhados os trâmites burocráticos da desapropriação. O Movimento aceitou o acordo (FERNANDES, 1999).

Para Ademar Bogo, os fazendeiros queriam tirar a madeira do local nesse período de 30 dias³⁸². Valmir Assunção³⁸³ apontou que a exigência dos fazendeiros tinha o intuito de fazer uma demonstração de força³⁸⁴. A concordância do MST é um indício de que mesmo se preparando para a resistência, o conflito não era a primeira alternativa. O esquema de segurança montado, nesse caso, teve o mérito de colocá-lo em posição de negociar a desapropriação da fazenda.

Até que ponto as famílias sem terra tinham a mesma disposição dos militantes para um possível conflito? Uma das pessoas que entrevistamos, Seu Burguês, nos dá uma pista. Ele participou da ocupação do Corumbau e anteriormente da fazenda Bela Vista. Em sua avaliação, a experiência de despejo desta fazenda afastou muitas pessoas do Movimento, como relatou:

“Teve gente que ficou perdido quando veio aquele monte de polícia pra tirar aquela galera dali. Como quando a gente tomou despejo naquela primeira área que ocupou ali, a Bela Vista [...]. Aí muita gente desistiu da luta. Nessa época, desistiu muita gente da luta.”³⁸⁵

Esse afastamento não foi generalizado já que muitas famílias continuaram acampadas no seminário dos Capuchinhos. É possível dizer igualmente que ao passarem pela experiência anterior de despejo, os sem terra que continuaram tinham ciência das possibilidades de confronto em uma ocupação de terra. Por outro lado, devia fazer parte do cálculo político das lideranças do MST evitar o conflito para não correr o risco de ver mais famílias saírem da luta.

Seu Burguês nos disse que havia uma aldeia indígena ao lado da fazenda Reunidas Corumbau. Os índios cederam uma área para os trabalhadores ficarem durante os 30 dias que precisaram desocupar a fazenda³⁸⁶. A proximidade da terra indígena com a fazenda facilitaria uma reocupação. Segundo Valmir Assunção, militante do MST, foi

³⁸² Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

³⁸³ Valmir veio a se tornar o militante de maior projeção do MST da Bahia. Ele é oriundo da comunidade Nova Alegria do município de Itamaraju. Na juventude, participou de grupos pastorais da Igreja Diocesana. Em maio de 1986, conheceu o MST e passou a contribuir na organização. Participou do trabalho de base que culminou nas ocupações do Projeto 4045 e Riacho das Ostras. Ver: <http://www.vozdomovimento.org/valmir-assuncao-o-deputado-sem-terra/>. Acessado em 10/08/2017.

³⁸⁴ Depoimento dado à Jeane Santos em 2001. Cf. SANTOS, Jeane Santos e. **O processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Espacialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

³⁸⁵ Entrevista com Seu Burguês, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

³⁸⁶ *Ibidem*.

feito um acordo com os índios de quando a área fosse desapropriada parte dela seria incorporada à aldeia (SANTOS, 2004).

Seu Burguês conheceu o Movimento quando morava em Guaratinga, onde tinha um bar. Ele nasceu na roça do pai, na localidade de São João do Sul e lá morou até os 25 anos. Como a terra de seu pai não era suficiente para sustentá-lo, foi para a cidade. Seu Burguês chegou a tentar a vida em São Paulo a convite da mãe que estava lá. Porém não se adaptou, ficando só 5 meses. Ele relatou que já tinha ouvido falar em reforma agrária antes de aparecer o Movimento, como podemos ver:

“Antigamente, a gente ouvia aqueles véio falar que no final das época ia surgir a Reforma Agrária. Que aquela onda de fazendeiro ser patrão e mandar o mundo inteiro em cima do dinheiro, que um dia, sim, ia ser dividida essas terras. Então desde criança a gente via falando. Então, quando chegou uma certa idade, surgiu o Movimento aqui.”³⁸⁷.

Neste e em outros relatos aparece a informação de que se ouvia falar de reforma agrária por pessoas das gerações passadas. Provavelmente, tem relação com o período em que a temática ficou em evidência na década de 1960. Infelizmente, não conseguimos nos aprofundar na influência que este elemento pode ter tido para os trabalhadores sem terra tratados nesta pesquisa³⁸⁸.

Em 1988, Joelson, uma liderança do MST, convidou Seu Burguês para ocupar uma terra. Ele ficou em dúvida. No momento, sua mãe lhe chamava para nova tentativa de se estabelecer em São Paulo. Seu pai, mais ligado à terra, o aconselhou a entrar no Movimento. Seu Burguês decidiu ir para a terra. Porém, muitas pessoas duvidaram que ele ficasse por muito tempo no MST, pois seu pai tinha casas e um mercado no povoado de São João do Sul. Sua situação econômica era bem acima da média da maioria das famílias sem terra. Essa condição lhe rendeu o apelido que carrega até hoje, como nos contou: “‘O cara vai deixar uma vida boa aqui pra enfrentar Movimento Sem Terra’ [Diziam]. Aí eles acharam que eu era burguês que não vinha. Aí ficou Burguês o meu nome.”³⁸⁹.

Apesar da alcunha e da descrença de alguns, ele permaneceu. Além do Corumbau, contribuiu com o Movimento participando de outras ocupações na região.

³⁸⁷ *Ibidem*.

³⁸⁸ Marcelo Rosa consegue estabelecer relações entre as primeiras ocupações do sem terra no Rio Grande do Sul, em 1979, que viriam a dar no MST, com ações realizadas pelo MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra no período anterior ao golpe militar. Cf. ROSA, Marcelo. **1979: acampando no Brillante e na Macali**. In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. **Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamoud, 2010, p. 267-322.

³⁸⁹ Entrevista com Seu Burguês, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

Esta era uma prática de solidariedade entre os trabalhadores sem terra que estavam em assentamentos ou acampamentos mais consolidados. Ao refletir sobre sua escolha de ocupar uma terra pelo MST, externou:

“o campo é a minha vida. Eu acho uma coisa muito importante é morar no mato. [...] Eu fui criado no mato. Quando eu fui trabalhar em São Paulo [...] eu ficava doído pra vir me embora. Dava saudade dos cavalo, dava vontade de andar na estrada. Ficar no calmo, com o pé no chão, pescando, plantando um pé de coisa, um pé de feijão, um pé de coco.”³⁹⁰.

Pelas histórias de vida de Lindão e Seu Burguês, é possível dizer que a memória da experiência no campo, seja herdada ou vivida, enquanto possuidores ou proprietários de uma terra, era positiva. A roça era o lugar de fartura ou de ficar na calmaria, plantando sua própria comida, como definiu Seu Burguês: “o campo é minha vida”³⁹¹.

Voltando ao caso do Corumbau, após 30 dias na terra dos índios, as famílias reocuparam a fazenda. A desapropriação ainda não havia sido encaminhada. Em 11 de agosto, a executiva Nacional enviou novo telegrama para sua rede de apoiadores explicando a situação. Não havia tido incidentes na volta à terra, porém consideravam que o clima era de tensão. Na mensagem, pediam que fossem enviadas correspondências ao governador³⁹².

Em 13 de agosto, tiveram a notícia que a terra seria desapropriada. Apesar da vitória, na manhã do dia 2 de setembro de 1988, o trabalhador Antônio Rodrigues, que vigiava a entrada do acampamento, foi encontrado morto³⁹³. Segundo a CPT, o crime foi a mando de fazendeiros que continuavam a retirar madeira ilegalmente na área³⁹⁴. O latifúndio cobrava o preço da vitória dos trabalhadores da pior forma possível.

A lembrança da dureza das condições na época de acampamento é muito presente na memória de D. Lia, uma das nossas entrevistadas. A questão da fome é que mais se sobressaiu em seu relato, como contou: “A gente passava fome. A gente saía pra pescar, até já desmaiei na beira do rio, de fome”³⁹⁵. Esta situação de penúria foi responsável, segundo ela, pela desistência de muitas pessoas na época de acampamento, pois “a fome era demais”³⁹⁶.

³⁹⁰ *Ibidem*.

³⁹¹ *Ibidem*.

³⁹² Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Executiva Nacional do MST. *Governo não cumpre acordo*, São Paulo, 11/08/1988.

³⁹³ *Jornal Sem Terra*. Três ocupações e união contra a UDR, São Paulo, nº 76, set. 1988.

³⁹⁴ Boletim CPT. *Bahia*. Goiânia, nº 78, out. 1988.

³⁹⁵ Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

³⁹⁶ *Ibidem*.

O sofrimento pelo qual as famílias passavam no acampamento era a principal crítica que os agentes pastorais faziam ao MST em relação às ocupações. Eles eram contrários ao estabelecimento de vários acampamentos simultâneos, pois não seria possível viabilizar a assistência adequada aos trabalhadores, especialmente com alimentação³⁹⁷. Embora uma parte das pessoas desistissem de lutar pela terra devido às duras condições, o MST argumentava que só com novas ocupações se teria força suficiente para cobrar das autoridades a desapropriação das áreas³⁹⁸.

Enquanto D. Lia e os filhos estavam no acampamento, o marido ficou trabalhando fora para enviar alimentação para a família. Porém os planos do casal esbarravam na grande distância do acampamento para a cidade, cerca de 50 km. Quase não havia transporte disponível e os sem terra ainda tinham que enfrentar o preconceito quando pediam carona na estrada, como nos disse ela: “A gente quando pedia uma carona, quando falava que era os sem terra: [...] ‘Deus me livre, lá vem um bocado de invasores’. Aí deixava nós”³⁹⁹. Para superar a dificuldade, ela ia trabalhar em uma fazenda vizinha ao acampamento. Sua rotina era penosa, como podemos perceber em suas palavras:

“A gente ia trabalhar, saía cedo de manhã, sem tomar um café, trabalhava até meio dia. Quando dava meio dia, ele chamava a gente: ‘Tá na hora’. Aí nós ia em casa não tinha nada pra comer, eu ficava por ali, aí chamava meu menino: ‘Bora, meu filho de novo’. Aí a gente ia pra roça. Quando era de tarde, eu falava com ele pra me vender uma batata, pra descontar no dinheiro, [...] pra gente jantar. É que ele ia lá tirava a batata e a gente trazia. Era a janta da gente. De manhã, a mesma peleja, de novo assim.”⁴⁰⁰.

Mesmo trabalhando o dia todo, D. Lia só conseguia comida para uma refeição dela e dos filhos. A morosidade do poder público com a reforma agrária cobrava seu preço que era pago com o sofrimento de diversos trabalhadores. Porém, a situação da família dela foi sendo superada quando foram divididos lotes de terra entre as famílias acampadas para que começassem a trabalhar, provavelmente entre agosto e setembro de 1988⁴⁰¹. Tendo a posse de uma área, suas condições melhoraram. D. Lia tinha experiência na lida com a terra. Nasceu em Montanha, no Espírito Santo, e passou parte de sua vida trabalhando para fazendeiros, sua família nunca teve terra. Ao passar a ter o próprio lote, ela sabia se virar com os filhos, como descreveu:

³⁹⁷ Entrevista com Maria Dotta, realizada em 01/07/2015, na residência de sua Congregação em Eunápolis.

³⁹⁸ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

³⁹⁹ Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰¹ *Jornal Sem Terra*. Três ocupações e união contra a UDR, São Paulo, nº 76, set. 1988.

“a gente mudou pra área que melhorou mais um pouquinho. Que a gente já começou a limpar e plantar as maniba [...] E começamos a já tirar umas coisinhas da roça e os menino levar pra praia, lá pra o Corumbau pra trocar. A gente trocava as coisas da roça ni peixe, trocava ni óleo.”⁴⁰².

Embora tenha ficado acordada a desapropriação do Corumbau, o decreto para tal só foi publicado em 22 de outubro de 1996. Já a fazenda da Flonibra é acampamento Modelo até os dias de hoje. O território não foi desapropriado, pois uma parte dele é área devoluta e a outra passou às mãos da empresa Vera Cruz Celulose⁴⁰³ (SANTOS, 2004). Parte das famílias que ocuparam inicialmente a área foram para o Assentamento Corumbau, outras para o Maravilha, em Eunápolis, e algumas poucas chegaram a ir para assentamentos coordenados pelo MST na região de Irecê⁴⁰⁴.

A outra luta dos sem terra deste ciclo das três ocupações foi, como já exposto, na fazenda Boa Esperança, área pertencente à empresa madeireira Brasil-Holanda. A empresa possuía um território de 90 mil hectares no extremo sul da Bahia⁴⁰⁵. No entanto, além dos conflitos com posseiros, estava em litígio com pelo menos seis fazendeiros. Um deles era Valdomiro de Souza, que possuía a escritura da fazenda Boa Esperança de cerca de 2.000 hectares, ocupada pelo MST. Segundo os trabalhadores, ele havia autorizado a ocupação nessas terras⁴⁰⁶. Se Valdomiro era mesmo o antigo dono da área, o seu consentimento pode ter vindo da avaliação de que seria mais fácil receber pela desapropriação da terra do que ganhar na justiça sozinho a disputa com a poderosa Brasil-Holanda.

Como mostrou a Tabela 1, a ocupação da fazenda foi no dia 30 de junho de 1988. Dias depois, a empresa entrou com ação de reintegração de posse. Por volta do dia 20 de julho, cerca de 40 trabalhadores sem terra se encontravam acampados na sede da delegacia regional do MIRAD⁴⁰⁷ em Salvador. A reivindicação deles era a desapropriação de áreas que pudessem assentar as famílias acampadas na fazenda Boa Esperança. Os trabalhadores disseram ao delegado do MIRAD, Geraldo Portela, que

⁴⁰² Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

⁴⁰³ Atualmente residem no acampamento Modelo cerca de 22 famílias que tem a posse de lotes de terra para cultivo.

⁴⁰⁴ Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

⁴⁰⁵ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Telegrama Executiva Nacional MST. *Situação da Bahia*, São Paulo, s/d.

⁴⁰⁶ *Jornal A Tarde*. Posseiros querem terra e ferramentas de volta, 23/07/1988; *Jornal O Estado de São Paulo*. PM expulsa posseiros em Porto Seguro, São Paulo, 24/07/1988; Telegrama Executiva Nacional MST. *Situação da Bahia*, São Paulo, s/d.

⁴⁰⁷ O INCRA foi extinto com o decreto de Sarney e virou delegacia regional do MIRAD.

estavam dispostos a resistir na fazenda. A Polícia Militar já tinha enviado um efetivo de 50 homens para o local⁴⁰⁸.

No dia 22 de julho, o *A Tarde* divulgava o despejo das 100 famílias que estavam acampadas nas terras da Brasil-Holanda. Na ocasião, foram queimados as plantações e os pertences dos trabalhadores, além de terem sido levadas as suas ferramentas. O despejo dos sem terra seguia o mesmo padrão dos realizados contra os posseiros. Quatro líderes do MST foram presos, entre eles: João Heleno Monteiro, Antônio Martins e Domingos Alberto.

O membro da Comissão de Direitos Humanos do extremo sul da Bahia, Everal Virgílio da Silva, foi ouvido pelo jornal *A Tarde*. Ele expôs uma interessante informação, a de que entre os trabalhadores que ocuparam a fazenda, estavam posseiros que vinham sendo expulsos destas terras pela Brasil-Holanda desde 1974⁴⁰⁹. De posseiros esses sujeitos viraram sem terra na luta contra empresa para garantir o seu quinhão de terra.

Lembrou Everal que a empresa estava sendo investigada por uma CPI de Terras, presidida pelo deputado Gutemberg Amazonas, em 1980, mas a mesma foi arquivada⁴¹⁰. Além da questão social, ele ponderou que as reservas de jacarandá e pau-brasil da região estavam sendo dizimadas pela empresa, acrescentou que não se tratava “apenas de grilagem e contrabando de madeira, mas de crime ecológico, num processo de devastação florestal, que já se tornou irreversível.”⁴¹¹.

Por volta do dia 23 de setembro, as famílias reocuparam a área⁴¹². No dia 28 de outubro de 1988, houve tiroteio no local. Na ocasião o administrador da fazenda Napoleão Carvalho levou homens armados que deram um tiro na boca do trabalhador José Gregório, que estava internado na cidade de Nanuque (MG). O delegado de Porto Seguro pediu reforço da PM na área⁴¹³.

O MST seguia sua tática de ocupar a terra e pressionar pela negociação. Enviou telegrama aos apoiadores, solicitando que mandassem correspondências ao governador. Informava no comunicado a situação de grilagem de terras pela empresa e que o acampamento estava cercado por pistoleiros. De outro lado, ocupou, mais uma

⁴⁰⁸ *Jornal Correio Braziliense*. Invasão do MIRAD, 20/07/1988.

⁴⁰⁹ *Jornal A Tarde*. Extremo sul volta a viver clima tenso das invasões, 22/07/1988.

⁴¹⁰ Ver seção 1.3.

⁴¹¹ *Jornal A Tarde*. Extremo sul volta a viver clima tenso das invasões, 22/07/1988.

⁴¹² Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Telegrama Executiva Nacional MST. *Situação da Bahia*, São Paulo, s/d.

⁴¹³ *Jornal O Estado de São Paulo*. Expulsão, São Paulo, 01/10/1988.

vez, a sede do MIRAD em Salvador exigindo a desapropriação da área, o desarmamento dos pistoleiros e alimentação para as famílias⁴¹⁴.

Só tivemos novas notícias do acampamento nas terras da Brasil-Holanda dois meses depois. Em primeiro de dezembro de 1988, o 13º Batalhão da PM da cidade de Teixeira de Freitas estava na fazenda Boa Esperança para realizar o despejo dos sem terra por ordem do juiz da comarca de Porto Seguro⁴¹⁵. Não houve despejo, quando os militares chegaram as famílias tinham levantado acampamento e ocupado outra área da empresa⁴¹⁶. Segundo a edição de dezembro do Jornal *Sem Terra*, desde 23 de setembro, data da segunda ocupação, as famílias já tinham resistido a quatro tentativas de despejo da Polícia Militar e dois ataques dos pistoleiros. A situação estava num impasse parecido com o que houve na fazenda Reunidas Corumbau. A Brasil-Holanda aceitava negociar desde que as famílias saíssem da terra, o Movimento se recusava⁴¹⁷.

Em 10 de dezembro, houve uma reunião entre a empresa e o MST, mediada pela Secretaria de Reforma Agrária. Na reunião, ficou acordado que o Movimento sairia temporariamente da área e que um órgão do governo do estado, o INTERBA, faria um estudo, no prazo de um mês, sobre as terras da empresa para verificar se havia caso de grilagem. A Secretaria se responsabilizou pela alimentação das famílias nesse período, mas não teria cumprido a promessa. Durante estes trinta dias, as famílias sem terra ficaram acampadas na roça de um pequeno produtor, Seu Virgílio⁴¹⁸.

Não encontramos, nas fontes acessadas, o resultado do estudo. O secretário de reforma agrária, escreveu, anos depois, em seu livro, que o órgão governamental não verificou nenhuma irregularidade nas terras da empresa. Segundo ele, o MST e a empresa teriam entrado em um acordo para não haver mais ocupação em áreas da Brasil-Holanda (NETO, 2014).

A versão de Euclides Neto é questionável. A desativada CPI da Grilagem, por exemplo, havia constatado que dos 90 mil hectares ocupados pela empresa madeireira, somente 17.300 eram titulados⁴¹⁹. O número de conflitos com posseiros era um reflexo dessa grilagem. Vale lembrar, como vimos no primeiro capítulo, que, em 2002, algumas

⁴¹⁴ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Telegrama Executiva Nacional MST. *Situação da Bahia*, São Paulo, s/d; *Jornal Sem Terra*. Lavradores ocupam Mirad, São Paulo, nº 77, out. 1988.

⁴¹⁵ *Jornal do Brasil*. Invasão, Rio de Janeiro, 01/12/1988.

⁴¹⁶ *Jornal Correio Brasiliense*. A miséria dos posseiros comove soldados, Brasília, 06/01/1989.

⁴¹⁷ *Jornal Sem Terra*. Resistência, São Paulo, nº 77, dez. 1988.

⁴¹⁸ *Jornal A Tarde*. Invasões proliferam na região sul e não existem providências, Salvador, 10/01/1989.

⁴¹⁹ Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas. *Boletim Especial Olhando o Extremo sul da Bahia*, out. 1981.

famílias de posseiros, expulsas de suas terras na década de 1970, tiveram ganho de causa contra a Brasil-Holanda no Tribunal de Justiça da Bahia⁴²⁰. Outro ponto que fragiliza a versão de Euclides é que o MST continuou ocupando áreas da empresa. As fontes trazem que, no início de abril de 1989, o MST entrou novamente na fazenda Boa Esperança⁴²¹. Deve ter tido despejo e, em 23 de maio, a área foi reocupada⁴²². Essa é a última informação conseguida nas fontes sobre o período⁴²³.

De todo modo, parece ter havido, de fato, um acordo entre a empresa e o MST. Cirlene Santos coloca em sua dissertação que os trabalhadores só saíram definitivamente da fazenda em meados de 1989. A desistência teria se dado porque a área estava classificada enquanto empresa rural, não sendo passível de desapropriação pela nova Carta Magna. Os termos do combinado foram que o MST não ocuparia novamente esta fazenda desde que as famílias fossem indenizadas pela produção que realizaram, especialmente a grande plantação de mandioca que fizeram. A empresa cumpriu o prometido e a quantia foi dividida entre as famílias (SANTOS, 2004). Na década seguinte, o MST ocupou novamente terras da empresa⁴²⁴.

O desfecho deste caso nos leva a refletir sobre as consequências do que foi aprovado na Constituição Federal de 1988 em relação à reforma agrária. A lei maior instituiu a impossibilidade de desapropriação da “propriedade produtiva”. Neste aspecto, ela era mais conservadora que o Estatuto da Terra, aprovado na Ditadura Militar, que conceituava o latifúndio por dimensão ou improdutividade.

A vitória do patronato rural se deu com o apoio do restante do empresariado. A burguesia foi contra à reforma agrária, pelo seu caráter ideológico, haja visto que esta bandeira estava associada às esquerdas e imbuída de uma ideal socializador. Por outro lado, a política agrícola dos militares tinha integrado o capital financeiro e industrial ao agrário, de modo que realizar a reforma implicava em mexer na propriedade da classe dominante em geral (VEIGA, 1990).

⁴²⁰ *Jornal Tribuna da Bahia*. TJ confirma reintegração de posse no caso Bralanda, Salvador, 30/08/2002.

⁴²¹ *Jornal A Tarde*. Famílias invadem fazendas, Salvador, 04/04/1989; *Jornal do Brasil*. Sem-terra ocupa prédio do governo, Rio de Janeiro, 05/04/1989.

⁴²² *Jornal Sem Terra*. Decididos a vencer, São Paulo, n 84, jun. 1989.

⁴²³ Não conseguimos depoimentos com pessoas que participaram deste conflito, pois o trabalho de campo para a realização de entrevistas se deu em áreas que se transformaram em assentamento ou ainda eram acampamento

⁴²⁴ Na década seguinte, em 1994, encontramos uma reportagem do *Jornal A Tarde* que noticiava que trabalhadores rurais do MST tinham ocupada uma área da Brasil-Holanda. Segundo a reportagem, somente no ano anterior os sem terra tinham ocupado a fazenda oito vezes. Até onde sabemos estas investidas não resultaram na conquista da terra. Cf. *Jornal A Tarde*. Área da Brasil-Holanda é invadida pela 8ª vez, Salvador, 13/08/1994.

No fundo, a não possibilidade de desapropriação da propriedade produtiva foi uma jogada da classe patronal que criou uma brecha para a legalização do latifúndio e reduziu os estoques de terras disponíveis para a reforma agrária (SILVA, 1989). Como captou Márcia Motta, mesmo sabendo da extensão do fenômeno da grilagem no país e que muitas áreas consideradas produtivas tinham tal histórico, os constituintes não fizeram nenhuma menção ao fato no texto aprovado (MOTTA, 2014). Isto beneficiou proprietários como a Brasil-Holanda, que colecionavam denúncias de grilagem, mas, como possuíam o rótulo de empresa rural produtora, nada lhe aconteciam. Fazia-se assim vistas grossas a este violento fenômeno, para regozijo dos grileiros. Mesmo sendo avançada em vários âmbitos, a Constituição de 1988 representou uma derrota para os setores que lutavam pela Reforma Agrária (MOTTA, 2014).

3.3 Pegar de volta o que a gente tinha perdido no passado

Em fevereiro de 1989, o MST se preparava para um novo ciclo de ocupações. A primeira tentativa foi na fazenda Sapucaieira, situada em Prado e pertencente ao deputado estadual Jaime Mascarenhas. Como vimos no capítulo anterior, três anos antes, o deputado tomou partido da causa dos posseiros do Corte Grande, denunciando a situação em que se encontravam. Neste momento, em conflito com os sem terra, sua postura seria outra. A fazenda de Jaime era a segunda da família que os sem terra viriam a ocupar⁴²⁵.

No dia 11 de fevereiro, veio a investida dos sem terra. Por se tratar da propriedade de um deputado, o aparato policial contra os trabalhadores foi maior que o normal, assim como a repercussão do conflito. Diferente das outras, as informações sobre o dia e local da ocupação vazaram. A PM, então, antecipou-se. Havia famílias vindo em mais de 30 ônibus de diversos municípios do extremo sul. A polícia armou barreiras impedindo a passagem de vários deles já nas cidades de origem. A maioria dos que conseguiram pegar a estrada foram barrados na entrada de Prado. Um grupo menor de 200 famílias conseguiu desviar da polícia e chegou à fazenda Sapucaieira, porém foram violentamente despejadas⁴²⁶.

⁴²⁵ A primeira foi a Reunidas Corumbau de seu irmão.

⁴²⁶ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Carta da Direção Nacional do MST à CPT*, São Paulo, 13/02/1989.

Cerca de 90 trabalhadores foram presos, a maioria deles ficou em liberdade no mesmo dia. Quinze militantes, no entanto, continuaram encarcerados⁴²⁷. O delegado regional de Itamaraju, Antônio José Batista, não tinha mandato ou ordem judicial para prendê-los, sua justificativa era que estava impedindo a invasão de uma propriedade particular⁴²⁸. Ademar Bogo foi um dos militantes que continuaram presos. Contou-nos que, ao chegar na delegacia de Itamaraju, o tenente da PM, Berlink, que comandava a operação lhe disse: ““Você vai ver como é que a gente trabalha pra destruir vocês [...] você vai ficar preso, nós vamos pegar o Jaime, que ele que fica garganteando por aí. Pedro dos Anjos, nós vamos pegar aqui. Frei Chico.””⁴²⁹. Confessou Bogo que, nesse momento, temeu pela continuação do Movimento, pois o tenente mostrou que sabia quem eram as principais lideranças. A estratégia do tenente seria impedir suas ações⁴³⁰.

D. Maria Soares, nossa personagem no capítulo 2, foi outra que continuou presa. Ficou em uma cela com mais três mulheres. Ela lembrou das ameaças que sofreram do tenente Berlink: “Que nem eu até falei, dei uma entrevista e dou até hoje, que ele falou de estuprar a gente, o Berlink. [...] Aquele foi o pior dos policial.”⁴³¹. Felizmente, isso não ocorreu. Disse Maria Soares que as mulheres presas gritaram para os policiais que, apesar delas estarem ali, os sem terra ocupariam de novo a fazenda Sapucaieira⁴³².

A intenção delas não era provocar os policiais, mas despistá-los. Pois um grupo de 600 famílias ocupou, na noite do dia 12 de fevereiro, uma outra fazenda, a Revesa, de propriedade de Dr. Nílson, no município de Alcobaça. As lideranças que não foram presas, Jaime Amorim, Valmir Assunção, Pedro dos Anjos e Frei Chico lideraram a entrada das famílias⁴³³. No dia seguinte, o tenente Berlink chegou furioso à delegacia, chutando as grades e disparou: ““Nem com esses caras presos a gente consegue controlar. Fizeram ocupação””⁴³⁴. Na tarde deste dia, os 15 trabalhadores que ainda estavam presos, ficaram em liberdade⁴³⁵.

⁴²⁷ *Ibidem*.

⁴²⁸ *Jornal do Brasil*. Líderes de invasão na Bahia são liberados, Rio de Janeiro, 15/02/1989.

⁴²⁹ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

⁴³⁰ *Ibidem*.

⁴³¹ Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

⁴³² *Ibidem*.

⁴³³ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

⁴³⁴ *Ibidem*.

⁴³⁵ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Carta da Direção Nacional do MST à CPT*, São Paulo, 13/02/1989.

Em 14 de fevereiro, o MST encaminhou uma correspondência à CPT, informando que, nos primeiros 45 dias do ano, foram feitas ocupações massivas em 6 estados: Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Bahia. Os principais motivos eram: I. a inoperância do estado para a realização da reforma agrária, especialmente após a extinção do MIRAD; II. o retrocesso que houve na Constituição de 1988 em relação à questão agrária; III. uma resposta às práticas criminosas da UDR de ameaças, perseguições e assassinatos⁴³⁶. As ocupações da Revesa e Sapucaieira, apesar das questões locais, estavam sendo coordenadas nacionalmente e pretendiam ser uma resposta a esses fatores.

No dia seguinte, a secretaria nacional do MST emitiu um telegrama ao Pe. Inácio da CNBB. Nele, solicitou que a Confederação pressionasse o Ministério da Agricultura no sentido de agilizar as desapropriações da fazenda Revesa e da fazenda Três Irmãos, que estavam com processos parados em Brasília⁴³⁷. Sabemos que a fazenda Três Irmãos foi ocupada pelo MST no dia 20 de fevereiro de 1989. Era a terceira ação deste tipo no mês. A propriedade possuía cerca de 1260 hectares e ficava próxima aos acampamentos do Modelo e Corumbau (Ver tabela 2)⁴³⁸.

Tabela 2 – Ocupações do MST no mês de fevereiro de 1989.

Ocupação	Data	Proprietário	Município
Fazenda Sapucaieira	11 de fevereiro	Jaime Mascarenhas	Prado
Fazenda Revesa ⁴³⁹	12 de fevereiro	Dr. Nílson	Alcobaça
Fazenda Três Irmãos	20 de fevereiro	Graciliano	Prado

Fonte: *Jornal Sem Terra*.

Entrevistamos Seu Simão, que participou da ocupação e ficou no acampamento do Três Irmãos. Contou-nos que, de início, o acampamento foi montado dentro da mata para que fosse difícil encontrá-los. Depois, foram para uma área aberta. A presença de pistoleiros rondando o local foi lembrada por ele: “Aí nesse tempo, quando nós

⁴³⁶ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Carta da Executiva Nacional do MST à CPT. *Trabalhadores rurais ocupam terras*, São Paulo, 14/02/1989.

⁴³⁷ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Telegrama da Secretaria Nacional do MST ao Pe. Inácio da CNBB*, São Paulo, 15/02/1989.

⁴³⁸ *Jornal Correio Braziliense*. Fazenda é ocupada no Sul da Bahia, Brasília, 21/02/1989.

⁴³⁹ A fazenda Revesa sofreu despejo posteriormente. A mesma não se tornou assentamento.

viemos pra aí, nós vivia tudo cercado. Pistoleiro prometendo chumbo, prometendo espingarda, prometendo bala”⁴⁴⁰. Assim como ocorrera em outras ocasiões, algumas famílias, por medo, foram embora. A escassez de alimentos também deve ter contribuído para as saídas, sobre o fato expôs: “Nós passava fome. A nossa valência foi umas abóboras verde que tinha aqui dos índios.”⁴⁴¹. Mais uma vez, os indígenas cooperavam com os trabalhadores sem terra.

Seu Simão nasceu em Santa Inês no sudoeste baiano. Passou a maior parte de sua vida como trabalhador rural que não possuía terra. Por isso, trabalhou como diarista ou de empreitada. No lugar que houvesse oportunidade de trabalho, ele ia. Nessa condição de migrante, passou pela zona rural dos municípios de Coaraci, Barra do Rocha, Ubatã, Ipiauí. Quando soube do MST, estava estabelecido em Itamaraju com emprego de gari⁴⁴².

Católico, ele, além de frequentar missas, chegou a participar de um curso com agentes pastorais em Alcobaça, onde se discutiu a bíblia e o tema da reforma agrária. Quando soube da notícia da ocupação, ficou em dúvida, como contou: “Eu pensei: ‘Pra eu sair pra terra, como é que eu faço? Não tenho nada pra levar.’”⁴⁴³. Seus anos de trabalhador rural sem-terra não lhe permitiram acumular uma reserva que pudesse ser usada numa hora como essas. Por isso, teve que enfrentar a fome no acampamento. No entanto, a possibilidade de ter a terra para alimentar sua família entrou em seu cálculo na hora de decidir participar da ocupação, como relatou:

“Eu achava que se eu fosse ficar trabalhando ali [de gari], eu me cansava e eu não tinha os meios pra dar um bocadinho aos filhos pra comer. Então, eu digo eu vou procurar a terra, porque se a terra é pra nós, vamos lá. Daí da terra, nasce uma abóbora, um aipim, nasce um maxixe, um quiabo, um jiló. Livra da gente comprar pra ajudar a despesa dentro de casa.”⁴⁴⁴.

Mudando de arena, em 6 de março de 1989, os conflitos por terra do extremo sul ocuparam a tribuna da Assembleia Legislativa do estado⁴⁴⁵. No início da sessão, o deputado Jaime Mascarenhas tomou a palavra e disparou contra os sem terra e seus aliados. O primeiro alvo foi seu correligionário, o deputado federal Uldurico Pinto. Afirmou Mascarenhas que ele era um dos chefes dos sem terra e uma “bichona

⁴⁴⁰ Entrevista com Seu Simão, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Três Irmãos.

⁴⁴¹ *Ibidem*.

⁴⁴² *Ibidem*.

⁴⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ *Jornal Sem Terra*. Deputado Popular, São Paulo, nº 82, abr. 1989.

louca”⁴⁴⁶. Sobre o MST, disse que era uma entidade que ameaçava a dignidade dos proprietários agrícolas. Colocou ainda que o seminário, comandado pelos Freis Chico e Dílson, era o quartel-general dos sem terra. Adjetivou as lideranças de “chefes bandidos, vagabundos e sobretudo ‘bichas’”⁴⁴⁷. Calúnia, difamação e homofobia se misturavam no discurso de Mascarenhas.

Coube ao deputado do PT, Alcides Modesto, que havia recebido o apoio do MST em sua candidatura⁴⁴⁸, responder às ofensas. Chamou seu colega de leviano. Este, sem nenhum pudor, partiu para cima do deputado petista dando-lhe um tapa no rosto e o chamando de vagabundo. A sessão foi suspensa por 15 minutos. Surpreendido pela agressão, Modesto desabafou: “ele está provando o que ele é [...] botou a carapuça de grileiro e agora vai ficar difícil provar que não é”⁴⁴⁹. O deputado petista ainda fez uma perspicaz e profética declaração: “Se no debate parlamentar, o argumento é a agressão, como não será a reação com os trabalhadores nos conflitos?”⁴⁵⁰.

Três dias após a confusão na casa Legislativa, em 9 de março, o MST realizou nova ocupação na fazenda Sapucaieira de Mascarenhas. Em 11 de março, o tenente Berlink e o delegado de Itamaraju, Antônio Batista, executaram o despejo de 120 famílias que estavam acampadas no local⁴⁵¹. Entrevistamos D. Neuza que participou das ocupações da fazenda Sapucaieira e relatou como foi despejo:

“Eles derrubava o barraco da gente, botava fogo, queimava a roupa da gente, queimava tudo. Inclusive, eles chegaram meio-dia, algumas pessoas tava almoçando outras tavam com a panela no fogo, eles derramaram panela de comida e prato de todo mundo. E foi batendo e saiu já batendo em todo mundo.”⁴⁵².

Expôs D. Neuza que nem as mulheres grávidas escaparam da violência praticada por policiais e pistoleiros⁴⁵³. O objetivo destes não era somente desalojar agressivamente as famílias, mas perseguir as lideranças do MST, como Berlink anunciara a Bogo na delegacia. Jaime Amorim estava no acampamento e foi torturado.

⁴⁴⁶ Arquivo Frei Chico. [Sem Identificação]. Deputado dá bofete e diz que foi xingado de baixinho, 07/03/1989.

⁴⁴⁷ Arquivo Frei Chico. [Sem Identificação]. Jayme Mascarenhas usa a Tribuna da Assembleia para falar sobre invasões de terra no Extremo Sul da Bahia, mar. 1989.

⁴⁴⁸ Alcides Modesto recebeu apoio do MST para sua candidatura. Ele havia sido padre, entre 1966 e 1978, nas dioceses de Bonfim e Paulo Afonso. Em 1975, começou um trabalho com lideranças sindicais rurais. Cf. *Jornal Sem Terra*. Baianos com Doca e Alcides, São Paulo, nº 57, out. 1986.

⁴⁴⁹ Arquivo Frei Chico. [Sem Identificação]. Deputado dá bofete e diz que foi xingado de baixinho, 07/03/1989.

⁴⁵⁰ *Jornal Sem Terra*. Deputado Popular, São Paulo, nº 82, abr. 1989.

⁴⁵¹ *Jornal Sem Terra*. Luta Acirrada, São Paulo, nº 81, mar. 1989.

⁴⁵² Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

⁴⁵³ *Ibidem*.

Dias depois, ele deu uma entrevista coletiva à jornalistas, acompanhado de advogados e de uma representante da entidade Tortura Nunca Mais, onde narrou com detalhes os episódios que envolveram e sucederam a desocupação da fazenda Sapucaieira. Segundo ele, por volta do meio dia, do dia 11 de março, teria chegado ao acampamento nada menos que 42 policiais militares, 20 homens que seriam policiais civis e cerca de 30 pistoleiros. As pessoas foram divididas em três grupos: crianças, mulheres e homens. Estes foram postos sob o sol e, sofrendo agressões físicas, foram obrigados a dizer onde estavam as supostas armas que eles possuíam. Como não obtiveram resposta, os agressores pegaram Jaime Amorim e começaram a espancá-lo. Ele dizia não possuir arma nenhuma. Não satisfeitos, os agressores levaram-no para um rio próximo ao acampamento, como relatou:

“eles então tentaram afogamento, me levaram na beira do rio e eles faziam o afogamento forçado, com as duas mãos no pescoço, me agarraram os dois, me apertando e empurrando pra debaixo d’água e quando viram que eu perdi os sentidos, foi o único momento em que eu perdi os sentidos, eles tentaram me recuperar me balançando, aí quando eu me recuperei a primeira coisa que vi foi as armas nos olhos, um revolver, e outro no ouvido, dizendo que iam me matar.”⁴⁵⁴.

Não satisfeitos com a sessão de afogamento, os policiais pegaram Jaime e mais dois trabalhadores e os obrigaram a subir uma ladeira de 200 metros com uma saca de arroz de 60 kg nas costas. Em Jaime, colocaram duas e um calção vermelho sobre sua cabeça, batizando-o de rei da guerrilha. Relatou que, a todo momento, o tenente Berlink lhe ameaçava de morte “em voz alta, o tenente dizia que eu era o peixe dele”⁴⁵⁵.

Os policiais algemaram 8 pessoas que estavam acampadas e obrigaram as famílias a subirem no caminhão para desocupar a fazenda. Maria Antonieta, uma delas, foi obrigada a colocar no automóvel boa parte dos pertences das 120 famílias. As mulheres e homens foram forçados, na sequência, a tapar uma vala com as próprias mãos que eles tinham feito para dificultar a chegada da polícia no acampamento. Sete dos trabalhadores algemados foram levados para a delegacia de Prado e chegaram no meio da tarde. Jaime foi posto no fundo carro e levado para que os figurões da cidade pudessem ver que a polícia o havia capturado. Em seguida, foi ao encontro dos outros presos⁴⁵⁶.

⁴⁵⁴ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Depoimento de Jaime Amorim sobre torturas sofridas (praticadas pela Polícia Militar, Polícia Civil e pistoleiros da UDR, em Itamaraju, Bahia)*. São Paulo, 21/03/1989.

⁴⁵⁵ *Ibidem*.

⁴⁵⁶ *Ibidem*.

Às 20 horas da noite do 11 de março, quatro presos foram deslocados para a delegacia de Itamaraju, entre eles, novamente Jaime Amorim. No meio da viagem, o tenente Berlink ordenou que o carro fosse parado e começou uma nova seção de ameaças, assim narrada por Jaime:

“Na metade do caminho eles tentaram parar o carro para assustar, ‘ou tu conta agora aonde está o revólver, o que está acontecendo, aonde é que vocês estão fazendo treinamento de guerrilha ou a UDR vai te pegar agora, nós vamos te entregar para a UDR’, a gente se manteve calmo, tranquilo, aí eles não tiveram...”⁴⁵⁷.

A coragem de matá-lo. Devem ter sido as palavras que vieram à mente dele antes de um jornalista interromper sua fala com uma pergunta. Os quatro trabalhadores chegaram à delegacia de Itamaraju e foram encarcerados. Jaime foi posto em uma cela em separado, uma espécie de solitária, sem acesso a água para se higienizar e beber. No espaço: “Em pé poderia ficar, o que não dava era condições para se deitar, porque tinha rato, barata, merda, fezes, era tudo ali.”⁴⁵⁸.

A fala do tenente Berlink sugere a relação dos policiais com a UDR. O oficial, inclusive, era muito próximo a Gílson Lesqueves, presidente da UDR de Itamaraju⁴⁵⁹. Se as ocupações de terra, como vimos, poderiam ser coordenadas em âmbito nacional, nesse caso, a repressão também. O despejo da fazenda Sapucaieira foi sincronizado com outro que ocorreu no mesmo dia na Fazenda Santa Elmira, município de Salto do Jucuim – Rio Grande do Sul, com participação da UDR (NETO, 2014).

Esta situação foi ainda mais violenta, houve confronto da brigada militar do estado e agentes da UDR contra os trabalhadores acampados. O saldo do conflito foi de 400 feridos, 19 em estado grave, 30 desaparecidos e 21 presos⁴⁶⁰. Também foi denunciada prática de tortura. Na visão dos militantes gaúchos, a UDR queria dar uma lição ao MST para desencorajar qualquer outra ação no estado (HOFFMANN, 2002). No dia desses dois espetaculosos despejos, a PM do Mato Grosso do Sul invadiu o acampamento da fazenda Itassu, município de Itaquiraih, em busca do dirigente nacional do MST, Darci Gehn⁴⁶¹.

Assim como nos casos de grilagem de terra do primeiro capítulo, percebe-se a continuação de uma relação estreita entre a violência praticada pelo poder público e

⁴⁵⁷ *Ibidem*.

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

⁴⁵⁹ Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

⁴⁶⁰ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Telegrama da CPT à PAX CHRISTI*, Goiânia, 16/03/1989.

⁴⁶¹ *Ibidem*.

privado sobre os trabalhadores. Os dados sistematizados pela CPT, entre os anos de 1985 e 1989, nos permitem ter uma ideia da disseminação do conflito agrário pelo país. Nesse período que coincide com a redemocratização das instituições, houveram 2.973 conflitos de terra no Brasil, envolvendo cerca de 2.263.347 de pessoas, que ocasionaram a morte de 488 delas. No ano de 1989, a Bahia dividiu com o Pará o indecoroso primeiro lugar dos estados com maior número de problemas envolvendo terra (CPT, 1990). Mesmo com a vigência da nova Constituição, o patronato rural, que dizia ter modernizado o campo brasileiro, continuava a utilizar práticas autoritárias que remontavam a épocas passadas da história do país (BRUNO, 2002).

Diante do cenário do despejo da fazenda Sapucaieira, o Movimento tomou algumas iniciativas em diversos âmbitos, principalmente para conseguir a libertação dos presos. Já estava marcada, para os dias 14 e 15 de março de 1989, uma greve geral capitaneada pela CUT e organizações próximas. Haveriam mobilizações em vários lugares do país. Em Itamaraju, no dia 14 de março, cerca de 1500 trabalhadores fizeram uma passeata reivindicando a liberdade dos presos do MST. Já na capital federal, cerca de 60 militantes do Movimento ocuparam à sede do MIRAD por dois dias e exigiram a libertação dos presos da Bahia e Rio Grande do Sul, bem como outros pontos para destravar a execução da Reforma Agrária no país⁴⁶².

O MST contactou novamente seus apoiadores para que pressionassem as autoridades no sentido da libertação dos militantes. Esta rede de colaboradores acionou entidades de direitos humanos da Europa e Estados Unidos que manifestaram apoio aos sem terra⁴⁶³. Diante da repercussão dos conflitos na Bahia e Rio Grande do Sul, José Sarney foi obrigado a receber o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes, que lhe expôs as situações de violência ocorridas⁴⁶⁴. Já a CPT enviou um duro telegrama à Waldir Pires sobre o que houvera em seu estado, em que dizia: “Protestamos indignados contra essa brutal repressão e exigimos a libertação dos presos, assim como a reparação dos danos físicos e morais provocados por essa ignóbil ação contra os lavradores e o seu pronto assentamento na terra.”⁴⁶⁵.

O governador enviou o secretário Euclides Neto para mediar o caso no extremo sul da Bahia. Ele foi em um avião para agilizar a situação. Segundo Euclides, em

⁴⁶² *Jornal Sem Terra*. Ocupação do Mirad/DF, São Paulo, nº 81, mar. 1989.

⁴⁶³ *Jornal O Estado de São Paulo*. Sem-terra só conseguem uma reivindicação, São Paulo, 16/03/1989.

⁴⁶⁴ *Ibidem*.

⁴⁶⁵ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Telegrama do Secretariado Nacional CPT ao governador Waldir Pires*, Goiânia, 13/03/1989.

Itamaraju, “existia a UDR mais braba da Bahia” (NETO, 2014, p. 55). Curiosamente, seu avião ficou à guarda dos trabalhadores e não da polícia que, em sua opinião, estava “a serviço, ali, dos mandões”⁴⁶⁶ (NETO, 2014, p. 55). O secretário foi à delegacia e exigiu ver os presos. Em seguida, ligou para o governador que lhe deu carta branca para operar a soltura dos trabalhadores, que aconteceu em 14 de março, dia da manifestação em Itamaraju (NETO, 2014). Jaime Amorim e Maria Antonieta entraram com processo contra o tenente Berlink, o sargento José Geraldo Sales Dias e o delegado de Itamaraju, Antônio Batista, por abuso de autoridade⁴⁶⁷.

Para D. Neuza, trabalhadora sem terra, esta não era a primeira vez que vivenciava a violência dos grandes proprietários rurais. Quando era criança, a terra de seu pai foi grilada por um fazendeiro. Ao tentar resistir, os jagunços lhe deram um corte de foice que lhe “separou a barriga e as tripas caíram”⁴⁶⁸. Ele carregou esta cicatriz por toda a vida. Sua mãe também tinha uma terra, que foi apropriada por um fazendeiro, chamado Zezé Capixaba. Ele negociou a venda da roça com o irmão de D. Neuza em troca de uma porca e um paletó de casamento. Depois de ter entregue o prometido, Zezé Capixaba foi ao encontro de sua mãe, que se negou a sair da terra diante da vil negociação. Ele então ameaçou matar o irmão de D. Neuza. Para evitar o pior, a família se viu obrigada a deixar a propriedade. Além de seus pais, seu avô também teve uma roça que fora tomada por grileiros⁴⁶⁹. A história de sua família era marcada pela expropriação.

Por conta desses processos foi morar na cidade de Itamaraju. Ela tinha uma barraca na feira livre onde vendia produtos agrícolas. Além de ser feirante, D. Neuza trabalhou como doméstica e tem péssima lembrança da opressão que sofria: “A pior coisa é trabalhar pra os outros. A minha vontade era essa: parar de trabalhar pra os outros. Eu trabalhei muito na casa de pessoas assim, doméstica, né. [...]. Tem que comer resto do patrão.”⁴⁷⁰

Em sua memória, D. Neuza estabeleceu uma relação entre os acontecimentos vividos por sua família e sua condição de sem terra, como podemos ver nesses dois trechos de sua entrevista:

⁴⁶⁶ Neste período, caíra o avião onde estava Marcos Freire que estava à frente da pasta do MIRAD. Diziam-se, às claras, que o acidente fora à mando da UDR. Cf. NETO, Euclides. **Trilhas da reforma agrária**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014.

⁴⁶⁷ *Jornal A Tarde*. Policiais processados por abuso de autoridade, Salvador, 20/03/1989.

⁴⁶⁸ Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

⁴⁶⁹ *Ibidem*.

⁴⁷⁰ *Ibidem*.

“Meus pais tinham terra, e aí, os fazendeiros tomaram na época. Aí a nossa vontade era de retribuir, né... [risos] *Pegar de volta o que a gente tinha perdido no passado*. Os pais da gente, muitos, na época, morreram porque os fazendeiros tomaram as terras. E nós acabamos indo pra cidade, mas nossa vontade era voltar pra terra”.

“Eles tomaram as fazendas. Aí nós já chegamos sem terra. Aí já que somos sem terra, vamos ocupar terra por aí”⁴⁷¹.

Ao justificar a entrada no Movimento por sua história de vida, seu depoimento reforça sua identidade sem terra. Sua narrativa tem um componente coletivo, pois ela também fala na primeira pessoa do plural, como se a sua história fosse a de muitas daquelas pessoas que entraram no MST. Ainda é possível perceber na fala certo regozijo de quem foi expropriada pelo latifúndio, mas conseguiu dar o troco.

No primeiro de abril de 1989, cerca de 500 famílias sem terra ocuparam pela terceira vez a Sapucaieira⁴⁷². Valmir Assunção, líder do MST, declarou à imprensa que as ocupações estavam ocorrendo por conta da morosidade do governo em desapropriar terras para assentar as famílias e que o MST pretendia realizar outras para pressionar ao máximo as autoridades competentes⁴⁷³. Desta vez, não houve tentativa de despejo das famílias. Os responsáveis pelas desocupações anteriores temiam por represálias, visto que organismos globais, como a ONU e a Anistia Internacional, estavam pressionando o governo brasileiro com relação às violências praticadas contra os trabalhadores sem terra⁴⁷⁴.

A UDR, na verdade, já tinha sofrido um revés, há poucos meses, com o assassinato de Chico Mendes. O mandante do crime possuía ligações com a entidade. Por ser um ambientalista conhecido nos círculos internacionais, sua morte teve repercussão nesta esfera. A sua ligação com o PT também levou as organizações populares deste campo político a denunciarem as circunstâncias do crime junto à opinião pública. A maior parte da população reprovou os métodos violentos da entidade e sua imagem ficou abalada (DREIFUSS, 1989). O poder da repressão tinha seus limites e os movimentos populares souberam agir neste calcanhar de Aquiles de seu inimigo.

O governo da Bahia se empenhou no caso da fazenda Sapucaieira. Após averiguação, constataram que realmente se tratava de terra pública que havia sido grilada. Jaime Mascarenhas ainda pegara um polpudo empréstimo no BNDES, mas

⁴⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁷² Nestes dias foi ocupada igualmente a fazenda Boa Esperança da Brasil Holanda relatada na seção anterior.

⁴⁷³ *Jornal A Tarde*. Famílias invadem fazendas, Salvador, 04/04/1989; *Jornal do Brasil*. Sem-terra ocupa prédio do governo, Rio de Janeiro, 05/04/1989.

⁴⁷⁴ *Jornal A Tarde*. Famílias invadem fazendas, Salvador, 04/04/1989.

nada investiu na área. Estava inadimplente e foi acionado. (NETO, 2014). A fazenda foi desapropriada. As experiências dos conflitos foram tão marcantes para as famílias que elas batizaram o assentamento de 1º de abril, data da última ocupação⁴⁷⁵.

3.4 O Firmamento

Antes dos acontecimentos da fazenda Sapucaieira, em dezembro de 1988, o militante Jaime Amorim deu entrevista ao Jornal *Sem Terra* expondo quais seriam os principais desafios do MST na Bahia e nordeste. Constatou ele, que o Movimento, no estado, só tinha realizado ações no extremo sul. Seria necessário, então, conseguir se expandir e “atingir as regiões boas para o cultivo de terra, que seria a faixa do litoral”⁴⁷⁶. Em relação ao nordeste, a ideia era conseguir se organizar nos estados onde o MST ainda não estava presente. Para tanto, era preciso, entre outras coisas, qualificar os militantes. Quanto a Constituinte, inspirado no lema das Ligas Camponesas⁴⁷⁷, foi taxativo: “provou que a reforma agrária não dá para ser feita pela lei; vai ter que ser na marra.”⁴⁷⁸.

Depois das ações realizadas no mês de fevereiro de 1989, relatadas na seção anterior, em maio, o MST fez outro ciclo de ocupações, ainda mais ousado. Além de entrar em áreas do extremo sul baiano, o Movimento deu alguns passos na sua tática de avançar pelo litoral do estado, ocupando terras em outras regiões (Ver Tabela 3).

Neste mês, foram realizadas 6 ocupações de terra em 3 regiões do litoral baiano. Essa ascensão só foi possível porque, neste ponto, o MST já contava com o número significativo de militantes. Quando Jaime Amorim e Ademar Bogo partiram para missões em outros estados, na virada da década de 1980 para 1990, os militantes formados na Bahia, como Valmir Assunção, Joelson, Lucinha, Adenilza, tomaram à frente da organização. Estas lideranças do extremo sul deram sustentação à expansão do Movimento para outras regiões (SANTOS, 2004).

⁴⁷⁵ Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

⁴⁷⁶ *Jornal Sem Terra*. A luta deve ser massiva, São Paulo, nº 79, dez. 1988.

⁴⁷⁷ O lema das Ligas Camponesas era: “Reforma Agrária na Lei ou na marra”. Sobre este movimento social ver: RANGEL, Maria Socorro. **Medo da morte; esperança de vida**. A história das ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2000.

⁴⁷⁸ *Jornal Sem Terra*. A luta deve ser massiva, São Paulo, nº 79, dez. 1988.

Tabela 3 – Ocupações do MST Bahia no mês de maio.

Ocupação	Data	Proprietário	Município
Fazenda Mariana ⁴⁷⁹	14 de maio	Empresa agrícola Eva	Camamu – Baixo Sul
Fazenda Alasca	22 de maio	_____	Canavieiras – Sul
Três Irmãos	22 de maio	Graciliano	Prado – Extremo Sul
Conquista	22 de maio	Fernando Martins	Prado – Extremo Sul
Vale do Rio Doce	22 de maio	Empresa Vale do Rio Doce	Eunápolis – Extremo Sul
Fazenda Boa Esperança ⁴⁸⁰	23 de maio	Brasil-Holanda	Porto Seguro – Extremo Sul

Fonte: *Jornal Sem Terra*.

Esta além da nossa proposta analisar mais detidamente as ocupações fora do extremo sul. Em relação aos casos da região, percebe-se que o acampamento Três Irmãos sofreu despejo, sendo reocupado. Não sabemos se houveram outros, o certo é que a área só se tornaria assentamento na década seguinte, em 1998 (SANTOS, 2004). As ocupações das fazendas Conquista e Vale do Rio Doce sofreram despejos no mês de agosto. A primeira era de propriedade de Fernando Martins, membro da UDR local. As famílias acampadas, na área, já tinham feito uma plantação e organizado espaços para abrigar uma escola e um posto de saúde, mas tudo fora arrasado no momento do despejo⁴⁸¹, realizado no dia 30⁴⁸². Dias antes, em 20 de agosto, os trabalhadores, que ocupavam a área da fazenda da Vale do Rio Doce em Eunápolis, foram desalojados por 70 policiais militares. Os barracos das famílias foram destruídos e as plantações foram queimadas⁴⁸³. Vale lembrar que a estatal Vale do Rio Doce era uma das acionárias da Flonibra, que tivera conflitos com posseiros quando se estabeleceu na região e teve

⁴⁷⁹ A fazenda Mariana tinha 6 mil hectares, mas não possuía documentação comprobatória. Foi ocupada por 300 famílias. Cf. *Jornal Sem Terra*. Lavadores ocupam terras de empresa grileira, São Paulo, nº 83, mai. de 1989.

⁴⁸⁰ Já tratamos da mesma na seção anterior.

⁴⁸¹ Sabemos que esta fazenda não se tornou assentamento.

⁴⁸² *Jornal Sem Terra*. Sem Terras baianos não se amedrontam, São Paulo, nº 87, set. de 1989.

⁴⁸³ *Ibidem*.

áreas ocupadas pelo MST, o Projeto 4045 e o local onde se estabeleceu o acampamento Modelo.

O mês de agosto, na verdade, foi de forte repressão ao MST no extremo sul. As ações eram coordenadas pelo, já citado, tenente Berlink, mas envolviam além da PM, a Polícia Federal e grupos de pistoleiros. A PF entrou nos assentamentos, que eram áreas federais, em busca de lideranças e de informações sobre possíveis ocupações do MST que viriam acontecer. Já a PM, cercou o seminário dos Capuchinos com cerca de 30 homens, pois várias reuniões da direção do MST aconteciam lá. Nas cidades de Itamaraju e Teixeira de Freitas, a polícia realizou uma série de buscas a lideranças, intimando-as a depor⁴⁸⁴. Neste clima de perseguição, no dia 10 de agosto, Valmir Assunção, que já era a principal liderança do MST na Bahia, sofreu um atentado na rodoviária de Itamaraju quando esperava um ônibus para São Paulo. Pistoleiros atiraram em sua direção, mas não o acertaram. Ele conseguiu fugir⁴⁸⁵.

É possível pensar que a repressão que se abateu sobre o MST esteja ligada à troca de comando no palácio de Ondina. Na época, Waldir Pires foi muito criticado pelo Movimento. Mas, passado o calor dos acontecimentos, Bogo admitiu em entrevista, que Waldir era bem intencionado, no entanto não tinha recursos suficientes para fazer mais pela reforma agrária. Ao mesmo tempo, disse que ele era reticente em relação às ações mais radicais, pois ainda temia a volta de um regime de exceção. Quando Nilo Coelho assumiu o governo, avaliou: “aí a truculência foi pesada”⁴⁸⁶.

O MST ainda ocupou, no dia primeiro de agosto de 1989, a fazenda Terra Santa⁴⁸⁷, entre os municípios de Conde e Entre Rios no Litoral Norte do estado. Em 5 de setembro, fez uma investida numa fazenda em Itacaré, sul da Bahia, e entrou novamente na área da Vale do Rio Doce⁴⁸⁸. Até dezembro houveram mais dois despejos no território da Vale, seguidos de reocupações⁴⁸⁹.

Entrevistamos D. Zil, cujo marido e filhos ficaram acampados nas terras da Vale. Ela ficou com uma filha na cidade de Eunápolis, onde tinham uma casa, trabalhando para ajudar no sustento dos outros. Certa feita quando foi ao acampamento visitar o marido e os filhos, vivenciou um dos despejos. Assim nos relatou: “Eu vim

⁴⁸⁴ *Ibidem*.

⁴⁸⁵ *Jornal Sem Terra*. Somente os trabalhadores farão a reforma agrária, São Paulo, nº 88, out. 1989.

⁴⁸⁶ Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

⁴⁸⁷ A fazenda Terra Santa foi ocupada por cerca de 150 famílias, juntamente com o apoio do PT, STR's locais e Igreja. Cf. *Jornal Sem Terra*. Mobilização dos trabalhadores, São Paulo, n 86, ago. de 1989.

⁴⁸⁸ *Jornal Sem Terra*. Sem Terras baianos não se amedrontam, São Paulo, nº 87, set. de 1989.

⁴⁸⁹ *Jornal A Tarde*. Os conflitos no Vale do Rio Doce, Salvador, 03/12/1989.

aqui uma vez, foi um despejo. Quando a mandioca, o feijão tava dessa altura aqui, eles passaram. Deu um despejo de arrasar.”⁴⁹⁰.

D. Zil nasceu no campo, na cidade de Ribeirão-MG. Ainda criança, sua família se mudou para a zona rural de Eunápolis. Depois que casou e teve filhos, foi morar na cidade. Confessou ela, que a vida não era fácil: “A sobrevivência foi sofrida, meu filho. Muito filho, eu sou mãe⁴⁹¹ de 15 filho.”⁴⁹². Em Eunápolis, morava no bairro Minas Gerais, onde passaram a ocorrer reuniões quinzenais do MST.

Seu marido, Wilson, começou a participar das ações do MST desde a ocupação da Bela Vista, em março de 1988. Ele também ficou acampado no Seminário e esteve na ocupação da fazenda Boa Esperança. No período entre a Bela Vista e o acampamento da Fazenda Boa Esperança, eles venderam quase tudo que possuíam para se manter, como revelou: “Nós acabou o que tinha. Até a bomba que tava no poço, meu esposo vendeu pra comprar o que comer pra ficar lá nessa Brasil-Holanda. Eu fiquei com a noite e o dia e as graças de Deus e o caquinho da casa.”⁴⁹³.

Em um dos despejos da Boa Esperança, Wilson perdeu a espingarda que usava para caçar animais e se alimentar. Sem ela, não sabia como se sustentaria no acampamento da Vale do Rio Doce. Ela relatou o diálogo que tiveram:

“Wilson – Agora eu não sei como eu que eu faço, perdi minha espingarda, como é que eu vou fazer agora?
Eu falei – De Deus virá o remédio. [...]
A única coisa que eu tinha era um rádio de banca, um rádio grande.
Falei - Ó Wilson ainda tem esse rádio, você pega, vende e compra uma espingarda pra você. Ele pegou o rádio e trocou numa espingarda.”⁴⁹⁴.

A venda dos bens era uma outra estratégia das famílias para sobreviver no acampamento. Na Vale do Rio Doce, os trabalhadores também contaram com ajuda de um fazendeiro ao lado que lhes deu alguns alimentos e, posteriormente, os chamou para trabalhar. Na memória de D. Zil, a experiência que a família teve na época em que tinham terra e o gosto pelo trabalho foram fatores importantes para decidirem entrar no MST, como disse: “Toda vida a gente gostou de trabalhar, eu, meu esposo, meus filho. Quando a gente tinha um pedacinho de terra, [...] todo mundo trabalhava. Quando fazia

⁴⁹⁰ Entrevista com D. Zil, realizada em 13/01/2016, no Assentamento Maravilha.

⁴⁹¹ Uma de suas filhas é Lúcia Barbosa, conhecida, no MST, como Lucinha. Ela veio a compor a Coordenação Nacional do MST pela Bahia com Valmir Assunção anos depois. Eles são considerados as lideranças mais destacadas na história do Movimento no estado.

⁴⁹² Entrevista com D. Zil, realizada em 13/01/2016, no Assentamento Maravilha.

⁴⁹³ *Ibidem*.

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

uma rocinha, os que já aguentava panhar um garranchinho já tava trabalhando mais nós.”⁴⁹⁵.

Muitas devem ter sido as razões que mobilizaram as famílias a partirem para uma ocupação. Porém, foi recorrente, nas entrevistas realizadas, a vontade de ter sua própria terra como principal motivo de entrar no Movimento. Como percebeu Rangel, em sua história das Ligas Camponesas do pré-1964: “se não fosse por esse sonho de ter terra, por que lutariam, tão acirradamente, os camponeses naqueles anos? Por que teriam enfrentado os donos da terra em intensos conflitos cotidianos? Em nome de que, teriam arriscado suas vidas e as vidas dos seus filhos? Qual teria sido sua motivação para entrarem nas Ligas?” (RANGEL, 2000, p. 329).

Para o MST, o ano de 1989 terminaria com dois conflitos de terra não resolvidos no extremo sul⁴⁹⁶, a Fazenda Conquista⁴⁹⁷ e o acampamento da Vale do Rio Doce⁴⁹⁸. Até este momento, o Movimento se deparou com alguns revezes, dada a força dos grandes proprietários rurais e de sua capacidade de impor os seus interesses na arena institucional. Por outro lado, nesse período, conquistou um assentamento, formou militantes que passariam a dirigir politicamente o Movimento, realizou dezenas de ocupações e conseguiu se expandir para outras regiões do estado. Como observou Fernandes: “Em 1989, uma parte importante da forma de organização do MST da Bahia já estava construída” (FERNANDES, 1999). Em outras palavras, o Movimento havia se estabelecido no estado.

No plano nacional, o MST alcançava seu objetivo de se expandir pelo Nordeste. Em 1989, já haviam acampamentos em todos os nove estados. Como bem notou Valmir Assunção na época: “Hoje o movimento não é sulista: somos um Movimento Nacional”⁴⁹⁹. Já as esperanças de ver a execução de uma reforma agrária no

⁴⁹⁵ *Ibidem*.

⁴⁹⁶ *Jornal A Tarde*. Os conflitos no Vale do Rio Doce, Salvador, 03/12/1989.

⁴⁹⁷ Esta área, assim como as fazendas Revesa e a Boa Esperança, não virou um assentamento.

⁴⁹⁸ Em outubro de 1990, houve novo conflito que acabou com a morte de um sem terra, Nécio Maria dos Santos. O caso teve grande repercussão e mobilizou deputados estaduais a irem à região colher informações para uma CPI da violência. Cf. *Jornal Tribuna da Bahia*. Conflitos de Terra aumentam na Bahia, Salvador, 26/10/1990; *Jornal A Tarde*. Violência no campo cresceu depois da eleição de outubro, Salvador, 29/10/1990. De acordo com D. Zil essa foi a última tentativa de despejo sofrida pelos trabalhadores. Em 1995, saiu o decreto de desapropriação e o acampamento se transformou no Assentamento Maravilha. Cf. SANTOS, Jeane Santos e. **O processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Especialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

⁴⁹⁹ *Jornal Sem Terra*. Somente os trabalhadores farão a reforma agrária, São Paulo, nº88, out. 1989.

país à curto prazo, levaram o golpe de misericórdia com a derrota da candidatura de Lula nas eleições presidenciais (VEIGA, 1990)⁵⁰⁰.

Os trabalhadores rurais sem terra aqui retratados sentiram na pele os efeitos do aprofundamento das relações capitalistas no universo rural do extremo sul da Bahia ou de suas outras regiões de origem. A maioria deles teve sua condição camponesa expropriada. Outros, vivenciaram diversas situações de exploração como trabalhadores no campo ou cidade. A conjuntura política, por sua vez, os colocou em luta acirrada com o patronato rural. Certamente, estes fatores influenciaram na configuração que assumiram como classe. Ao mesmo tempo, suas ações também foram informadas por seus próprios desejos e expectativas, baseados em suas experiências, cálculos de realidade e pela noção de que seria justo ocupar uma terra para nela viver e tirar o sustento. Na fase de acampamento, forjaram uma série de estratégias, que, em geral, envolviam os membros da família, para conseguirem resistir. Tendo em vista o papel da agência humana, podemos afirmar que a mobilização política promovida por agentes pastorais, sindicalistas e, principalmente, pelos militantes do MST, aliada à disposição dos trabalhadores rurais em ocupar terras, desaguou na possibilidade do Movimento surgir e se estabelecer em solo baiano.

⁵⁰⁰ Embora a candidatura de Lula tivesse sido construída e apoiada pelo MST, sua vitória não era vista, necessariamente como a vitória da reforma agrária, como ponderou Valmir, pouco antes das eleições: “só com nossa mobilização, o Lula fará a reforma agrária que queremos.”. Cf. *Jornal Sem Terra*. Somente os trabalhadores farão a reforma agrária, São Paulo, nº88, out. 1989.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi analisar a história de luta pela terra dos trabalhadores rurais do extremo sul da Bahia e o surgimento do MST entre os anos de 1975 e 1989. Optamos por recuar no tempo em relação às lutas que geraram este movimento social porque as fontes nos levaram a este marco inicial e por acreditar que este fato seria melhor explicado se assim procedêssemos.

É costume das narrativas que tratam da história do MST colocarem que este surgiu no centro-sul do Brasil e depois foi se espalhando pelo restante do país. A descrição faz todo o sentido. No entanto, do ponto de vista histórico, talvez sem perceber, omite as peculiaridades do seu surgimento em cada território. Vimos, por exemplo, que ao chegarem no extremo sul da Bahia, os militantes do MST encontraram trabalhadores vivenciando conflitos por terra e enfrentando o patronato rural, assim como a existência de um ativo movimento sindical e de uma estrutura de apoio da Igreja Católica em favor desses trabalhadores. Compreender a formação deste Movimento com as especificidades de cada lugar tem o valor de não se contar uma história pela metade.

Ao optar por este caminho, nos deparamos com a História de uma região que passou por grandes transformações econômicas, sociais e culturais, entre as décadas de 1970 e 1980. O extremo sul que antes guardava uma importante reserva de mata atlântica viu a mesma ser praticamente deteriorada. A atividade madeireira iniciava o trabalho sujo, sendo controlado pelas elites locais ou grandes empresas estrangeiras, como a Brasil-Holanda. Com o terreno literalmente limpo, introduziam-se outras atividades, como a criação de gado e as plantações de hortifrutigranjeiros e café.

Tais mudanças, estavam dentro do planejamento e perspectiva dos militares em nível federal e do governo do estado no período de Antônio Carlos Magalhães. Eles estimularam especialmente o setor do *agrobusiness* de papel e celulose, representado na época por empresas como Aracruz Celulose e Flonibra, tendo esta inclusive a participação direta do BNDES. Sem dúvida esse foi o setor econômico mais capitalizado, tendo abocanhado uma grande fatia das terras do extremo sul.

A grilagem se tornou uma marca da região no período tratado. A partir das análises dos casos do primeiro capítulo conseguimos perceber certa regularidade no expediente deste fenômeno, que contava com falsificação de documentos, conivência do

poder judiciário, apoio do braço armado do estado e violência por parte do poder particular, através de jagunços e pistoleiros que apossavam os trabalhadores. A grilagem, como se sabe, não se restringiu ao extremo sul da Bahia, sendo um fato verificado em outras regiões do estado e país. Este e outros fenômenos, como expomos, se conectam ao processo de aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro.

Infelizmente, não pudemos entender de forma mais clara como se encerrou algumas dessas situações de conflito no extremo sul. A coleta de dados em arquivos que abrigam a documentação do antigo Interba ou o acesso de outras fontes da própria região poderiam ter resolvido este problema. Outra lacuna, é que não encontramos na bibliografia acessada mais informações sobre o modo de vida dos trabalhadores rurais antes dessas transformações das décadas de 1970 e 1980. Há indícios de que havia uma importante sociabilidade camponesa, baseada na posse da terra, na força de trabalho familiar e numa cultura peculiar ao universo rural. No entanto, tais indícios não foram suficientes para se poder afirmar categoricamente de que se tratava de um modo de vida camponês alterado pela imposição capitalista.

Por outro lado, é possível afirmar, com boa margem de segurança, que houve uma alteração significativa na vida de vários trabalhadores rurais. Seus relatos presentes nos três capítulos mostram isso. Muitos deles nasceram em um contexto baseado na posse da terra e viram esta condição se esvaír. Aqueles e aquelas que foram obrigados a migrar do campo seguiram uma série de trajetórias. Para os que foram para as periferias das cidades e continuaram a trabalhar no mundo rural como boias-frias, a condição de vida deve ter piorado consideravelmente, pois não tinham a terra geradora de alimentos para seus filhos e eram obrigados a arcar com custos a mais que a morada na cidade impunha, como aluguel, transporte e contas de luz e água. A precariedade da condição de boia-fria aparece entre as motivações dos posseiros para exigirem sua terra de volta e com certeza estimulou famílias sem terra a ocuparem uma propriedade.

Além da necessidade econômica, ficou perceptível, em diversas vozes, que a terra era mais que isso, sendo o campo o lugar onde muitos desejavam trabalhar e viver. A lembrança vivida ou herdada do passado como possuidor ou proprietário de terra motivou homens e mulheres a lutar por ela. Para os posseiros também deve ter contado certa concepção moral de que era justo ficar com as terras já que investiram tanto trabalho nelas. Por outro lado, a avaliação da possibilidade real de obter a terra, entrou

nos cálculos das famílias sem terra que decidiram participar das ocupações. O grande elemento unificador dessas duas lutas era a percepção de que a melhora das suas vidas seria mediada com a conquista da terra, em outras palavras, eram movidos pelo sonho da terra.

O fato de enfrentarem os mesmos algozes, como a Flonibra e a Brasil-Holanda, é outro fator de semelhança entre os posseiros e sem terra dessa história. Isto aconteceu principalmente porque estas empresas se assenhорaram de boa parte do território da região. Também chamou a atenção que alguns indivíduos, no caso da Brasil-Holanda, travaram estas duas lutas, ora como posseiro ora como sem terra.

A Igreja Católica foi um sujeito político de destaque nesta história. Do ponto de vista ideológico, conseguiu sistematizar uma justificativa para a luta dos trabalhadores rurais por terra e reforma agrária com a conceituação de terra de exploração e terra de trabalho. Além disso, em suas atividades educativas associava as lutas dos trabalhadores à dimensão religiosa, dando maior sentido e potência às mesmas. Em um período de exceção, onde as vozes dos partidos políticos e organizações de classe foram sufocadas, a Igreja Católica se tornou a única instituição com condições de fazer críticas à Ditadura Militar. Também por isso, foi um dos poucos espaços em que se conseguiu realizar algum tipo de atividade política junto aos trabalhadores. Por essa razão, acabou abrigoando em seu interior militantes sociais clandestinos, como Reinaldo de Itanhém. No extremo sul, por diversas vezes, a Igreja foi a mediadora política dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, ela própria se somou aos esforços de formação de STR's, que aos poucos tomaram a dianteira da representação dos trabalhadores.

Em fins da década de 1970 e por toda a década de 1980, a CPT, a CUT e o MST formaram um polo contra-hegemônico à Contag no movimento sindical rural. Como boa parte dos sindicatos de trabalhadores rurais do extremo sul nasceu ligado ao trabalho pastoral da CPT, eles se tornaram afiliados da CUT. Este foi um fator importante para o estabelecimento de uma rede de apoio para o MST, haja visto que as duas organizações eram aliadas e construían o Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, não é demais afirmar que esta dissertação também narra a história de parte da esquerda do extremo sul nesse período.

A reforma agrária, bandeira central desse campo político para o mundo rural, ficou como tarefa a ser realizada. O processo de redemocratização da sociedade

brasileira, as promessas da aliança democrática e a opinião pública majoritariamente favorável à medida não foram suficientes para colocá-la em marcha. Diante deste cenário, por que a mesma não foi realizada?

Considero que o principal fator para o esvaziamento do PNRA e a derrota na Constituinte foi a força dos grandes proprietários rurais. Estes conseguiram fazer a pressão e o lobby necessários para travar a execução da reforma no executivo e aprovar uma legislação agrária que os beneficiava no legislativo. Neste caso, não se trata somente da habilidade política dos sujeitos, mas da capacidade de transformar poder econômico em força política.

O consenso que obtiveram contra a reforma agrária no restante do empresariado também foi um fator de peso. Apesar de seus capitais estarem concentrados em outros ramos da economia, muitos desses homens de negócio possuíam propriedades rurais. Como dissemos, uma das consequências da política agrária da Ditadura Militar foi a integração dos capitais. Além disso, a classe patronal também percebeu a dimensão ideológica das disputas em torno da reforma agrária, pois o que se processava, no fim das contas, era uma luta de classes influenciada por concepções divergentes de propriedade.

Por fim, espero que esta abordagem da História Social, que procurou analisar as experiências dos trabalhadores rurais em conexão com sua organização, venha a ajudar em futuras pesquisas que tratem dos movimentos sociais rurais do século XX. Torço igualmente para que a pesquisa amplie o conhecimento sobre a história do MST. Já existem estudos que buscam aprofundar a trajetória do Movimento em estados como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, mas ainda é preciso um esforço historiográfico muito maior para cobrir a sua atuação em outras partes do território nacional.

Diante da propagação, cada vez mais intensa, do campo como um lugar de produção de commodities, em que o agrobusiness aparece como um setor imprescindível da economia, espero que possamos aprender com os trabalhadores aqui analisados sobre as fragilidades de tal modelo, que vem causando, nas últimas décadas, prejuízos ambientais e sociais incalculáveis, além de ser uma ameaça à saúde da população. Como alertou Thompson, “Podemos descobrir, em algumas das causas perdidas do povo [...] percepções de males sociais que ainda estão por curar.”. Assim, desejo que essa dissertação tenha servido para trazer à tona as histórias desses homens e mulheres

de carne e osso, cujas ações contribuíram, em um momento sensível da história do Brasil, para que fossemos um país mais democrático.

FONTES

Periódicos

Boletim CPT. Bahia. Goiânia, nº 78, out. 1988.

Jornal A Tarde. Salvador, 17/05/1977.

Jornal A Tarde. Salvador, 03/09/1977.

Jornal A Tarde. Mataram contador que ia depor na CPI da grilagem, Salvador, 16/11/1979.

Jornal A Tarde. Salvador, 23/11/1979.

Jornal A Tarde. Opinião do leitor: Invasão de Fazendas, Salvador, 15/08/1980.

Jornal A Tarde, Salvador, 27/10/1980.

Jornal A Tarde. Governador promete mais crédito para extremo sul, Salvador, 27/10/1980.

Jornal A Tarde. Grileiros expulsam mais de 200 famílias, Salvador, 25/09/1981.

Jornal A Tarde. Fome ameaça posseiros em Cumuruxatiba, Salvador, 22/06/1988.

Jornal A Tarde. INCRA considera áreas de tensão pacificadas, Salvador, 29/07/1986.

Jornal A Tarde. Fazenda de Itamaraju é invadida, Salvador, 13/03/1988.

Jornal A Tarde. Invasão de fazenda foi comandada por sindicato, Salvador, 14/03/1988.

Jornal A Tarde. Invasão de terra pode gerar massacre na região de Itamaraju, Salvador, 15/03/1988.

Jornal A Tarde. Sem-terras ameaçam invasão em Itamaraju, Salvador, 15/04/1988.

Jornal A Tarde. Problema dos posseiros ainda sem solução, Salvador, 18/03/1988.

Jornal A Tarde. Extremo sul volta a viver clima tenso das invasões, 22/07/1988.

Jornal A Tarde. Posseiros querem terra e ferramentas de volta, 23/07/1988.

Jornal A Tarde. Invasões proliferam na região sul e não existem providências, Salvador, 10/01/1989.

Jornal A Tarde. Policiais processados por abuso de autoridade, Salvador, 20/03/1989.

Jornal A Tarde. Famílias invadem fazendas, Salvador, 04/04/1989

Jornal A Tarde. Os conflitos no Vale do Rio Doce, Salvador, 03/12/1989.

Jornal A Tarde. Violência no campo cresceu depois da eleição de outubro, Salvador, 29/10/1990

Jornal A Tarde. Área da Brasil-Holanda é invadida pela 8ª vez, Salvador, 13/08/1994

Jornal A Tarde. Sem-terra ocupam duas fazendas, Salvador, 18/02/1997.

- Jornal A Tarde.* Área invadida é improdutiva, Salvador, 20/02/1997.
- Jornal Correio Brasiliense.* Lavradores ocupam o Incra, Brasília, 21/01/1986.
- Jornal Correio Brasiliense.* Tensão em Itamaraju, Brasília, 16/03/1988.
- Jornal Correio Braziliense.* Invasão do MIRAD, Brasília, 20/07/1988.
- Jornal Correio Brasiliense.* A miséria dos posseiros comove soldados, Brasília, 06/01/1989.
- Jornal Correio Braziliense.* Fazenda é ocupada no Sul da Bahia, Brasília, 21/02/1989.
- Jornal Correio da Bahia.* Quebra-quebra por um triz no Incra, Salvador, 02/09/1986.
- Jornal da Bahia.* Grilagem ameaça oito mil no extremo-sul, Salvador, 12/02/1976.
- Jornal da Bahia.* Desastre Ecológico no Extremo Sul da Bahia, Salvador, 06/05/1977.
- Jornal da Bahia.* Lavradores acusam empresas de mandar queimar barracos na Bahia, Salvador, 19/10/1978.
- Jornal da Bahia.* Lavradores confirmam violência, Salvador, 20/10/1978.
- Jornal da Bahia.* Grileiros invadem terra e deixam Mucuri em pânico, Salvador, 29/08/1979.
- Jornal da Bahia.* Grilagem na área do Vale Verde já ameaça posseiros, Salvador, 24/09/1981.
- Jornal da Bahia.* Posseiros retirados com muita violência, Salvador, 16/01/1986.
- Jornal de Brasília.* PT pede garantia para famílias, Brasília, 21/10/1981.
- Jornal do Brasil.* Posseiros acusam empresa de suborno a autoridades e violência no Sul da Bahia, Rio de Janeiro, 20/10/1978.
- Jornal do Brasil.* Posseiros ocupam o INCRA na Bahia, Rio de Janeiro, 21/01/1986.
- Jornal do Brasil.* Polícia na Bahia dá proteção aos colonos, Rio de Janeiro, 22/01/1986.
- Jornal do Brasil.* O país verdadeiro é outro, Rio de Janeiro, 13/09/1987.
- Jornal do Brasil.* Invasores de terra na Bahia reclamam definição do Incra, Rio de Janeiro, 15/03/1988.
- Jornal do Brasil.* Caiado faz crítica a Waldir, Rio de Janeiro, 16/03/1988.
- Jornal do Brasil.* Justiça dá reintegração e lavradores abandonam fazenda no sul da Bahia, Rio de Janeiro, 17/03/1988.
- Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 06/07/1988.
- Jornal do Brasil.* Invasão, Rio de Janeiro, 01/12/1988.
- Jornal do Brasil.* Líderes de invasão na Bahia são liberados, Rio de Janeiro, 15/02/1989.
- Jornal do Brasil.* Sem-terra ocupa prédio do governo, Rio de Janeiro, 05/04/1989.
- Jornal Diário do Pará.* Famílias ocupam fazenda, Belém, 13/03/1988

- Jornal Folha da Tarde SP.* Oito mil ameaçados de expulsão na Bahia, São Paulo, 13/02/1976.
- Jornal Folha de São Paulo.* 8 mil pessoas podem ficar sem terras, São Paulo, 15/02/1976.
- Jornal O Estado de São Paulo.* Posseiros sofrem ameaças na Bahia, São Paulo, 20/03/1975.
- Jornal O Estado de São Paulo.* Oito mil pessoas temem perder terras na Bahia, São Paulo, 13/02/1976.
- Jornal O Estado de São Paulo.* A posse ilegal de terras provoca morte, São Paulo, 15/05/1977.
- Jornal O Estado de São Paulo.* Previsto novo conflito, São Paulo, 16/05/1979.
- Jornal O Estado de São Paulo.* Lavradores são expulsos, agora pela polícia baiana, São Paulo, 12/06/1979.
- Jornal O Estado de São Paulo.* Delfim: reforma agrária é um absurdo, São Paulo, 05/04/1979.
- Jornal O Estado de São Paulo.* A questão fundiária brasileira, São Paulo, 03/01/1982.
- Jornal O Estado de São Paulo.* Fazendeiros ameaçam expulsar os sem-terra, São Paulo, 16/03/1988.
- Jornal O Estado de São Paulo.* PM expulsa posseiros em Porto Seguro, São Paulo, 24/07/1988
- Jornal O Estado de São Paulo.* Expulsão, São Paulo, 01/10/1988.
- Jornal O Estado de São Paulo.* Sem-terra só conseguem uma reivindicação, São Paulo, 16/03/1989.
- Jornal O Liberal.* Tropa tentará desalojar posseiros, Belém, 15/03/1988.
- Jornal O São Paulo.* Terra para os que nela trabalham, São Paulo, 29/03/1985 a 04/04/1985.
- Jornal Tribuna da Bahia.* Invasões por 1.300 famílias 3 mil hectares em Itamaraju, 13/03/1988
- Jornal Sem Terra.* Baianos com Doca e Alcides, São Paulo, nº 57, out. 1986.
- Jornal Sem Terra,* nº 67, out de 1987.
- Jornal Sem Terra.* Sarney dá golpe mortal na Reforma Agrária, São Paulo, nº 68, dez. 1987.
- Jornal Sem Terra.* Lutar para garantir vitórias, São Paulo, nº 71, mar. 1988.
- Jornal Sem Terra.* Pauta Nacional e Reivindicações, São Paulo, nº 71, mar. 1988.
- Jornal Sem Terra.* Rurais desafiaram PM e UDR, São Paulo, nº 72, abr. 1988.
- Jornal Sem Terra.* O prazo acabou e a luta continua, São Paulo, nº 74, jun. 1988.

- Jornal Sem Terra*. Resistindo na terra, São Paulo, nº 75, jul. 1988.
- Jornal Sem Terra*. Três ocupações e união contra a UDR, São Paulo, nº 76, set. 1988.
- Jornal Sem Terra*. Lavradores ocupam Mirad, São Paulo, nº 77, out. 1988.
- Jornal Sem Terra*. Resistência, São Paulo, nº 77, dez. 1988.
- Jornal Sem Terra*. A luta deve ser massiva, São Paulo, nº 79, dez. 1988.
- Jornal Sem Terra*. Luta Acirrada, São Paulo, nº 81, mar. 1989.
- Jornal Sem Terra*. Ocupação do Mirad/DF, São Paulo, nº 81, mar. 1989.
- Jornal Sem Terra*. Deputado Popular, São Paulo, nº 82, abr. 1989.
- Jornal Sem Terra*. Lavadores ocupam terras de empresa grileira, São Paulo, nº 83, mai. de 1989.
- Jornal Sem Terra*. Decididos a vencer, São Paulo, n 84, jun. 1989.
- Jornal Sem Terra*. Mobilização dos trabalhadores, São Paulo, n 86, ago. de 1989.
- Jornal Sem Terra*. Sem Terras baianos não se amedrontam, São Paulo, nº 87, set. de 1989.
- Jornal Sem Terra*. Somente os trabalhadores farão a reforma agrária, São Paulo, nº 88, out. 1989.
- Jornal Tribuna da Bahia*. Aprovações novas desapropriações na Bahia, Salvador, 02/09/1986.
- Jornal Tribuna da Bahia*. Invadidos por 1.300 famílias 3 mil hectares em Itamaraju, Salvador, 13/03/1988
- Jornal Tribuna da Bahia*. Conflitos de Terra aumentam na Bahia, Salvador, 26/10/1990
- Jornal Tribuna da Bahia*. TJ confirma reintegração de posse no caso Bralanda, Salvador, 30/08/2002.
- Jornal Última Hora*. Pistoleiros expulsam agricultores baianos, Rio de Janeiro, 17/01/1986.
- Jornal Última Hora*. Posseiros ocupam sede do INCRA em Salvador, Rio de Janeiro, 21/01/1986.
- Revista Veja*. Zona perigosa. Aumenta a violência no sul do Estado, São Paulo, 12/10/1981.
- [*Periódico Ilegível*]. Multinacional expulsa posseiros e estabelece terror em Eunápolis, 27/11/1979.
- [*Periódico ilegível*]. Policiais queimam casa e plantação de lavrador, 24/04/1980.

Arquivos

Arquivo Frei Chico

UDR. *Atenção: Para o Comunicado N° 3 da U.D.R. de Itamaraju-Bahia*, Itamaraju, 12/12/1987.

[*Periódico ilegível*]. UDR e posseiros brigam por terras no Extremo Sul, s/d.

[*Sem Identificação*]. Deputado dá bofete e diz que foi xingado de baixinho, 07/03/1989.

[*Sem Identificação*]. Jayme Mascarenhas usa a Tribuna da Assembleia para falar sobre invasões de terra no Extremo Sul da Bahia, mar. 1989.

Arquivo da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas

- Caixa 31: Pastoral da Criança e Pastoral da Terra 1983 a 1990; Maço Boletins Informativos da Diocese de 1973 a 1983:

Boletim n° 2: para os líderes, Ago. 1973.

Boletim n°4: Transformar, set. 1975.

Boletim n°7: Mês da Bíblia, set 1976.

Boletim Diocesano – Natal: Cristo renasce em nossa Diocese, dez. 1976.

Nosso Boletim: comunicações, informações, notícias, jun 1977.

Boletim Diocesano n° 9, nov-dez. 1981.

Boletim Diocesano n° 11, abr-mai de 1982.

Boletim Diocesano n° 12, jul-ago de 1982.

Boletim Diocesano n° 19, nov-dez de 1983.

- Caixa 31: Pastoral da Criança e Pastoral da Terra 1983 a 1990; Maço Comissão Pastoral da Terra os posseiros do Extremo Sul da Bahia 1979 a 1990:

Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Grilagem na Bahia: depoimento de Dom Jairo Rui Matos da Silva (CPT NE III), 01/09/1977.

Violência em Mucuri, 28/08/1979.

Nota da FETAG-BA, s/d.

Nota da Igreja, 29/08/1980.

Dom Filipe Broers. *Carta ao Povo, ao Governador e à Imprensa*, 22 de out. 1980.

Carta do Coordenador Regional do INCRA à FNT, 23/01/1981.

Carta de Dom Filipe aos Diocesanos, fev/mar. 1981.

- Caixa 31: Pastoral da Criança e Pastoral da Terra 1983 a 1990; Maço Assuntos da Pastoral do Operário 1985:

Boletim Especial Olhando o Extremo sul da Bahia, out. 1981.

- Caixa 33: Diocese 1970 a 1982; Maço Problemas de Terra no Extremo Sul da Bahia 1976 a 1979:

Carta de Dr. Rafael a Dom Filipe, 01/09/1979.

Carta de Dom Filipe aos posseiros e pequenos proprietários, 01/09/1979.

Carta de Frei Elias a Dom Filipe, 12/09/1979.

Carta de Dom Filipe a Dr Rafael, 13/09/1979.

- Caixa 33: Diocese 1970 a 1982; Maço Problemas de Terras na Diocese de 1979 a 1981:

Carta de Lúcia Lyra a Dom Filipe, 03/09/1980.

Ofício Gab/nº 390/80 (Confidencial), 06/11/1980.

Mandado Liminar de reintegração de Posse, 11/12/1980.

Carta dos Posseiros ao governador, 25/01/1981.

Carta dos posseiros ao Governador, 06/03/1981.

Carta de Dom Filipe ao governador Antônio Carlos Magalhães, 29/05/1981.

Carta de Antônio ao Interba, 17/05/1981.

- Caixa 33: Diocese 1970 a 1982; Maço Problemas da terra na diocese de 1979 a 1981.

Telegrama do Governador Antônio Carlos Magalhães a Dom Filipe, 29/10/1980.

Carta de Antônio ao Interba, 17/05/1981.

Carta dos Posseiros do Córrego das Ostras ao Governador, 19/05/1981.

Serviços de Documentação Comissão Pastoral da Terra NE III

- Caixa Formação Regional; Pasta Formação Regional 1978-88:

CIRCULAR, 18/08/1983.

Convocação para Concentração pela Reforma Agrária, 20 de out. 1983.

Encontros sobre Reforma Agrária, s/d.

Respostas da Pesquisa, s/d.

Convocação para Concentração pela Reforma Agrária, 20/10/1983.

Carta sobre os trabalhadores rurais assalariados, 20/11/1983.

Panfleto Concentração Reforma Agrária, 20/11/1983.

Comunicado à Opinião Pública, out. 1983.

- Caixa Regional-História da CPT; Pasta História da CPT Regional BA-SE:

História CPT Regional Bahia e Sergipe, nov. 1993.

- Caixa Movimentos Sociais - MST - História e Lutas

Agenda Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1988.

Casa da Memória Popular (CAMPO)/CEAS

- Fundo Documental Movimentos Sociais do Campo; Pasta BA-Caravelas.

Carta do Bispo às Comunidades, maio de 1975.

Carta Padre Jeff ao CEAS, fev. 1976.

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

- Subfundo Conflitos no Campo; Bahia:

Carta dos posseiros. História do Projeto Vale Verde, set. de 1981.

Abaixo Assinado dos posseiros do Vale Verde, mai-jun. 1982.

Carta do Serviço de Intercâmbio Nacional do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

“Carta ao Povo e às Autoridades”, 21/01/1985.

História da Ocupação da Fazenda Nova Conquista, 07/02/1985.

Posseiros de Cumuruxatiba. Carta ao Povo, s/d.

Histórico da situação dos posseiros do Corte Grande – Município de Prado – Ba, 23/11/1985.

Telegrama de José Rainha para o Secretariado Nacional da CPT, São Paulo, 14/03/1988.

Telegrama do gabinete do governador Waldir Pires ao Secretariado Nacional da CPT, s/d.

Telegrama da Executiva Nacional do MST para o Secretariado Nacional da CPT, São Paulo, 16/03/1988.

Telegrama do Secretariado Nacional da CPT ao governador Waldir Pires, Goiânia/GO, 16/03/1988.

Executiva Nacional do MST. Agrava-se a situação na Bahia, São Paulo, 17/03/1988.

Memorando nº 19/88 do Serviço de Intercâmbio Nacional pela Defesa dos Direitos Humanos, 24/03/1988.

Carta da Executiva Nacional do MST para a CNBB. Ocupação na Bahia, São Paulo, 08/07/1988.

Executiva Nacional do MST. Governo não cumpre acordo, São Paulo, 11/08/1988.

Telegrama Executiva Nacional MST. Situação da Bahia, São Paulo, s/d.

Carta da Direção Nacional do MST à CPT, São Paulo, 13/02/1989.

Carta da Executiva Nacional do MST à CPT. Trabalhadores rurais ocupam terras, São Paulo, 14/02/1989.

Telegrama da Secretaria Nacional do MST ao Pe. Inacio da CNBB, São Paulo, 15/02/1989.

Depoimento de Jaime Amorim sobre torturas sofridas (praticadas pela Polícia Militar, Polícia Civil e pistoleiros da UDR, em Itamaraju, Bahia), São Paulo, 21/03/1989.

Telegrama da CPT à PAX CHRISTI, Goiânia, 16/03/1989.

Telegrama do Secretariado Nacional CPT ao governador Waldir Pires, Goiânia, 13/03/1989.

Fontes Orais

Entrevista com Celso Favero, realizada em 16/10/2016, na sede do CEAS em Salvador.

Entrevista com Frei Elias, realizada em 26/06/2015, na sede da Diocese de Teixeira de Freitas/ Caravelas em Teixeira de Freitas.

Entrevista com Maria Dotta, realizada em 01/07/2015, na residência de sua Congregação em Eunápolis.

Entrevista com Reinaldo, realizada em 12/01/2016, na sede do STR de Itanhém.

Entrevista com Ademar Bogo, realizada em 11/01/2016, na cidade de Teixeira de Freitas.

Entrevista com Pedro dos Anjos, realizada em 10/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

Entrevista com Frei Chico, realizada em 08/01/2016, em sua residência em Itamaraju.

Entrevista com D. Luza, realizada em 06/01/2016, no Assentamento Projeto 4045.

Entrevista com D. Maria Soares, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

Entrevista com D. Eulália, realizada em 04/01/2016, no Assentamento Riacho das Ostras.

Entrevista com Seu Tonhão, realizada em 30/06/2015, no Assentamento Riacho das Ostras.

Entrevista com Lindão, realizada em 06/01/2016, no Acampamento Modelo.

Entrevista com Seu Burguês, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

Entrevista com D. Lia, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Corumbau.

Entrevista com Seu Simão, realizada em 05/01/2016, no Assentamento Três Irmãos.

Entrevista com D. Neuza, realizada em 28/06/2015, no Assentamento 1º de abril.

Entrevista com D. Zil, realizada em 13/01/2016, no Assentamento Maravilha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, p. 27-32, 2006.

BOFF, Clodovis. **Como Trabalhar com o Povo**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRUNO, Regina Angela Landim. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Revista Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA, nº 5, p. 5-31, 1995.

_____. **O ovo da serpente**. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 284-310, jul-dez 2003.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

Centro de Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Repressão na Igreja do Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968/1978). **Cadernos CEAS**, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 60, p. 56-78. mar-abr. 1979.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 1989**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 1990.

CONCEIÇÃO, Héliida Santos. **Muitas Mulheres, um mesmo movimento**: história e participação política das mulheres do MST Bahia – 1987/2011. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA – FFCH, 2006.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). **Igreja e Problemas da Terra**. Itaiç: CNBB, fev. 1980.

COSTA, Iraneidson Santos. E ressuscitou ao terceiro milênio...': em defesa da classe como categoria básica de análise. **Cadernos do CEAS**, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 198, p. 61-80, mar.-abr. 2002.

_____. **Que papo é esse?** Igreja católica, movimentos populares e política no Brasil (1974-1985). Feira de Santana: UEFS, 2011

CPDOC. **Verbetes:** Eraldo Machado Lemos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eraldo-machado-de-lemos>. Acessado em 12/10/2017.

CPT Regional NE III. Terra na Bahia e Sergipe. **Cadernos CEAS**, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n.48, p. 41-51, mar-abr. 1977.

DEBIASI, Rose Elke. **Migração, Memória e Militância:** a estruturação do MST no Nordeste Brasileiro (1985-1995). Tese de Doutorado em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2016.

D'INCAO, Maria Conceição de. **O “Boia-fria”:** acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1981.

Diocese de Teixeira de Freitas/Caravelas. Bodas de Prata da Criação da Diocese. Teixeira de Freitas: Diocese Teixeira de Freitas, 1987. Disponível em: <http://paroquiasantaritax.com.br/wp-content/uploads/BODAS-DE-PRATA-DADIOCESE-DE-TEIXEIRA-DE-FREITAS.pdf>.

DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita.** Petrópolis: Vozes, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (1979-1999). Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

_____. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, mar. 2001.

FETAG-BA. A Grilagem no Estado da Bahia. **Cadernos CEAS**, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 54, p. 25-34, mar-abr. 1978.

GARCIA JR, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de Casas-Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). **Brasil: um século de transformações.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 38-77.

Grupo de Estudos Agrário (GEA). **A Questão Agrária na Bahia**. Salvador: Artes Gráficas e Indústria LTDA, 1980.

GRYSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano / o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 4, 2003, p. 315-348.

GRZYBOWSKI, Cândido. A Comissão Pastoral da Terra e os Colonos do Sul do Brasil. In: PAIVA, Vanilda. **A Igreja e Questão Agrária**. São Paulo, Loyola, 1985.

_____. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: FASE/ Vozes, 1990.

HAUPT, George. Por que a história do movimento operário? **Revista Brasileira de História**, São Paulo - ANPUH, v. 5, nº. 10, p. 208-231, mar-ago de 1985.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre História Operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOFFMANN, Leandro Sidinei Nunes. **Da Cruz à Bandeira: a Construção do Imaginário do Movimento Sem Terra/RS, 1985-1991**. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

HOOIJ, Elias. **Os “Desbravadores” do extremo sul da Bahia: história da presença franciscana nessa região – raízes e frutos**. Belo Horizonte: Província Santa Cruz, 2011.

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo, Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 1996.

IVO, Anete Brito Leal. A reespecialização da estrutura fundiária do Estado da Bahia. **Cadernos CEAS**, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 109, p. 29-45, mai-jun. 1987.

KOOPMANS, Pe. José. **Além do Eucalipto: O papel do Extremo Sul**. Salvador: Memorial das letras, 1999.

KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros: conflito de terras no Araguaia-Tocantins**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 15-26.

MAFEI, Maristela. **Sangue na Terra**: a luta das mulheres. São Paulo: Ícone, 1985.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALINA, Léa Lameirinhas. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro**: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul a Bahia. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo: USP, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1985.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário**. In: Manuscritos Econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de GIANOTTI, José Arthur; tradução KONDER, Leandro. São Paulo: Nova Cultural, 1987-88.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. Os trabalhadores e seus arquivos: questões em torno da recuperação das lutas no campo. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha (Orgs.). **O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos**. Rio de Janeiro-São Paulo: Arquivo Nacional-Central única dos Trabalhadores, 2010, p. 27-41.

_____. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MINC, Carlos. **A Reconquista da Terra: Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Movimentos Rurais nos oitocentos: uma história em (re)construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA, p. 1-22, abr. 2001. Disponível em:

<http://www.repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/161/1/MOTTA,%20Marcia-Movimentos%20rurais%20nos%20oitocentos.pdf>. Acessado em: 16/05/2016.

_____. O ATRASO DA HISTÓRIA: CAMPESINATO E ENGAJAMENTO (1964/1996). **Revista Passagens**, Rio de Janeiro: vol. 6, nº 1, p. 4-24, jan-abr 2014.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. Apresentação. In: _____. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, concepções de justiça e resistência nos Brasis**. Vol.1. São Paulo: UNESP/NEAD; Brasília: NEAD, 2008, p. 7-15.

NETO, Euclides. **Trilhas da reforma agrária**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Littera Criações Ltda, 2014.

OLIVEIRA, Karina Lima. **O avanço do eucalipto no território do extremo sul da Bahia**: recentes transformações na estrutura fundiária e o papel do crédito rural. Dissertação de Mestrado em Economia. Salvador: UFBA, 2008.

PEDREIRA, Márcia da Silva. Complexo Florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da Região do Extremo Sul baiano. **Bahia Análise e Dados**, Salvador: SEI, v. 13, n. 4, p. 1005-1018, mar. 2004.

_____. **O Complexo Florestal e o Extremo Sul da Bahia**: Inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-12, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-13, 1989.

POLETO, Ivo. As contradições Sociais e a Pastoral da Terra. In: PAIVA, Vanilda. **A Igreja e Questão Agrária**. São Paulo, Loyola, 1985.

POLETO, Ivo; CANUTO, Antônio. **Nas Pegadas do Povo da Terra**: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Loyola, 2002.

RANGEL, Maria Socorro. **Medo da morte; esperança de vida**. A história das ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2000.

REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no estado da Bahia**: o fenômeno político do carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Brasília: CEPPAC-UNB, 2010.

RICCI, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS,

Leonilde Sérvolo; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. Vol. 2. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009, p. 321-338.

ROSA, Marcelo. **1979: acampando na Brilhante e na Macali**. In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA; Marcelo. **Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamoud, 2010, p. 267-322.

SADER, Eder; PAOLI, M. C. Sobre 'Classes Populares' no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leituras de acontecimentos recentes) In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.

SANTOS, Jeane Santos e. **O processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Espacialização no estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SERVAIS, Freddy A. J. Grilagem na Bahia. **Cadernos CEAS**, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 67, p. 45-54, mai-jun. 1980.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidades das ocupações de terra. **Tempo Social**, São Paulo: USP, vol. 17, nº 1, p. 255-80, jun. de 2005.

_____. Uma saga pernambucana. In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA; Marcelo. **Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamoud, 2010, p. 267-322.

SILVA, Cristiani Bereta da. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, p. 269-287, jan-abr de 2004.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____. **Buraco Negro: a reforma agrária na Constituinte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, José Graziano da. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Sérgio. Thompson, Marx, os marxistas e outros. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2012, p. 59-71.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Vol. 11. **Estatística dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2010.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a Trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das CEB's no Brasil: elementos explicativos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Algumas Observações Sobre Classe e 'Falsa Consciência'. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Editora Unicamp, 2012, p. 269-81.

VEIGA, José Eli da. **A Reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1986.